

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**

Thaís Amélia de Oliveira Gomes

**DE CLANDESTINA À EDUCATIVA:**  
**Embates comunicacionais na legalização de uma rádio comunitária**

Belo Horizonte

2024

THAÍS AMÉLIA DE OLIVEIRA GOMES

**DE CLANDESTINA À EDUCATIVA:  
Embates comunicacionais na legalização de uma rádio comunitária**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Fábiana Pereira Lima

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Belo Horizonte

2024

301.16 G633d 2024	<p>Gomes, Thais Amélia de Oliveira.</p> <p>De clandestina à educativa [manuscrito] : embates comunicacionais na legalização de uma rádio comunitária / Thais Amélia de Oliveira Gomes. - 2024.</p> <p>121 f.</p> <p>Orientadora: Fábيا Pereira Lima.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Comunicação – Teses. 2. Rádio – Teses. 3. Radiodifusão – Aspectos sociais – Teses. 4. Comunicação de massa – Aspectos sociais – Teses. I. Lima, Fábيا Pereira. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

### FOLHA DE APROVAÇÃO

## "DE CLANDESTINA À EDUCATIVA: Embates comunicacionais na legalização de uma rádio comunitária."

**THAÍS AMELIA DE OLIVEIRA GOMES**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelas seguintes professoras:

Profª Fábiana Pereira Lima - Orientadora  
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Graziela Valadares G. de Mello Vianna  
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Nair Prata Moreira Martins  
UFOP

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Fábiana Pereira Lima, Diretor(a)**, em 26/08/2024, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna, Professora do Magistério Superior**, em 26/08/2024, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nair Prata Moreira Martins, Usuário Externo**, em 27/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3473068** e o código CRC **E778B9DC**.

Dedico este trabalho ao meu querido pai, que pelas sutilezas do cotidiano despertou em mim o desejo em trilhar por esses caminhos. A saudade que a sua falta traz é sempre permeada pelas memórias do grande comunicador que você foi.

## **Agradecimentos**

Essa pesquisa é fruto de um sonho que por anos desejei. No entanto, nada nessa trajetória aconteceu como o esperado, mas como é bom não caminhar sozinha! Foram os três anos mais difíceis da minha vida e por vezes terminar este trabalho parecia algo distante, praticamente impossível. No entanto, o apoio de cada um e cada uma com quem caminho foi fundamental para chegarmos até aqui.

Este trabalho não existiria sem o apoio e a parceria do meu querido companheiro Eduardo. Que foi combustível de entusiasmo nos momentos de desânimo, que foi e é acolhida diante dos duros golpes que a vida nos dá e é com quem quero celebrar essa e inúmeras outras conquistas que virão! Conquista que também não existiria sem a empatia, sabedoria e perspicácia da querida Fábria Lima, que tive o prazer de conhecer durante essa jornada e que é uma inspiração do que é ser uma pesquisadora.

Expresso minha mais profunda gratidão à Rádio Favela, especialmente à Deise Fernandes, ao Misael Avelino e ao Zé Guilherme. Agradeço por cederem os documentos do acervo da emissora e por todo o suporte dado à pesquisa. Sobretudo, agradeço pela inspiração que a Rádio Favela traz a todo comunicador que sonha com a liberdade e a soberania do povo nas ondas do rádio, da tv, da internet e todos os meios de comunicação que a nós pertence! Que a Rádio Favela siga firme e forte e que chegue ao seu centenário com robustez e vitalidade!

Agradeço ao Brasil de Fato Minas Gerais, por ser escola, espelho e inspiração de comunicação popular e por transformar no dia a dia essa utopia em realidade. Agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens, por todo apoio dado a essa pesquisa e desejo que ela inspire nossos jovens comunicadores na denúncia sobre as violações enfrentadas e na propaganda de um futuro justo. Não poderia encerrar, sem mencionar todo o apoio dado pela professora Graziela Mello Vianna, que desde o início dessa proposta tem sido fecho de inspiração e farol para os caminhos trilhados.

Por fim, agradeço à minha família e aos meus amigos, por compreenderem minha ausência e por todo o apoio e amor sempre dado.

**Resumo:** A partir de um estudo de caso sobre a Rádio Favela, situada em Belo Horizonte (MG), este trabalho analisa três embates comunicacionais investigados à luz da Análise Crítica de Discurso, buscando compreender o processo de busca por legitimação em uma rádio comunitária. Apesar de ter sido legalizada, em 2001, sob o regime educativo, a Rádio Favela construiu um legado de décadas na luta pela radiodifusão comunitária. Como referencial teórico para a nossa análise, repassaremos pelas obras desenvolvidas por pesquisadores como Peter Berger, Thomas Luckmann, Erving Goffman e Norman Fairclough. Os resultados desta investigação sinalizam que, ao contrário do que ocorre em veículos comerciais, para as rádios comunitárias a trajetória na busca por legitimidade não acontece de forma linear, contínua ou em perspectiva seriada e sim de forma espiralar. Os momentos de crise sociais funcionam para as rádios comunitárias como brechas na hegemonia praticada e mantida pelos veículos comerciais, pois colocam em xeque a ideologia vigente e abrem brechas para a transformação da idealização sobre veículos de comunicação e suas representações. No caso da Rádio Favela, essas transformações são subsidiadas ou impulsionadas pela capacidade da emissora de ressignificar suas vulnerabilidades e a sua experiência, produzindo resistência.

**Palavras-chave:** Rádio Favela; rádio comunitária; legitimação.

**Abstract:** Based on a case study of Rádio Favela, located in Belo Horizonte (MG), this paper analyzes three communicational clashes investigated through the lens of Critical Discourse Analysis, aiming to understand the process of seeking legitimacy in a community radio station. Although it was legalized in 2001 under an educational regime, Rádio Favela built a legacy of decades in the fight for community broadcasting. As a theoretical framework for our analysis, we will revisit the works of researchers such as Peter Berger, Thomas Luckmann, Erving Goffman, and Norman Fairclough. The results of this investigation indicate that, contrary to what occurs in commercial media, for community radios, the path to legitimacy does not follow a linear, continuous, or serialized perspective but rather a spiral form. Social crises serve as opportunities for community radios to challenge the hegemony practiced and maintained by commercial media, as they question the prevailing ideology and open gaps for transforming the idealization of communication vehicles and their representations. In the case of Rádio Favela, these transformations are supported or driven by the station's ability to reframe its vulnerabilities and experiences, producing resistance.

**Keywords:** Rádio Favela; community radio; legitimization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Grade de programação atual da Rádio Favela .....	19
---	----

### FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Entrada da sede da Rádio Favela.....	16
<b>Figura 2.</b> Vista do terraço da sede da emissora. No canto inferior direito, a copa do abacateiro que integra a história da emissora .....	16
<b>Figura 3.</b> Vista do estúdio da emissora durante a exibição do programa Roda de Conversa .....	17
<b>Figura 4.</b> Logo da Rádio Favela em 1996.....	20
<b>Figura 5.</b> Logo no final da década 1990.....	20
<b>Figura 6.</b> Logo da emissora após 2011.....	21
<b>Figura 7.</b> Logo atual da emissora .....	21
<b>Figura 8.</b> Reportagem publicada em 1996 no jornal Estado de Minas. ....	39
<b>Figura 9.</b> Reportagem publicada na revista Istoé em 1998.....	39
<b>Figura 10.</b> Recorte do jornal Diário da Tarde veiculado em 29 de outubro de 1982.....	42
<b>Figura 11.</b> Concepção tridimensional do discurso.....	54
<b>Figura 12.</b> Recorte do jornal Diário da Tarde, veiculado em 29 de outubro de 1982 .....	61
<b>Figura 13.</b> Capa do panfleto do 1º Seminário da Rádio Livre e Comunitária Favela FM .....	63
<b>Figura 14.</b> Contra capa do panfleto do 1º Seminário da Rádio Livre e Comunitária Favela FM.....	63
<b>Figura 15.</b> Documento de criação da Comissão Especial da ALMG para estudar as rádios comunitárias.....	65
<b>Figura 16.</b> Carta escrita por Itamar Franco, anexada ao pedido de outorga da Rádio Favela.....	72
<b>Figura 17.</b> Programação da Rádio Favela em 1999.....	68
<b>Figura 18.</b> Carta escrita por Itamar Franco, anexada ao pedido de outorga da Rádio Favela.....	72
<b>Figura 19.</b> Convite para a celebração pela legalização da Rádio Favela.....	73

<b>Figura 20.</b> Reportagem da Folha de São Paulo noticiando a legalização da Rádio Favela.....	75
<b>Figura 21.</b> Decreto Legislativo sobre a outorga da Rádio Favela, publicado no Diário Oficial da União, edição de 29 de junho de 2001.....	76
<b>Figura 22.</b> Frente folder de divulgação do filme “Uma onda no ar” .....	78
<b>Figura 23.</b> Verso folder de divulgação do filme “Uma onda no ar”.....	79
<b>Figura 24.</b> Esquema mudanças sociais corpus 1 (reportagem Rede Minas) e 2 (reportagens O Tempo e Estado de Minas) .....	100
<b>Figura 25.</b> Esquema mudanças sociais corpus 3 (material de campanha) .....	101

## **LISTA DE SIGLAS**

**Abrço:** Associação Brasileira de Rádios Comunitárias

**ACD:** Análise Crítica do Discurso

**Amarc:** Associação Mundial de Rádios Comunitárias

**Amirt:** Associação Mineira de Rádio e Televisão

**Anatel:** Agência Nacional de Telecomunicações

**Dentel:** Delegacia de Polícia das Telecomunicações

**Radcom:** Rádios Comunitárias

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>1. Apresentação: Você está na Favela</b> .....	15
<b>2. Panorama da regulamentação da radiodifusão sonora no Brasil</b> .....	23
2.1 Breve cronologia.....	24
2.2 O imbróglio legislativo e jurídico que rege a radiodifusão no Brasil.....	25
2.3 O legado militar .....	27
2.4 A trajetória das rádios comunitárias no Brasil e as disputas no jogo de poder.....	28
2.5 A criação da ANATEL e a urgência de uma regulação para o setor.....	30
2.6 Radiodifusão educativa e comunitária.....	32
2.7 Desafios para a garantia efetiva do direito à comunicação.....	33
<b>3. A busca por legitimação da Rádio Favela</b> .....	35
3.1 Legitimação e ordem social.....	35
3.2 As várias imagens-conceito da Rádio Favela.....	37
3.3 Dramaturgia social e a busca por legitimidade .....	44
3.4 Autonomia e vulnerabilidades.....	50
<b>4. Percurso metodológico</b> .....	52
4.1 A Análise do Discurso Crítica .....	52
4.1.1 A prática discursiva.....	55
4.2 O pão, a polícia e a eleição .....	56
<b>5. A Rádio Favela e o seu comunicar</b> .....	60
5.1 Analisando o corpus de pesquisa .....	80
5.2 Reportagem veiculada em 1992 no programa Agenda da Rede Minas.....	81
5.3 Reportagens veiculadas em 1997 no jornal Estado de Minas e O Tempo.....	86
5.4 Material eleitoral de 2020 da campanha para vereador de Misael Avelino.....	94
5.5 Mudanças discursivas, mudanças sociais.....	98
<b>6. Considerações Finais</b> .....	103

<b>7. Referências bibliográficas.....</b>	<b>108</b>
<b>8. Anexos.....</b>	<b>114</b>
Anexo I – Versão em português da reportagem publicada no Wall Street Journal.....	114
Anexo II – Versão original da reportagem publicada no Wall Street Journal.....	115
Anexo III – Notícia sobre estreia da Rádio Favela em cadeia mundial .....	116
Anexo IV e V – Notícia de divulgação de filme sobre Rádio Favela .....	117
Anexo VI - Resenha crítica sobre “Uma onda no ar” em comparação com “Cidade de Deus”.. ..	119
Anexo VII - Primeira notícia sobre filme inspirado na Rádio Favela.....	121

## **Introdução**

A partir de um estudo de caso, este trabalho pretende analisar embates comunicacionais enfrentados por rádios de caráter comunitário durante seu processo de legalização, visando compreender os desafios encontrados pelas emissoras em sua busca por legitimidade. Para tal, tomaremos como objeto de análise a Rádio Autêntica Favela FM, a partir de três momentos de seu processo de institucionalização: em 1992, 1997 e 2020.

Nestes três episódios, podemos encontrar elementos que dialogam com a trajetória da emissora durante seu período clandestino (1992), comunitário (1997) e legalizada (2020). O material empírico da pesquisa trata, nesta ordem, de reportagens publicadas em televisão, em jornais impressos e conteúdos de campanha eleitoral divulgados em plataforma sonora e em material impresso. O primeiro corpus analisa uma reportagem produzida para o programa cultural Agenda, da Rede Minas de Televisão, contando a história da emissora. O segundo traz duas reportagens publicadas nos cadernos de polícia dos jornais O Tempo e Estado de Minas, relatando a operação policial contra o tráfico de drogas que desencadeou em um dos últimos episódios de fechamento da Rádio Favela antes da sua legalização. Já o último material analisado, como supramencionado, são materiais da campanha eleitoral do fundador da emissora, Misael Avelino, que pleiteou um cargo de vereança na Câmara Municipal de Belo Horizonte durante a pandemia do coronavírus.

Apesar de ter sido legalizada, em 2001, sob o regime educativo, a Rádio Favela construiu um legado de décadas na luta pela radiodifusão comunitária. Com significativa audiência nas décadas de 1980 e 1990 (Oliveira, 2010), o veículo chamou atenção nacional e internacionalmente por sua atuação, sendo inclusive inspiração para o filme “Uma onda no ar” de Helvécio Ratton (2002). Pela projeção que conquistou, a iniciativa também foi alvo constante de ações dos aparatos de repressão do Estado.

Entre as distintas variantes e adversidades que permeiam a realidade das emissoras de radiodifusão sonora no Brasil, as legislações que regulamentam o setor merecem especial atenção. Em linhas gerais, os regimentos em vigor datam desde 1960 até o final da década de 1990. Confrontantes e visadas muito mais para atender aos interesses do mercado, as ordenações criam lacunas significativas justamente quanto aos interesses da população, como questões sobre a inexistência de uma rigorosa fiscalização sobre as programações exibidas - que de acordo com diversos dispositivos, deveriam atender ao interesse público -, a ausência de uma política efetiva que ouça a população sobre o desejo ou não de manter o serviço sob a

permissão de determinadas empresas e os inúmeros entraves existentes nos estatutos que regem as liberações destinadas às associações comunitárias e educativas (Lopes, 2009).

Além das problemáticas em torno das normativas, que veremos mais profundamente adiante, as distintas relações que a Rádio Favela precisa estabelecer com diversos públicos são apontamentos que ilustram o quão emaranhada e desafiadora é a construção do veículo em torno de sua busca por legitimidade.

Por isto, o problema de pesquisa deste trabalho se debruça sobre a seguinte questão: Como se dá o processo de legalização de uma rádio comunitária e os desafios enfrentados em sua busca por legitimidade? Nosso objetivo é entender, a partir do caso da Rádio Favela, como se conforma o processo de legitimação de rádios comunitárias diante dos entraves e impasses existentes no serviço de radiodifusão sonora no Brasil. Interessa-nos perceber, portanto, que o processo de legalização dessa rádio comunitária conforma tanto a sua identidade organizacional (define as condições de se apresentar como organização formalmente constituída) quanto a sua legitimidade social (fornece os parâmetros pelos quais a sociedade a reconhece como uma organização de tal natureza).

Diferentemente do que já foi apontado por pesquisadores como Simões e França (2001) e Costa Filho (2012) que investigaram as problematizações envolvendo o vínculo e a relação entre a Rádio Favela, seus ouvintes e a comunidade na qual a emissora está inserida, a proposta apresentada neste trabalho, como supramencionado, joga luz sobre outro aspecto. Sua relevância, entre outros pontos, está na contribuição para amenizar a escassez de conteúdos que analisem o objeto de estudo pelo viés de sua legalização.

Para tal, lançamos mão do conceito de rádio comunitária elaborado pela pesquisadora Cicilia Peruzzo, bem como outros estudiosos deste mesmo campo. Entendendo que uma complementação sobre a caracterização da comunicação no objeto se faz necessária, tendo em vista a transitoriedade do veículo entre comunitário e educativo, também abordamos brevemente os conceitos de comunicação educativa-dialógica e radical. Com o intuito de contextualizar o cenário jurídico e legislativo que perpassa o setor, apresentamos um breve panorama sobre a regulamentação da radiodifusão sonora no país.

Nosso percurso metodológico será orientado por uma pesquisa bibliográfica e documental de acervos de jornais, documentos públicos e arquivo pessoal. Os dados coletados serão escrutinados através do método de Análise Crítica do Discurso (ACD).

No primeiro capítulo, serão apresentados características e funcionamento da emissora na atualidade, em seguida faremos uma revisão bibliográfica sobre eixos centrais à análise, como as legislações vigentes no setor de radiodifusão sonora brasileiro, as formas de comunicação que atravessam a trajetória da Rádio Favela e os conceitos que serão acionados nesta análise. Em seguida, partiremos para o percurso metodológico e análise do corpus de pesquisa.

## 1. Apresentação: Você está na favela

Dois quilômetros separam o asfalto da “cidade” da entrada da Rádio Favela, na estreita rua Flor de Maio, no Aglomerado da Serra. A emissora, que em novembro de 2024 completará 48 anos, funciona literalmente de portas abertas. A entrada da rádio é inconfundível. O portão é tomado por um grafite com uma mão empunhada de um microfone aramado, que evidencia a existência e presença da emissora.

A construção, ainda inacabada por fora, foi feita pelos próprios moradores da Serra e fundadores da Rádio Favela. Lá ficam os estúdios da emissora - uma sala ampla no 3º andar com três microfones para convidados e duas mesas de som e uma sala no piso inferior com um acervo de CDs, fitas e discos, onde estão localizados alguns equipamentos de reserva e também a censura<sup>1</sup> do veículo. Neste mesmo edifício, funcionou por alguns anos, durante a década de 1990, uma sala de aula de reforço escolar para os estudantes do Aglomerado. Uma requisição feita pela emissora e atendida pela prefeitura com a cessão de duas professoras da rede municipal. Apesar do apoio do executivo ter se encerrado, a Rádio Favela ainda mantém a prática adquirida desde a sua fundação, de incentivar o ensino e o estudo. Ela exige, por exemplo, como contrapartida para a exibição dos lançamentos de artistas, a doação de materiais escolares ou instrumentos musicais para escolas da região.

Além dos estúdios, o prédio também abriga uma sala administrativa, uma sala de espera para os convidados e um terraço onde se avista toda a capital mineira e cidades vizinhas como Nova Lima e Lagoa Santa. Vista que é sobreposta apenas pela copa do abacateiro onde os fundadores da emissora escondiam da polícia o transmissor da Rádio Favela à época da clandestinidade. A árvore, que deve ter aproximadamente dez metros de altura, separa o terreno onde está a emissora da casa de seu fundador, Misael Avelino. A Rádio Favela sempre funcionou neste mesmo local, exceto em tempos acirrados de perseguição, em que para evitar o desmonte, ela funcionava de forma itinerante, entre as casas dos seus integrantes.

### Figura 1 - Entrada da sede da Rádio Favela

---

<sup>1</sup> Como estabelece o artigo 71 do Decreto de Lei nº236 de 28 de fevereiro de 1967, toda a irradiação sonora dos veículos de comunicação deve ser gravada e mantida em arquivo nas 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos da emissora. Esta obrigação é popularmente denominada como censura.



Fonte: Diego Felipe

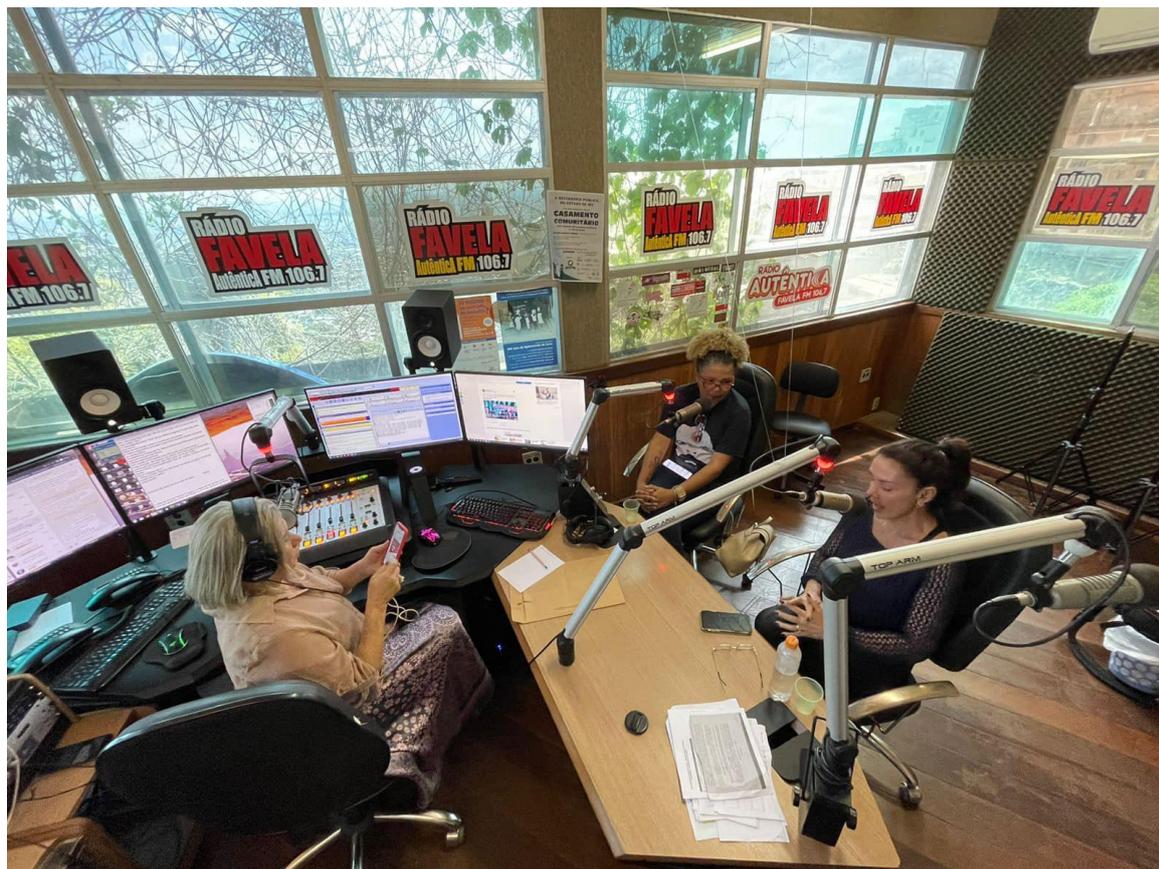
**Figura 2** - Vista do terraço da sede da emissora. No canto inferior direito, a copa do abacateiro que integra a história da emissora.



Fonte: Reprodução perfil página da Rádio Favela no Facebook<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em <[https://www.facebook.com/photo/?fbid=483008658417855&set=br.AbpAVtC7xsem1Kfdaff0ZR9rMGjg-wxcQmol0NoyUbkwOQI9Y2A95UPFmYLbJhkAjQHRoFGYpcPI1e3os9R\\_pFAE8Dni0SAFXJgUnXzgM2LEnfe1DqHqZ4SttU1ZcVsy3E\\_5mmIWxA1zBJlR6cJmAubO](https://www.facebook.com/photo/?fbid=483008658417855&set=br.AbpAVtC7xsem1Kfdaff0ZR9rMGjg-wxcQmol0NoyUbkwOQI9Y2A95UPFmYLbJhkAjQHRoFGYpcPI1e3os9R_pFAE8Dni0SAFXJgUnXzgM2LEnfe1DqHqZ4SttU1ZcVsy3E_5mmIWxA1zBJlR6cJmAubO)> Acesso em: 01, mar. 2024.

**Figura 3** - Vista do estúdio da emissora durante a exibição do programa Roda de Conversa.



Fonte: Reprodução perfil página da Rádio Favela no Facebook<sup>3</sup>

Em 2024, seis pessoas trabalham para que a rádio se mantenha no ar, sendo três delas contratadas e três voluntárias. A emissora funciona ao vivo de 4h da manhã até às 22h, depois entra em modo automático. As ondas da Rádio Favela chegam em toda a região metropolitana e também alcançam municípios fora deste território, abrangendo mais de 40 cidades. É possível ouvir a emissora em locais como São Sebastião do Oeste, na região Oeste do Estado, e Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, há mais de 280 KM de distância de Belo Horizonte.

Atualmente, a programação da emissora contempla um mix de conteúdos, predominando a reprodução musical de ritmos como o pop, mpb, funk e sertanejo. Mas na grade, o pico de audiência - que segundo os coordenadores da rádio acontece pelo período da manhã, com 42 mil ouvintes por minuto - é reservado para os programas de bate papo. Um dos carros chefes do turno é o *Autêntica Super Popular*, exibido de segunda à sexta de 7h às 10h da manhã. O programa é comandado por Misael Avelino, que comenta as notícias do dia,

<sup>3</sup> Disponível em <[https://www.facebook.com/photo/?fbid=467273882108548&set=br.AbpaVtC7xsem1Kfdaff0ZR9rMGjg-wxcQmol0NoyUbkwoQI9Y2A95UPFmYLbJhkAjQHRoFGYpcPI1e3os9R\\_pFAE8Dni0SAFXJgUnXzgM2LEnfe1DqHqZ4SttU1ZcVsy3E\\_5mmIWxA1zBJIR6cJmAubO](https://www.facebook.com/photo/?fbid=467273882108548&set=br.AbpaVtC7xsem1Kfdaff0ZR9rMGjg-wxcQmol0NoyUbkwoQI9Y2A95UPFmYLbJhkAjQHRoFGYpcPI1e3os9R_pFAE8Dni0SAFXJgUnXzgM2LEnfe1DqHqZ4SttU1ZcVsy3E_5mmIWxA1zBJIR6cJmAubO)> Acesso em: 01, mar. 2024.

traduzindo os fatos, como ele afirma: “para o favelês”. A interação com os ouvintes é a grande marca do programa e se dá principalmente pelo WhatsApp, sendo a maioria das mensagens em voz.

Em seguida, entra no ar o *Variedades*, exibido também de segunda à sexta, de 10h ao meio-dia. Com o propósito de mesclar música e informação, o *Variedades* funciona como um grande guarda-chuva que abriga outros conteúdos. Diversos programas de parceiros da emissora são veiculados ao longo da semana, dentro do *Variedades*. Dentre eles, o *Roda de Conversa* produzido pelo Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de MG - Sind-UTE, o *Conexão Popular* de iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios - SINTECT MG, o *Conexão INSS* e o *Programa Brasil de Fato MG* versão sonora do jornal popular, também produzido digitalmente e em versão impressa.

Ainda pela manhã, mas apenas aos sábados, é exibido - de 8h às 10h - o *Tribuna do Trabalhador*, um dos programas mais antigos da emissora. Ele é comandado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de BH e uma de suas características é o uso recorrente da Internacional comunista como background para a locução dos apresentadores. Ainda sobre conteúdos de parceiros, há o programa *Voz do servidor* produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Minas Gerais (SITRAEMG).

Outro cartão de apresentação da emissora é o *Bolero do Lero Lero*, também um dos mais antigos programas da casa. Exibido no fim da noite e apresentado pelo locutor como “*O bolero mais charmoso do seu rádio*”, o *Bolero do Lero Lero*, é um programa musical de ritmos para ouvir e dançar a dois, como informa um dos seus slogans.

Percebemos que há uma opção da Rádio Favela em preservar os conteúdos de início e fim da programação da emissora, e que nos últimos anos, o veículo tem mantido uma grade em diálogo com organizações sociais e sindicais. Já o período da tarde e os fins de semana, mantém conteúdos que se aproximam aos de emissoras mais comerciais de Belo Horizonte, como a BH FM.

Tabela 1. Grade de programação da Rádio Favela em 2024

<b>TURNO</b>	<b>SEG</b>	<b>TER</b>	<b>QUA</b>	<b>QUI</b>	<b>SEX</b>	<b>SÁB</b>	<b>DOM</b>
<b>MANHÃ</b>	<b>4h -10h</b> Arapuca Caipira	<b>4h -10h</b> Arapuca Caipira	<b>4h -10h</b> Arapuca Caipira	<b>4h -10h</b> Arapuca Caipira	<b>4h -10h</b> Arapuca Caipira	<b>4h -8h</b> Autêntica Sertaneja	
	<b>7h -10h</b> Autêntica Super Popular	<b>7h -10h</b> Autêntica Super Popular	<b>7h -10h</b> Autêntica Super Popular	<b>7h -10h</b> Autêntica Super Popular	<b>7h -10h</b> Autêntica Super Popular	<b>8h -10h</b> Tribuna do Trabalhador	<b>8h</b> Autêntica Super Popular
	<b>10h -12h</b> Variedades	<b>10h -12h</b> Variedades	<b>10h -12h</b> Variedades	<b>10h -12h</b> Variedades	<b>10h -12h</b> Variedades	<b>10h -12h30</b> Autêntica Super Popular	
	<b>11h -12h</b> Roda de Conversa (dentro do Variedades)		<b>11h -12h</b> Conexão INSS (dentro do Variedades)				<b>11h -12h</b> Conexão Popular (dentro do Variedades)
			<b>12h -12h15</b> Programa Brasil de Fato MG	<b>12h -12h15</b> Programa Brasil de Fato MG	<b>12h -12h15</b> Programa Brasil de Fato MG	<b>12h -12h15</b> Programa Brasil de Fato MG	
<b>TARDE</b>	<b>14h -18h</b> Tarde total	<b>14h -18h</b> Tarde total	<b>14h -18h</b> Tarde total	<b>14h -18h</b> Tarde total	<b>14h -18h</b> Tarde total	<b>12h30 -14h</b> Trilha Sonora	
				<b>17h -18h</b> Voz do Servidor (dentro do Tarde Total)		<b>14h -18h</b> Tarde total	
<b>NOITE</b>	<b>18h -19h</b> Trânsito Livre e DJ Arame	<b>18h -19h</b> Trânsito Livre e DJ Arame	<b>18h -19h</b> Trânsito Livre e DJ Arame	<b>18h -19h</b> Trânsito Livre e DJ Arame	<b>18h -19h</b> Trânsito Livre e DJ Arame	<b>18h -19h</b> Nosso Pagode	
	<b>19h -20h</b> Horário Obrigatório	<b>19h -20h</b> Horário Obrigatório	<b>19h -20h</b> Horário Obrigatório	<b>19h -20h</b> Horário Obrigatório	<b>19h -20h</b> Horário Obrigatório	<b>19h -XX</b> Festa Mix	
	<b>20h -22h</b> Bolero do lero lero	<b>20h -22h</b> Bolero do lero lero	<b>20h -22h</b> Bolero do lero lero	<b>20h -22h</b> Bolero do lero lero	<b>20h -22h</b> Bolero do lero lero		

Fonte: A autora.

Apesar de preservar conteúdos de sua programação que datam da sua fundação, ao longo dessas quase cinco décadas de existência, a Rádio Favela sofreu algumas transformações em sua identidade sonora e visual. Uma delas foi a mudança no nome da emissora. Em meados de 2011, o “Autêntica” foi adicionado ao nome do veículo. Misael Avelino explica que o termo foi adicionado ao nome da emissora após o surgimento de iniciativas homônimas, para diferenciar a emissora e reafirmar seu pioneirismo os integrantes da Rádio Favela, alteraram o nome do veículo para Rádio Autêntica Favela FM. Em entrevista concedida ao pesquisador Ismar Costa Filho, o radialista Marcelo dos Santos, irmão de Misael e também fundador da emissora, relatou: “A Rádio Favela é nossa história. Estamos em outros tempos e somos agora Autêntica FM. (...) Como rádio educativa, falamos para milhões de ouvintes em dezenas de municípios da grande BH (Belo Horizonte).” (Santos, 2011).

Tais transformações também podem ser percebidas na identidade visual da emissora. Conforme podemos acompanhar nas figuras abaixo:

**Figura 4** - Logo da Rádio Favela em 1996



**Figura 5** - Logo no final da década de 1990



As duas primeiras figuras remetem à década de 1990, uma em torno de 1996 e a segunda já próximo ao ano 2000. Em ambas, o central da identidade é a mão negra que segura o microfone e o destaque para o nome Favela na identidade do veículo. A primeira ressalta ainda em seu nome o termo “comunitária”, refletindo um pouco do momento vivenciado na emissora, de identificação e organização da iniciativa enquanto tal. Além disso, traz destaque para o

círculo no entorno da mão, numa ideia de união, laços, comunidade. O termo rádio é suprimido da identidade, a principal informação é que ela é Favela e comunitária.

Já na segunda imagem, é possível perceber alguns elementos mais agressivos como a espécie de arame farpado que envolve a cápsula do microfone e o efeito ao fundo da mão que gera uma perspectiva de choque, como se além de segurar o microfone, a mão também estivesse desferindo um soco. O termo comunitária é retirado da identidade e aparece a referência “Rádio” antes do nome Favela, termo que aparecerá em todas as próximas identidades. Apesar de extinta, esta identidade é a que permanece no grafite da entrada da emissora, com fundo alterado, tendo o morro e as casas da comunidade em segundo plano. (Ver figura 1)

**Figura 6** - Logo da emissora após 2011



**Figura 7** - Logo atual da emissora



Fonte figura 4: Acervo Rádio Favela / Fonte figura 6: Acervo da autora/ Fonte figuras 5 e 7: Reprodução internet.

A terceira figura, especula-se que seja após o ano de 2011 quando, de acordo com o pesquisador Ismar Capistrano, a emissora adotou o nome Autêntica à sua identidade. Ou seja, após a sua legalização. A mão e o microfone desaparecem da identidade, mas o termo “Favela” ainda tem grande destaque, apesar de ser uma identidade com uma proposta mais sóbria. Ao contrário da última imagem, que além das cores vibrantes, chama atenção pela inversão na ordem do nome da emissora, agora nomeada como Rádio Autêntica Favela FM 106,7. O nome “Autêntica” é o que aparece em destaque, o “Favela” fica em segundo plano, em fonte menor. Chama atenção também o desenho formado pelas letras “A” na palavra Autêntica, que remete a uma antena de rádio emitindo ondas sonoras. As cores laranja e vermelho são predominantes na identidade das emissoras de rádio em Belo Horizonte. Essa identidade visual é a atual da emissora.

Além das nomenclaturas e programação, as vinhetas da Rádio Favela também se modificaram apresentando um tom mais “sofisticado” ou “padronizado”. Anteriormente, os recursos sonoros utilizados pela emissora desenhavam uma identidade mais agressiva e sombria, um exemplo é a vinheta *Você está na Favela*. Em uma reportagem publicada pela revista Trip em 2002, o repórter descreve a vinheta como “uma voz grave distorcida pelo pitch da pick-up” como se “anunciasse sua entrada na casa do capeta”. Atualmente, esse mesmo texto é utilizado em uma vinheta na emissora, mas com uma locução feminina de tom suave e sexy com um jazz ao fundo e ao fim uma locução com efeito de eco diz: Autêntica. Seguindo na mesma proposta estética, outros textos são apresentados em vinhetas atuais, tais como:

*Favela Autêntica FM. Sintonize aí: 106,7* (voz feminina em ritmo pop)

*Você está na Favela / Autêntica* (em eco) (voz feminina suave e sexy ao fundo jazz)

*Favela Autêntica FM* (voz feminina e animada, mas sem qualquer sotaque ou marca sonora nem BG)

*Autêntica (2x) Favela* (voz feminina tudo sussurrado e com eco)

*106,7 FM Favela Autêntica - A rádio do trabalhador* (voz masculina empostada)

*Quanto mais você ouve a Favela FM mais você gosta!* (voz masculina animada)

*Favela FM, fica ligado! Aqui tem os melhores amigos* (voz masculina um pouco empostada, mas animada)

Neste breve resgate histórico sobre as transformações vivenciadas na emissora, percebemos que após a sua legalização, ou seja, após os anos 2000, as mudanças na identidade do veículo foram mais simbólicas e significativas. Esse incômodo ou procação sobre o porquê de tais mudanças e quais impactos e/ou relação delas com o processo de legalização da emissora inspirou nossa pesquisa. Uma investigação motivada pelo interesse em compreender como o processo de legalização foi moldando a identidade da Rádio Favela e o modo de se apresentar e legitimar-se enquanto emissora.

## 2. Panorama da regulamentação da radiodifusão sonora no Brasil

Assim como a variedade de normativas que tratam da regulamentação da radiodifusão no Brasil, diversos são os melindres, contradições e brechas legislativas<sup>4</sup> que surgem sobre o tema. As primeiras regulamentações que versaram sobre radiodifusão no país, foram elaboradas no início do século XX, com os decretos nº 20.047 de 1931 e o 21.111 de 1932 durante o governo de Getúlio Vargas. Os textos determinavam, por exemplo, que a posse e competência do serviço de radiodifusão era exclusividade do Estado, podendo este conceder o serviço a empresas privadas. As leis também estabeleciam diretrizes sobre a propaganda nestes veículos, além de implementar a obrigatória veiculação da *Voz do Brasil*. Uma nova normativa sobre o tema só foi editada em 1962. No entanto, a Lei 41.117 - que instituiu o instrumento ainda hoje recorrentemente utilizado para legislar sobre o setor - em pouco inovou. Atravessou-se assim, trinta anos como a lei máxima para as telecomunicações no País, tendo inúmeros de seus dispositivos copiados literalmente pelo Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei 4.117/62". (Pinto, 2004, p.56)

Concomitantemente, a prática jornalística e as políticas governamentais para a comunicação, consolidaram o caráter comercial inerente ao setor. Pieranti (2005) chama atenção para a estreita relação comercial praticada, desde a época do Império e primeiros anos da república, entre a imprensa e o poder público. De acordo com o autor, os primeiros periódicos nacionais foram mantidos por “gordas verbas publicitárias estatais, empréstimos generosos de bancos oficiais, facilitação na compra de equipamentos e favorecimento político diversos” (p.31), na maioria das vezes sem o conhecimento da população.

A primeira atividade oficial de radiodifusão sonora no Brasil ocorreu em setembro de 1922 no Rio de Janeiro, durante a pomposa cerimônia de comemoração dos cem anos da Proclamação da Independência. No ano seguinte, Roquette Pinto coloca no ar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora brasileira de radiodifusão. A ferramenta, de iniciativa privada, foi criada com o propósito de promover a educação e letramento no país. Mas como era um instrumento elitizado, naquele momento, o meio não cumpriu o ideal almejado.

A diretriz educativa que Roquette Pinto tentou dar ao rádio logo foi hegemonizada pelo viés comercial. As estreitas relações mantidas entre proprietários de veículos de imprensa e o

---

<sup>4</sup> Pinto (2004), Coelho Neto (2002) e Pieranti (2005)

Poder Público se reverberaram também para a nova mídia. O executivo, por sua vez, regulamentou superficialmente o setor, de forma que a garantia ao direito à comunicação ficou fragilizada. “Como se pode observar, desde aquela época as leis sobre o assunto têm sido inspiradas no despotismo” (Coelho Neto, 2002, p.39)

## **2.1. Breve cronologia**

A década de 1960 foi significativa para a radiodifusão no país. Já em seus primeiros anos, foi regulamentado o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962), elaborado durante nove anos e com contribuição de peso dos donos de veículos de comunicação, que nesta altura já detinham representação robusta no legislativo nacional. Também nesta década, motivado pelo interesse da ditadura militar, que vislumbrava nos meios de comunicação importante ferramenta de controle, convencimento e manutenção do regime, houve uma massificação dos meios, com a popularização dos preços dos equipamentos e políticas de incentivo às emissoras condescendentes com o regime.

Outro período que merece atenção quando resgatamos a história da radiodifusão no Brasil e sua regulamentação é a década de 1980. A data marca o surgimento e ascensão do movimento das rádios livres, posteriormente denominadas como comunitárias. Majoritariamente estas iniciativas surgiram a partir de duas correntes, o Movimento Eclesial de Base (MEB) e o movimento sindicalista (Silva, 2008), ambas tinham como ideais norteadores a formação educacional dos brasileiros, e obviamente, a propaganda de suas entidades. Já no final de 1990, sob pressão tanto dos próprios radioamadores quanto dos donos dos veículos comerciais, começou-se a formular uma regulamentação para o setor, que culminou na Lei 9.612/98.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a normatizar o setor e a morosidade não representou um aperfeiçoamento das regulamentações existentes sobre o tema, pelo contrário. Na análise de especialistas, “[...] o reconhecimento ante a lei - representou, na prática, a imobilização das experiências”. (Silva, 2008, p.87). Isto porque prevaleceu no Congresso Nacional, a articulação costurada entre a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), o legislativo e o executivo, à época sob gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Na Câmara Federal, o assunto tramitou a partir do Projeto de Lei 1.521/1996, proposto pelo deputado Arnaldo Faria de Sá - à época filiado ao PPB de São Paulo. O teor inicial da

proposta agradava aos setores populares. No entanto, o texto foi profundamente deturpado durante a sua tramitação na Casa, recebendo mais de duzentas emendas parlamentares. Diante dos ataques, entidades civis ligadas às rádios comunitárias, como o Fórum Nacional da Democracia na Comunicação, articuladas com mandatos progressistas, tentaram, sem sucesso, barrar a votação final do texto, aprovado em setembro de 1997 e sancionado em fevereiro de 1998, dois anos depois de entrar em pauta.

## 2.2 O imbróglio legislativo e jurídico que rege a radiodifusão no Brasil

O doutrinação jurídico brasileiro compreende a concessão do serviço público como a forma de transferência utilizada pelo Poder Público para execução de um determinado serviço (Pinto, 2004). Duas correntes disputam entendimento sobre o tema; a que defende seu caráter contratual e a que sustenta que concessão é um ato administrativo, sendo o segundo o mais acolhido pelo setor.

A permissão de serviço público, segundo conceito acolhido tradicionalmente pela doutrina, é ato administrativo unilateral discricionário e precário, *intuitu personae*, pelo qual o Poder Público torna possível ao administrado (pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado) a prestação de certa atividade de interesse coletivo, condicionando-a ao preenchimento prévio de determinados requisitos, podendo ser dada a título gratuito ou remunerado, nas condições estabelecidas pelo mesmo Poder Público (Pinto, 2004, p.82)

Na avaliação de Wimmer e Pieranti (2009) o conceito de serviço público no Brasil é vacilante e o setor de telecomunicações reflete exponencialmente essa imprecisão. Para os autores, as regulamentações existentes ora se balizam pelo estrito entendimento de serviço público, ora atendem às especificações sobre atividades econômicas, o que torna a legislação “contraditória ao estabelecer diferenças entre os regimes aplicáveis aos serviços de telecomunicações e radiodifusão e deficiente no que tange à proteção dos interesses da coletividade” (Wimmer; Pieranti, 2009, p.1).

Além da imprecisão jurídica sobre o tema, cabe pontuar outra singularidade da regulamentação da radiodifusão sonora no Brasil, ela é perpassada pelos três poderes do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário (em caso de revogação de qualquer outorga concedida).

Apesar de todas as licenças para a radiodifusão sonora serem designadas como outorgas, Luciana Pinto (2004) explica que em nenhum dos casos, se trata de fato de uma outorga como prevê as determinações judiciais para tal. O convencionamento para a utilização deste termo foi estabelecido pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, que como vimos, segue

como referência para o setor. Outra ressalva importante a ser pontuada no que se refere a distribuição do uso do espectro eletromagnético no país é a distinção existente entre permissão, concessão e autorização.

As concessões ou permissões de radiodifusão “constituem em uma relação jurídica, composta de um ato regulamentador do Estado que fixa unilateralmente condições de funcionamento, organização e modo de prestação do serviço [...]” é uma “técnica, por meio da qual o Poder Público visa obter o melhor serviço possível no interesse dos administrados” (Pinto, 2004, p.92 e p.98).

Para o concessionário ou permissionário dos serviços sob comento, a prestação do serviço é um instrumento por meio do qual ele obtém o fim que almeja: o lucro. Reversamente, para o Estado, o lucro que propicia ao concessionário ou permissionário é meio por cuja via busca sua finalidade, que é a boa prestação do serviço ao usuário. (Pinto, 2004, p.92).

Há ainda algumas distinções entre as duas modalidades. A concessão é de competência do Presidente da República e é concedida por meio de decreto para emissoras de Ondas Curtas com mais de 1 km de potência, Ondas Tropicais, Ondas Curtas e Geradoras de TV. Já as permissões são de competência do Ministro de Estado, por meio de portaria e é destinada especificamente para emissoras de Frequência Modulada e Ondas Médias de até 1 km de potência. No primeiro caso é assinado um contrato de concessão e no segundo um contrato de adesão.

Já as autorizações são entendidas enquanto um contrato de serviço prestado por outrem, mas que seja ofertado para atender o interesse exclusivo do autorizatário. E é esta modalidade de licença que é concedida às rádios comunitárias. Cabe pontuar que tanto as autorizações, permissões ou concessões “não guardam fiel semelhança com a doutrina clássica do Direito Administrativo” (Pinto, 2004, p.88). Entre outros motivos, a autora classifica o estabelecimento de prazo fixos para os contratos, como um dos pontos que descaracterizam os contratos, tal como são conhecidos nas normativas jurídicas.

### **2.3 O legado militar**

A influência do setor militar sobre as normativas e políticas para a comunicação no Brasil têm peso relevante para debatermos o tema. Desde 1955, as telecomunicações já haviam sido reconhecidas como área de interesse da segurança nacional, conforme estabelece a Lei nº2.597 (Pieranti, 2005). Mas antes disso, ainda em 1931, as Forças Armadas já participavam do setor integrando a Comissão Técnica de Rádio, entidade responsável por regular a

radiodifusão no país. O órgão se manteve até 1962, sendo substituído pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL). Nesta cúpula, quatro de suas dez cadeiras eram reservadas às Forças Armadas, não havendo impedimento para que os demais membros também fossem militares. Até 1967 a presidência do CONTEL sempre foi exercida por militares. (Pieranti, 2005, p.34).

A popularização da televisão e o “incentivo” do governo à distribuição de concessões de radiodifusão de imagem e som, são contribuições de destaque para a história das rádios comunitárias. Isto porque com a migração dos recursos publicitários para o novo veículo (Mello Vianna, 2004), as atenções e força do setor comercial se concentraram nas emissoras de TV. Somado a isto, o fato destes veículos já nascerem de uma estreita relação entre o governo e os empresários do setor (Pieranti, 2005). Conduta que se manteve mesmo após a ditadura. Em 1991, por exemplo, um carro da Rede Globo foi quem guiou a Polícia Federal para o endereço da Rádio Paulicéia, umas das principais emissoras comunitárias da época (Coelho Neto, 2002, p.56).

O setor comercial, também é ator de destaque nessa cronologia sobre as legislações que tratam da radiodifusão no país. A principal normativa do tema, o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, (regulamentado pelo Decreto nº52.795/63) foi elaborado em boa parte pelos representantes dos veículos comerciais, que já ocupavam diversas cadeiras no Congresso (Pieranti, 2005). Outro fato interessante é que a proposição recebeu 52 vetos de João Goulart. No entanto, todos eles foram derrubados no legislativo. Pinto classifica o fato como “o único na história da República Brasileira, em que prevaleceu, na sua inteireza, a vontade soberana do Congresso Nacional” (2004, p.62). Além da singularidade jurídica, outro fruto da disputa entre o legislativo e o executivo foi a fundação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Já sob o governo militar, o CBT foi substituído pelo Decreto-Lei nº 236/67 que alterou 42, de 129 dispositivos da norma anterior. As modificações acirraram as infrações e punições sobre os crimes de telecomunicações e alterou também critérios para a suspensão ou cassação das outorgas (Pinto, 2004). Vale mencionar que em 1980, durante o último governo militar, a TV Tupi teve sua concessão cassada pelo Poder Executivo, tendo como base preceitos estabelecidos nesta legislação.

Outro marco legislativo deste período político, que apesar de só ter sido ratificado em 1992, foi assinado durante o regime militar, é o Pacto de São José da Costa Rica ou Convenção

Americana de Direitos Humanos. O tratado internacional, que em tese deveria prevalecer sobre qualquer normativa do País, entende a comunicação como um direito e impõe em seu 13º artigo:

Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões (Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969).

## **2.4 A trajetória das rádios comunitárias no Brasil e as disputas no jogo de poder**

Não só na América Latina, mas mundialmente, o movimento das rádios livres tem seu nascedouro e apogeu durante as décadas de 1970 e 1980. Seja nas ações rebeldes dos jovens ingleses, que inauguraram a proposta no país com as “rádios piratas” onde operavam em navios as emissoras além-mar, em um gesto de contestação ao sistema estatal de radiodifusão sonora - a British Broadcasting Corporation (BBC) -, ou nas inéditas construções radiofônicas do movimento estudantil italiano, onde nasce a efêmera, mas expoente Rádio Alice.

Na América Latina, sob regimes autoritários, a radiodifusão comunitária tem seu berço em movimentos sociais, com destaque para as iniciativas protagonizadas pelos trabalhadores mineiros na Bolívia. Já no Brasil, o Movimento Eclesial de Base e as organizações estudantis, sobretudo de São Paulo, dão robustez à nova forma de fazer e pensar a radiodifusão no país (Coelho Neto, 2002, p.52). Com os aflorados debates sobre a elaboração de uma nova Carta Magna, pensadores, radioamadores, estudantes e ativistas do setor também despertam para o direito à comunicação e dão início a uma série de articulações voltadas para a área, entre elas podemos listar a Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo e o Movimento Nacional de Rádios Livres. No âmbito internacional, em 1983 é criada no Canadá a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). De acordo com informações disponíveis no site da entidade, a AMARC possui quatrocentos membros com sócios em 115 países (2024). A iniciativa foi ator importante no fortalecimento e articulação das emissoras também no Brasil.

Apesar das mobilizações, as elucubrações destes atores sobre a radiodifusão em pouco ou quase nada ressoaram na Assembleia Constituinte. Cabe ressaltar o levantamento realizado por Pieranti (2005) sobre o uso de concessões de emissoras como moeda política do Poder Executivo, sobre o Legislativo. Pieranti aponta que durante o processo de elaboração e votação da Lei Máxima, José Sarney distribuiu mais de mil concessões aos deputados constituintes, o que representou 30,9% de todas as autorizações já feitas no país até o início do governo Collor. As denúncias dessas barganhas motivaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de

Inquérito no Senado Federal. Para termos uma ideia, em 1988, haviam no país 586 autorizações de radiodifusão sonora para Frequência Modulada, cinco anos mais tarde este número saltou para 1.247, um aumento de 112%. (Pieranti, 2005, p.69).

O caráter pouco incisivo da legislação vigente facilita a utilização das concessões como moeda de troca, que, adotada de forma sistêmica, acaba por se caracterizar como recorrente política de estado. Por política de estado entende-se, aqui, uma prática que não é exclusiva de administrações específicas, mas que permeia a história brasileira recente e a trajetória de diversos governos (Pieranti, 2005, p.72).

Sobre o vácuo propositivo da Constituição no que diz respeito à garantia do direito à comunicação, o autor classifica ainda:

A Constituição Federal de 1988 revela-se, assim, no presente, uma conjugação de princípios pouco consoantes com a realidade. Por falta de regulamentação precisa e posterior, conceitos como, por exemplo, oligopólio, liberdade de imprensa e produção independente e regionalizada, tornam-se, na prática, vazios de significado e acabam por privilegiar o empresariado em detrimento do caráter público dos recursos envolvidos e do setor ora estudado. Vale lembrar que deveria ser tarefa do estado justamente usar recursos dessa natureza de forma a atender demandas diversas da sociedade, enfatizando seu caráter público e de concessão, a ser explorada, no caso, pela iniciativa privada. Assim, o principal documento legal criado posteriormente à redemocratização política, a Constituição Federal de 1988, não têm seus princípios totalmente aplicados depois de dezesseis anos, bem como não pode ser visto como um ponto de partida para a elaboração de políticas públicas. A Carta Magna, ainda não regulada por legislação secundária no que tange às comunicações, é, no máximo, uma carta de intenções que reflete as tensões e discussões constantes desse campo no fim da década de 1980 (Pieranti, 2005, p.73).

Diante do ínfimo avanço garantido pela Constituição Federal de 1988, os movimentos organizados das rádios livres seguiram em mobilização pelo direito à comunicação. Em 1995, as entidades realizam o I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias. Na ocasião é convencionado então o termo comunitária, para designar as iniciativas não comerciais de radiodifusão, expressão de imediato adotada por todas as correntes, inclusive as oficiais e oficiosas (Coelho Neto, 2002, p.61). Antes do convencionamento, as denominações para estas iniciativas variavam entre; livre, alternativa, educativa, comunitária ou pirata, termo utilizado principalmente pelo setor comercial para classificar pejorativamente as emissoras, apesar da expressão ter nascido do resgate histórico inspirado nas experiências britânicas.

## **2.5 A criação da ANATEL e a urgência de uma regulação para o setor**

A demanda por uma regulamentação específica para o setor, ganhou força novamente no final da década de 1990, após a instalação, em 1997, da Agência Nacional de Telecomunicações. O órgão foi a primeira agência reguladora a entrar em atividade no país<sup>5</sup> e surgiu após as privatizações em série realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Pinto (2004), uma das motivações para a criação do órgão foi a “necessidade de conferir segurança e independência aos investimentos estrangeiros”. A autora explica ainda que como autarquia, as agências reguladoras instaladas pelo governo funcionam sob regime especial, caracterizado por um conjunto de benefícios como; estabilidade aos seus dirigentes, autonomia financeira e poder normativo de competência para regulamentar matérias (2004, p.149).

Na teoria, a Agência tem como propósito atuar pela implementação da Política Nacional de Telecomunicações, adotar medidas necessárias para atender ao interesse público e promover padrões e normas para um bom funcionamento do setor. No entanto, desde o seu surgimento, a prática tem sido outra:

[...] até o momento a fiscalização tem se concentrado mais na situação jurídica e técnica da emissora (se está ou não autorizada e se segue os padrões de potência e frequência) do que no cumprimento das finalidades do serviço e de sua programação. [...] Ou seja, até o momento, o Estado brasileiro tem sido mais eficaz em reprimir as experiências não autorizadas do que em reconhecer o direito expresso na lei e conceder a autorização. Somente entre 2003 e 2004, a fiscalização fechou cerca de 8.000 rádios no Brasil por não possuírem autorização. (Silva, 2008, p.92)

Além das críticas dos produtores de radiodifusão comunitária, a conformação das agências também é alvo de questionamentos no âmbito jurídico, sobretudo no que diz respeito aos limites da sua função reguladora que, na análise do setor, se equipara aos poderes delegados ao Chefe do Executivo. (Pinto, 2004, p.152-153).

Diante das expressivas e numerosas ações da ANATEL contra as emissoras comunitárias, o setor se viu pressionado a se mobilizar pela construção de uma regulamentação nacional que garantisse constitucionalmente o direito de funcionamento das iniciativas. Como supramencionado, um ator legislativo que contribuiu para este debate foi o deputado Arnaldo Faria de Sá, que em seu PL englobou reivindicações e proposições elaboradas pelo setor. Fora do Congresso, o Fórum Nacional pela Democracia na Comunicação, universidades e Associações como a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), organizavam

---

<sup>5</sup> Apesar de ter sido elaborada após a ANEEL, a ANATEL foi regulamentada primeiro e entrou em vigor em julho de 1997, cinco meses antes da ANEEL.

debates e mobilizações à Brasília para acompanhar a tramitação da proposta e pressionar os parlamentares.

No entanto, como vimos anteriormente, ao tramitar no Congresso a proposta foi profundamente alterada e na prática, mais cercou do que garantiu ou promoveu o direito à comunicação comunitária. Além das limitações estruturais e normativas, a morosidade e burocracia que permeiam os processos de autorização também são um entrave para o setor. Silva (2008) afirma que dois anos após a promulgação da lei, nenhuma rádio comunitária havia sido outorgada. Vejamos como exemplo o caso da Rádio Favela, a emissora é considerada a primeira iniciativa do movimento de rádios comunitárias a ser legalizada (Pinto, 2004), o que ocorreu entre 2000 e 2001, mas a sua autorização é concedida sob regime educativo. Outro exemplo que ilustra o cenário de morosidade, é o fato de que apenas em 2008, dez anos após a promulgação da lei, é que a capital paulista recebeu a primeira autorização de funcionamento para uma emissora comunitária, a Rádio Heliópolis.

A morosidade destes trâmites foi inclusive o estopim para a última mobilização expressiva da radiodifusão comunitária no Brasil, que de fato reverberou legislativamente. As articulações, em 2001, para que houvesse mais agilidade na avaliação dos processos resultou na Medida Provisória 2.216-37, que autoriza o Ministério das Comunicações a conceder licenças provisórias às emissoras caso o Congresso Nacional não avalie dentro do prazo estipulado as solicitações de funcionamento. Ainda assim, a realidade não foi significativamente alterada, como apontou Lopes em seu levantamento de 2008, que revelava uma média de 7 a 8 anos para a liberação das licenças de operação após a entrada com o pedido de legalização das emissoras.

## **2.6 Radiodifusão educativa e comunitária**

De acordo com a Portaria Interministerial nº651 de 1999, a radiodifusão educativa é destinada à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visa a “educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. ” Ainda de acordo com a legislação, o tempo integral da programação dessas emissoras deve ser voltado para programas educativo-culturais, sem interesse lucrativo. A normativa prevê ainda que as emissoras educativas não perderão esta característica essencial em razão de qualquer alteração na natureza

jurídica das entidades executantes do serviço a que pertençam e que a transferência da outorga não dará à emissora destinação diversa quanto à natureza de sua programação.

O processo de cessão das outorgas acontece a partir de um cadastro de intenção de interesse das instituições autorizadas a concorrer ao pleito. A partir daí são publicados editais de seleção pública por localidade, em seguida as candidaturas são analisadas pelo governo. Ou seja, não há um processo licitatório como ocorre com as comerciais. O alcance dessas emissoras também não fica claro, mas as rádios educativas devem estar no espectro destinado às Frequências Moduladas (FM), então entende-se que sua transmissão pode atingir (dentro da sua capacidade técnica) todo o município no qual ela está localizada, já que a regra é uma emissora educativa por cidade.

Ao contrário das rádios comerciais e educativas que detém um amplo espectro de transmissão, as emissoras comunitárias têm permissão apenas para transmissões em um raio de 1 km da sede da emissora, conforme regulamenta a Lei nº 9.612/1998. Além disso, ao contrário das outras categorias, na legislação sobre as rádios comunitárias há uma discriminação mais detalhada sobre sua programação, que pela regulamentação, deve ser prioritariamente voltada para atividades artísticas e culturais da comunidade. A discriminação traz pontos como o zelo pelos valores sociais, pessoais e familiares, e também orientações quanto a programas de caráter opinativo. É vedada a propaganda nessas emissoras podendo apenas receber o que a legislação denomina de apoio cultural. A concessão de outorgas de rádios comunitárias é feita através de um processo seletivo balizado pelo Plano Nacional de Outorgas. É vedada a transferência da outorga para outra entidade. Além disso, conforme a regulamentação, a associação detentora da concessão não poderá estabelecer ou manter vínculos que a “subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais” (Brasil, 1998). De acordo com dados publicados pelo próprio governo federal, em 2021 o país detinha mais de 10 mil emissoras de rádio ativas, sendo mais de 4,7 mil rádios comunitárias.

## **2.7 Desafios para a garantia efetiva do direito à comunicação**

A complexa realidade jurídica, legislativa e política da radiodifusão no país é ao mesmo tempo causa e consequência para o não exercício efetivo do direito à comunicação. Para

Pieranti (2005), alcançar um novo patamar para o setor, implica necessariamente em desatar estes diversos nós.

O atual modelo brasileiro caracteriza-se, assim, pela dubiedade e pelo caráter contraditório de valores e parâmetros – menos pela ocorrência de amplo debate que o tivesse levado nessa direção e mais por tentar açambarcar interesses pessoais e setoriais diversos em detrimento do interesse público. Ao mesmo tempo técnico e político, afasta o Estado de seu papel de regulador, não oferece espaço à sociedade civil e baseia-se sobremaneira na crença de que a iniciativa privada deve ser capaz de se auto-regular. No caso do Estado, há um complicador adicional: corrói-se o espaço para a formulação e a implementação de políticas públicas principalmente no que se refere a questões relativas ao conteúdo informativo propriamente dito. (Pieranti,2005, p.98)

Para Silva (2008), não só a comunicação, mas o próprio direito à cidadania é posto em jogo neste cenário uma vez que a multiplicidade e a qualidade das informações em circulação são cruciais para a garantia da participação efetiva da sociedade na esfera pública e para a democracia no país. Ao concentrarmos o direito à comunicação nas mãos de poucos grupos, também concedemos a estes um enorme poderio sobre a sociedade, que se transforma ora em moeda de troca ora em instrumento de coação e silenciamento de governos, entidades e cidadãos.

A construção da mídia no Brasil, assim como em outras regiões do mundo, historicamente foi guiada pela perspectiva da comunicação enquanto uma mercadoria e não um direito. Para superar os desafios impostos por essa lógica que estrutura o setor em nosso país, é essencial garantir efetiva participação da sociedade nos diversos processos que envolvem o tema; regulação, produção, financiamento, etc.

Concomitantemente, é crucial inserir e promover em nossas políticas públicas conteúdos sobre letramento midiático para que a sociedade compreenda com clareza o quão essencial a comunicação é para garantir seus direitos, afim de superar as influências dos grupos dominantes e os lobbies praticados no setor.

Em “Rádios Livres: a reforma agrária no ar” Machado, Magri e Masagão, avaliam o modelo de distribuição de concessões no Brasil como “um sistema de controle das emissões pelo poder de Estado”, cuja “função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir” (1987, p.17). Os autores pontuam ainda que da forma como está organizado, o serviço de radiodifusão brasileiro representa:

(...) a convergência de interesses do aparelho estatal, das redes de distribuição, do sistema publicitário e da indústria fonográfica. Não funciona jamais como serviço público e menos ainda como meio de comunicação, uma vez que ninguém (a não ser seus proprietários-concessionários) está se comunicando através dela. A sociedade

está excluída do monólogo que elas fabricam (...) (Machado; Magri; Masagrão, 1987, p.16)

Neste cenário, as rádios comunitárias no Brasil surgem como um protesto contra o Estado e o empresariado do setor (Peruzzo, 2003). O caráter irreverente e contestatório é característica comum às iniciativas contra hegemônicas de comunicação. Seja em propostas experimentais como Alice, de cunho sindicalista como as emissoras dos mineiros na Bolívia ou revolucionárias como a Rádio Rebelde em Cuba.

### **3. A busca por legitimação da Rádio Favela**

#### **3.1 Legitimação e ordem social**

A legitimação e a ordem social são conceitos intimamente ligados e interdependentes. A mediação entre eles ocorre por meio do poder simbólico, que é a capacidade de moldar e controlar a realidade social através da manipulação de símbolos e significados. Esse tipo de poder é exercido através da internalização dos significados culturais e sociais e é fundamental na construção da realidade e na definição do sentido imediato do mundo.

Para iniciar a reflexão sobre a busca por legitimidade na Rádio Favela, é necessário identificar e contextualizar como essa ordem social é constituída e estruturada. Berger e Luckmann afirmam que a construção social da realidade ocorre quando interiorizamos o mundo e, a partir dos costumes, interpretações e elementos que nos são fornecidos, criamos três construções fundamentais: a sociedade, a realidade e a identidade.

A sociedade é formada a partir de um conjunto de normas, valores e instituições que regulam a convivência e as interações entre os indivíduos. A realidade social, por sua vez, é constituída através de processos de socialização onde os indivíduos assimilam e reproduzem esses valores e normas, dando-lhes um caráter objetivo e natural e a identidade é formada no interior desse contexto social, sendo influenciada pelas relações de poder e pelos significados atribuídos aos diferentes papéis sociais e pela subjetividade constituída individualmente pelos sujeitos, mas a partir de elementos externos.

Neste contexto, as instituições, sobretudo as de comunicação, desempenham um papel crucial na construção da realidade e conseqüentemente na ordem social. As instituições sociais são as responsáveis por compartilhar o sentido das coisas e negociar sobre esses sentidos e é através da comunicação que a realidade é criada e sustentada. Ela permite que os indivíduos compartilhem significados e negociem suas percepções da realidade.

No entanto, essa construção da realidade não é algo estático ou engessado, apesar de sua estabilidade. Transformações nas relações sociais, nos contextos culturais e nas instituições podem levar a novas percepções sobre a realidade. Novas ideias e valores podem desafiar as normas estabelecidas, tensionando as convenções e padrões existentes, podendo ocasionar em

transformações sociais. Contudo, a ordem social também pode se adaptar para incorporar essas mudanças e manter sua estabilidade.

Essa estabilidade, ou ordem social, tem uma relação direta com as instituições sociais pois elas atuam como guardiãs das convenções vigentes, exercendo poder e controle sobre os comportamentos individuais e sociais. Através de sistemas simbólicos elas exercem poder sobre a sociedade e o seu grau de poder está intrinsecamente ligado à legitimação dessas instituições. Ou seja, a legitimação das instituições é fundamental para manter a ordem social, ao passo que a ordem social é base para a aquisição e garantia da legitimidade de uma instituição.

(...) o processo de legitimação institucional está intimamente ligado à atuação da organização e ao grau de conflito existente no exercício do poder e no processo de tomada de decisão. Considerando ser uma visão utópica a eliminação total das tensões e conflitos na atuação de uma organização, é fundamental trabalhar o simbólico para aproximar o máximo possível a instituição da sua legitimação dentro da ordem social (Barichello; Flores, 2008, p.9).

Ao dominar e articular símbolos e significados que ressoam com as crenças e valores sociais, uma instituição pode moldar a percepção pública de sua autoridade e validade. Quando a instituição consegue alinhar seus valores e práticas com as normas e expectativas sociais compartilhadas, ela alcança legitimidade. O reconhecimento e a gestão dos universos simbólicos permitem que uma instituição construa e mantenha sua legitimação ao afirmar sua relevância e adequação dentro do contexto social ou de um campo de interação. Isso se dá por meio da capacidade de influenciar como a instituição é vista e compreendida pela sociedade, e como suas ações e propósitos são interpretados e aceitos, uma vez que a legitimidade “é construída através do exercício bem-sucedido da função política de uma instituição” (Barichello; Flores, 2008, p.4).

Entender a relação e o jogo existente entre a ordem social e os processos de legitimação das instituições é um passo importante para evidenciar as distinções e complementações entre a legalização e a busca por legitimidade na emissora, já que a primeira institucionaliza a iniciativa e a segunda valida a emissora perante a realidade social. Num esforço de entender esse processo, passaremos a seguir por um resgate sobre as imagens acionadas pela Rádio Favela ao longo da sua trajetória, num esforço de compreender como que ao longo da sua busca por legitimidade a emissora foi manipulando símbolos e significados para encontrar um espaço na ordem social vigente, adaptando sua identidade organizacional.

### 3.2. As várias imagens-conceito da Rádio Favela

Rudimar Baldissera (2008) explica que a imagem-conceito é uma significação construída em interação a partir dos elementos que uma entidade, instituição ou identidade fornece e a interpretação que sujeitos fazem desses elementos, mas a partir de suas subjetividades e repertório de mundo. Ou seja, a imagem-conceito não é algo sólido e rígido e sim fruto da interação entre alteridades.

Para pensarmos as distintas imagens-conceitos que podem existir sobre a Rádio Favela, parece-nos importante apontar as comunicações, que por sua vez ditam a identidade da emissora, que compõem sua trajetória ao longo destes quase cinquenta anos. Como vimos, a emissora emerge como um veículo clandestino de comunicação; em seguida, quando ganha notoriedade e passa a integrar e protagonizar a luta pela legalização das rádios comunitárias e em seu processo de legalização, é institucionalizada pelo Estado com a chancela do caráter educativo. Num esforço de perpassar por fundamentos que, em nosso entendimento, estão no cerne da construção da emissora, elencamos três conceitos para aprofundarmos: comunicação radical, comunitária e educativa-dialógica.

Ao analisarmos a construção comunicativa da Rádio Favela antes da sua legalização, podemos elencar características como o forte caráter de oposição e a informalidade (Simões; França, 2001), conceitos fundantes da mídia radical alternativa. Nesta mesma lógica, operava, por exemplo, durante a década de 1970, a rádio Alice na Itália. A emissora é considerada por Downing (2002) como a mais notória estação de rádio radical. Sua programação em nada se assemelhava aos padrões dos demais veículos, poemas, aulas de yoga, recitais de livros e discussões sobre os mais variados assuntos eram alguns dos componentes de sua grade.

Em um trabalho publicado no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, o professor Mauro Sá Costa transcreve uma das chamadas da emissora “Rádio Alice transmite: música, notícias, jardins floridos, conversa fiada, invenções, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amores, boletins de guerra, fotografias, mensagens, massagens, mentiras...”.

A Rádio Alice se apresentava como “eticamente intransigente, contra informativa e poética libertária”. Com o nome sugere, [ao fazer alusão ao livro Alice no País das Maravilhas] a emissora tinha o objetivo de ir através do espelho, ou seja, não pretendia refletir a sociedade e padrões de produção existentes, mas almejava ser um “fator transformador delas”. Um exemplo que pode ilustrar essa proposta da emissora - e que é citado por Mauro Costa em seu

trabalho - foi a cobertura realizada pelo veículo da passeata estudantil-operária contra o presidente da Confederação Geral do Trabalho de Bologna, em 1977. Um dos repórteres da emissora entrevista ao vivo um estudante baleado durante a manifestação e ironicamente diz: “Uma declaração para Rádio Alice: como você se sente baleado pela polícia comunista da prefeitura de Bologna?” “AAAH! AAAAAAH! AAAAAAAAHH!!!”. (Costa, 2004, p.3).

Em outro episódio, a emissora passa um trote, ao vivo, no presidente do Conselho Italiano Giulio Andreotti. Como relata Costa:

Telefona um dizendo ser o senador Umberto Agnelli (dono e presidente da Fiat Automóveis). Andreotti atende em quatro segundos. O suposto Agnelli passa-lhe um sermão: “Como você pensa que a gente pode trabalhar dessa maneira... greves selvagens, manifestações... não há um dia de calma por aqui... quero a polícia, me manda a polícia!!!”. Andreotti responde no mesmo tom: “Você está pensando que a nossa situação é diferente, em Roma? Aqui, da minha janela, no Ministério... não há um dia sem bandalheira, estudantes, operários, um horror...!!!” A conversa se prolonga por cinco minutos, com observações cada vez mais absurdas do suposto Agnelli, até Andreotti perceber que está sendo enganado... (Costa, 2004,p.3)

Como vimos, a desobrigação com o padrão formal de comunicação dos veículos convencionais é intrínseca à mídia radical, uma vez que ela é construída por audiências ativas que se apropriam dos meios convencionais de comunicação para questionar esses instrumentos e a sociedade no qual eles estão inseridas (Downing, 2002). Como resposta a esse caráter irreverente, inerente à mídia radical, o empenho dos mais diversos aparatos de repressão a fim de dizimar tais iniciativas é também uma constante que caracteriza este tipo de comunicação, já que “a história da mídia radical [...] é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades” (Downing, 2002, p.54).

Com a explosão exponencial das iniciativas de radiodifusão comunitária nas décadas de 1970 e 1980 (Oliveira, 2010), inúmeros teóricos brasileiros se debruçam a entender e categorizar quais pressupostos e objetivos caracterizam tais iniciativas. Dentre eles, é predominante (Peruzzo; Luz; Oliveira) o entendimento de que emissoras que se intitulam como tal, devem se portar sobretudo como atores sociais que advogam em prol da comunidade na qual estão inseridos a fim de promover a cidadania.

Tornam-se assim as emissoras comunitárias em agentes de mudanças e corresponsáveis pela tematização de determinados assuntos na esfera pública na qual atuam em consonância com os campos de interesse público e a mobilização da comunidade em seu entorno. (Oliveira, 2010, p.176)

Também a capilaridade e polifonia das comunitárias são entendidas enquanto um importante potencial sobre sua capacidade de interferência na esfera pública. Somados, estes fatores podem ser lidos enquanto uma ameaça ao poder vigente (Oliveira, 2010). Na Rádio

Favela, ambas as características se faziam presentes na emissora durante a década de 1990. Abaixo duas reportagens que ilustram a popularidade da emissora - relatando a audiência do veículo entre os alunos de classe média /alta de Belo Horizonte (Figura 8) e outra que ressalta a extensiva perseguição policial empregada contra o veículo. (Figura 9).

**Figura 8** - Reportagem publicada em 1996 no jornal Estado de Minas. Abaixo o trecho citado em destaque.

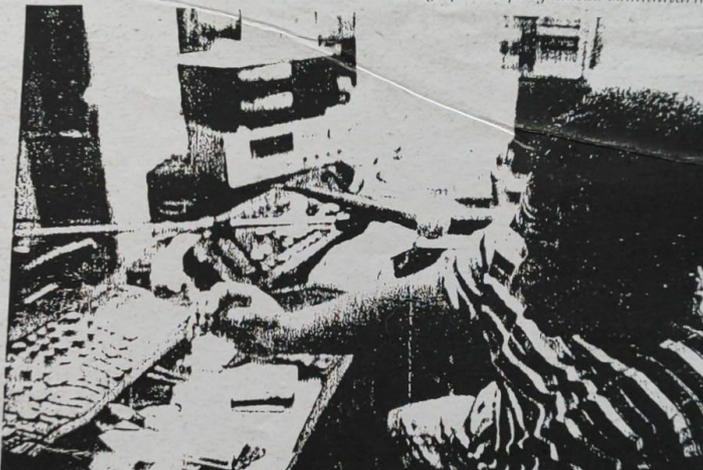
DOMINGO GERAIS/BEM ESTAR ESTA DORR MI. Página 37

# Um campeão de audiência

Rádio pirata é fenômeno de popularidade e eficácia na divulgação de programas comunitários

TACIANA ARCE

Final do período militar, ano de 1981. O uso e o tráfico de drogas, antes em escala reduzida, passam a dominar os morros. Nas favelas da Serra um grupo de rapazes decide criar um movimento de resistência, com a difícil missão de tentar barrar o avanço das drogas nas vilas e retirar os jovens da marginalidade. Com os equipamentos usados para fazer "um som" no final de semana, cerca de 50 "crans legais" criam a 104.5 FM, Rádio Favela. Dezesseis anos depois a rádio continua viva, apesar das várias tentativas de desarticulação. Abandonou a pecha de Rádio Pirata e imponente exibe o nome de Rádio Comunitária. Alguns dos fundadores continuam com o trabalho até hoje, batalhando pelo resgate da cidadania dos marginalizados moradores da favela. Conenoram a popularidade da rádio e a eficácia dos seus programas anti-drogas e pré-estudo, mas tristemente exibem suas perdas. Da turma inicial, poucos restam. Muitos se envolveram profundamente com o tráfico, foram mortos nos brigos, nas batidas policiais ou simplesmente desapareceram. Há algum tempo



MISAELO COLOCA no ar a rádio que já ganhou ouvintes das classes média e alta e estoura com 22% de audiência

## Corra que a PF vem aí...

Quando foi ao ar pela primeira vez, em algum dia de 1981, a Rádio Favela funcionava a baterias e palha. Com o tempo, a emissora passou a ser alimentada por uma rede elétrica. Mas, mesmo com a melhoria das condições, a rádio continuou sendo considerada uma emissora ilegal. A Polícia Federal, preocupada com a possibilidade de a rádio ser usada para a divulgação de mensagens subversivas, passou a monitorar de perto a emissora. Em 1996, a Polícia Federal realizou uma operação para apreender a emissora. Os equipamentos foram confiscados e a rádio foi desativada. No entanto, a comunidade continuou a lutar por uma rádio legal e comunitária. Hoje, a Rádio Favela continua a transmitir, apesar das dificuldades. Ela é considerada uma das rádios mais populares de Belo Horizonte, com uma audiência de cerca de 22%.

Alunos ricos também são fãs da rádio

Uma pesquisa realizada pelas organizações do Colégio Santa Maria, na Serra, revelou que 50% dos estudantes utilizam a rádio, enquanto as famílias pobres têm 10% de ouvintes por apenas 25% das aulas.

A exploração pelo estar na programação nada formal da Rádio Favela. Apesar dos colaboradores fixos, qualquer um pode ser locutor, DJ, apresentador ou produtor. Quando não está ouvindo, cerca de 80 jovens se ocupam da programação, número que diminui consideravelmente quando problemas como deslocamentos e instalações assolam a região. A intervenção ocorre todos os programas, com ênfase da lusa Choque, voltado para as mulheres e comandado por Dani Marquês, de apenas 20 anos.

A rádio também não tem hora marcada para entrar no ar. Assim que a vibração da abertura anuncia o início da transmissão, cerca de 80 locutores por dia, para comentar os programas, pedem uma música, sugerir assuntos, chamar a atenção das autoridades para alguma problema.

Até os de cabotem, chegam de várias favelas de vici-

**Em destaque:**

## Corra que a PF vem aí...

**Q**uando foi ao ar pela primeira vez, em algum dia de 1981, a Rádio Favela funcionava a bateria e pilha, em um cômodo de chão batido num dos morros da Serra. Para driblar a fiscalização do Ministério das Telecomunicações a rádio só funcionava à noite ou nos finais de semana, quando não haveriam funcionários para desativá-la. A primeira repressão foi em 1982, quando os integrantes foram presos e sentiram a dor das coronhadas que caíam sem dó. Durante os dezesseis anos a rádio foi fechada outras duas vezes, a última há pouco mais de um

ano. Com medo dos federais, a rádio passou a maior parte da sua existência percorrendo vários barracos do aglomerado da Serra. Depois da última apreensão, em novembro de 1995, Misael Aveiño dos Santos, líder fundador da rádio Favela, decidiu que era hora de parar de correr. "A rádio não é como as outras piratas que atendem aos interesses de um grupo. Ela é a voz do povo dos morros. É aclamada como rádio comunitária e não está aí para alguém ganhar dinheiro", explicou Misael.

Apesar de ter seu local específico, na Vila Conceição, atualmente a rádio funciona na casa de um dos ra-

dialistas. As fortes chuvas do início do ano alagaram a sede da rádio e quase danificaram a aparelhagem de som. No mesmo local onde a 104.5 está instalada funciona um programa de reforço escolar que atende 70 crianças em situação de risco social. O objetivo não é só proporcionar uma melhor qualidade de ensino às crianças, evitando assim a repetência. A grande esperança é conseguir evitar que os meninos e meninas ganhem as ruas. "Lá os meninos aprendem a roubar, se drogar ou se prostituir. Aqui na favela não. Eles só viram meninos de rua quando conhecem a cidade. É a

descida deles que a gente tem que

evitar", explica Misael. Sem um patrocínio não é muito fácil lutar por esse objetivo. Para os 160 mil moradores não existe nem mesmo um campinho para uma partida de final de semana. Segundo a avaliação das mães das favelas o ensino nas escolas é muito fraco: "Parece que nenhuma professora boa quer entrar aqui", lamenta uma delas. O preconceito do "povo de baixo" em relação à população do morro não pára por aí. Taxistas normalmente se recusam a entrar no aglomerado, mesmo quando o caso é de urgência e revistas e outras correspondências também costumam não ser entregues.

Fonte: Acervo José Guilherme de Castro

Figura 9 - Reportagem publicada na revista IstoÉ em 1998



## COMPORTAMENTO

MÍDIA ALTERNATIVA

# Voz que vem do morro

Rádio pirata montada em favela de BH já foi até premiada pela ONU

FRED MELO PAIVA

**"V**ocê está na Favela", anuncia a vinheta. Bem no meio do Aglomerado da Serra, um conjunto de 11 favelas encravado na zona sul de Belo Horizonte, a sua fatia mais nobre, está instalada a Favela FM (104,5). Fundada por um grupo de 50 amigos há 17 anos, é hoje uma experiência inédita – menos por sua longevidade, mais pelo trabalho social desenvolvido nas áreas pobres da cidade. Foi dessa forma que as paredes mal-acabadas do baraco onde a rádio funciona ganharam, de um ano para cá, dois prêmios da ONU em reconhecimento às campanhas feitas contra as drogas. Embora ilegal – tem apenas alvará para atuação como veículo comunitário –, a Favela bem que merece mais. "Pregamos a autoestima e a consciência política", explica Misael Avelino dos Santos, 38 anos, diretor de programação nascido e criado no



morro. "Dizemos que política não é só construir viaduto." No último mês de agosto, Misael esteve na Itália como representante do Brasil no 7º Encontro Mundial de Rádios Comunitárias. "Foi difícil aquele pessoal me entender", conta. "Eu não falo nem português, né, é favelês mesmo."

Na base do "favelês", e há cinco anos no ar, um dos programas de maior sucesso da Favela é o *Uai Rap Soul*, dedicado ao rap local. Apesar de a rádio fazer parte de uma das letras do grupo Racionais MC's, o que pega mesmo é o ecletismo. Pela manhã, há música caipira (*Arapuca caipira*) e as notícias do dia (*Tô no Rango*), transmitidas, em sua maioria, por jornalistas de outros veículos. No lugar da *Hora do Brasil*, a Favela traz o *Bolero do Lero-Lero*. Durante todo o dia, entre vinhetas do tipo "essa rádio é uma merda", recebem, ao vivo, mais de 500 telefonemas. A maioria é de moradores do morro que usam a estação para falar com a família. Dessa forma, é comum ouvir que um

tal "seu José avisa que vai fazer hora extra". "A rádio é a Internet do favelado", resume Misael. "É a estação mais revolucionária do mundo", aumenta Rogério Beirão, 26 anos, o DJ do *Uai Rap Soul*.

A Favela vive hoje numa curiosa clandestinidade. É a quarta em audiência na Grande BH, a segunda na zona sul da cidade – pelo alvará de que dispõe, sua incidência não poderia ultrapassar 1,5 quilômetro de raio. Embora ainda tenha de manter transmissores escondidos em copas de árvores, sua receita é preenchida em grande parte pela veiculação de campanhas da prefeitura e do governo estadual. Quando estiveram na Itália, levaram a tiracolo uma carta do prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), apresentando-os ao prefeito de Veneza como "a revolução da comunicação dos países em desenvolvimento". Com a polícia nos calcanhares, a rádio já trocou de endereço mais de 30 vezes. Até 1994, só transmitia a partir das 5 horas da tarde. Mesmo assim foi palco de mais de uma centena de batidas policiais. Uma delas aconteceu em setembro de 1997, no dia seguinte à festa *Um Ano Sem Pulo*, justamente uma comemoração pelo primeiro aniversário da última investida da PM. Misael responde a cinco processos pelo funcionamento ilegal da rádio, mas não liga muito. "Tenho é orgulho", ironiza. "Sou o único nascido no morro que tem processo de rico." ■



O "FAVELÊS" EM AÇÃO na voz de Misael (acima) e a carta do prefeito, orgulhoso

ISTC01/147-28/09-

Todavia, embora que dentro dos trâmites da Portaria Interministerial nº651 de 1999, a Rádio Favela possa não atender (Costa Filho, 2012) integralmente ao que é elencado pelo governo como educativo, não nos parece produtor ignorar por completo o arcabouço construído pelo veículo em sua trajetória. Com base neste argumento, acreditamos ser adequado adotar aqui o conceito de educativo como proposto em Paulo Freire em sua comunicação dialógica.

Em sua proposta pedagógica dialógica, Paulo Freire destaca a importância do que ele denomina como temas-geradores como ponto de partida para a reflexão sobre a realidade social. Tais temas, como pontua o autor, geralmente estão encobertos por situações-limite, ou seja, questões da vida concreta que incitam nos sujeitos uma reflexão crítica sobre os condicionamentos e opressões por eles enfrentados.

Em um estudo sobre alteridade na Rádio Favela, Simões e França (2001) ilustram movimentações que vão ao encontro desta proposta. Um dos apontamentos levantados pelas autoras à época, era que temas como a discriminação espacial, social e racial se faziam recorrentes na emissora, acionados em distintas abordagens, mas sempre com o intuito de politizar o ouvinte acerca destas questões sociais, num esforço, como pontua Freire, de que os homens “não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão.” (2021, p.141).

Um exemplo recente, foi o posicionamento da emissora diante da epidemia de dengue enfrentada em Minas Gerais. Na edição do dia 04 de março de 2024 do programa Autêntica Super Popular, Misael Avelino dedicou quase toda a programação para informar, politizar e provocar a população sobre a situação da doença. De acordo com a edição do dia 01 de março do Boletim Epidemiológico de Arboviroses em Belo Horizonte, a regional Centro-Sul, onde está localizada a emissora, ocupava o 2º lugar no ranking de contágio, com 1.450 casos confirmados. Abaixo uma transcrição de uma das falas:

“Não dê hospedagem 5 estrelas para o Aedes Aegypti! A coisa não tá brincadeira não! Tem gente reclamando que a gente só fala de dengue, mas a coisa tá feia! Não baixe a guarda pro mosquito. A UPA tá cheia! Depois não adianta neguinho ficar reclamando que não tem vaga no hospital e que tá demorando o atendimento. Não dá mole, não!” (Avelino, 2024).

Ainda sobre o estudo de França e Simões, voltamos ao ponto do caráter informal com que a emissora construiu sua programação. Sob este aspecto, a Rádio Favela também pode ser lida como uma tentativa de comunicação educativa-dialógica, entendendo que Freire propõe

como pressuposto à sua construção, que os interlocutores envolvidos no ato comunicacional se coloquem em pé de igualdade com aqueles com quem desejam comunicar. Estas são algumas pistas que nos permitem estimar que a construção da comunicação na emissora se relaciona com a proposta de comunicação educativa-dialógica de Freire.

### **3.3 Dramaturgia social e a busca por legitimidade**

A proposta desta pesquisa é desvendar, a partir de análise sobre embates comunicacionais, como se dá a construção e busca por legitimidade na Rádio Favela. Entendemos que o gerenciamento da imagem da emissora nesses embates e as relações de poder que perpassam esses episódios são elementos centrais à nossa investigação. Por isso, tomaremos como norte para o entendimento sobre o que é legitimidade, a teoria de gerenciamento de impressões de Erving Goffman.

Ao propor uma compreensão sobre as interações sociais a partir de uma perspectiva dramaturgical, Goffman pontua que as nossas relações são mediadas por um conjunto de normas, expectativas e condutas, como uma espécie de script que se modifica de acordo com os cenários em que estamos e os papéis para os quais nos colocamos. Para o autor, os indivíduos e instituições performam como atores sociais cujo os papéis são determinados com base nas interações estabelecidas.

Goffman determina as interações sociais como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações um dos outros, evidenciando que a interação se trata também de um jogo de poder. Essas interações protagonizadas entre atores e observadores são fundamentadas em projeções morais que ambos mantêm do que “deve” ser aquela interação.

O autor pontua ainda que há entre os atores aqueles que de fato acreditam nos papéis que representam e outros que por interesse e/ou motivações diversas mantêm o papel representado, classificando-os como ator sincero e cínico. É importante destacar esse trecho pois há uma linha tênue entre os dois termos. Além disso, o ator denominado cínico não exatamente age de má fé ou por interesse próprio, pode utilizar desse artifício da representação para alcançar objetivos e avanços coletivos. Diversas camadas de análise perpassam a representação social, por isso é sempre “um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas” (Goffman, 2002, p.17).

Como dito, esse jogo de representações não acontece de forma passiva ou desintencional, uma vez que os atores, segundo o autor, empregam um esforço constante para

tentar gerir a sua imagem diante do mundo. Para tal, o indivíduo busca aprimorar sua concepção sobre o que “deve” ser a interação social da qual participa, a fim de controlar/dominar situações e evitar constrangimentos.

Cada tipo de papel performado traz consigo uma espécie de protocolo padrão, tanto para o observador quanto para aquele que protagoniza a situação. Por exemplo, espera-se que uma costureira tire as medidas de sua cliente ao produzir uma peça. Ou, espera-se que um agente censitário use um colete identificando a instituição que trabalha e o seu nome e que tenha em mãos algum tipo de questionário a fazer aos moradores da residência que visita. E a partir dessas espécies de protocolos pré-estabelecidos e convencionados socialmente, os atores vão aprimorando o papel que desempenham. Quanto mais aprimorado seu papel, maior controle o ator terá sobre a interação e a impressão gerada ao observador.

Além do desempenho do ator e seu domínio sobre a interação vivida, outros elementos também contribuem para a impressão que o observador fará. Ou seja, o ator não possui controle total sobre a impressão que fazem de si. Isto porque, além dos gestos, expressões e comunicação emitida pelo ator, outros elementos também comunicam ao observador sobre o papel desempenhado. Goffman afirma que “sejam quantas forem as etapas no jogo da informação, o observador sempre levará vantagem sobre o ator” (2002, p.18). Percebemos então que, por mais domínio que o ator tenha sobre a situação vivida, o gerenciamento de impressões é condicionado por uma série de fatores.

As fachadas são importantes elementos que nos ajudam a compreender como as impressões são formadas. Elas são definidas por Goffman como “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (2002, p. 29). São, portanto, um equipamento expressivo que pode ser acionado de forma intencional ou inconsciente.

Goffman divide a fachada social em cenário e fachada pessoal. O cenário são os elementos que, assim como a representação do ator, também expressam ou contribuem para projetar a impressão do papel desempenhado, como a sala de aula para o professor. Já a fachada pessoal, são elementos que intencionalmente ou inconscientemente comunicam algo ao observador. Esses elementos podem ser transitórios, como um tipo específico de vestimenta ou gesticulação ou fixos como a raça de um indivíduo.

A fachada social também serve de artifício que facilita ao observador mobilizar situações semelhantes e anteriores para conceber sua impressão sobre a representação que está ocorrendo. Para isso, dois conceitos são fundamentais: o caráter abstrato da fachada e sua

generalidade. Ambos contribuem e incentivam ao observador que crie uma espécie de “portfólio” ou “vocabulário” das fachadas permitindo que com poucos elementos, o observador consiga alocar aquela situação em um grande agrupamento no qual ele já detém alguma familiaridade sobre a representação a ser desenvolvida. Então, o caráter abstrato das fachadas guarda expectativas, valores e padrões e a generalidade é a capacidade de classificar esse caráter abstrato e acioná-lo conforme demanda a interação.

Para que essa lógica da impressão - criada a partir de uma representação - seja orquestrada com êxito, é preciso coerência entre todos esses elementos. Quando há uma discrepância entre eles, acontece o que Goffman denomina como uma ruptura definicional. Como se alguma peça não encaixasse no quebra-cabeça que está sendo montado. A partir daí podem ser aplicadas ações defensivas ou protetoras, no intuito de anular ou aniquilar o desarranjo.

Medidas defensivas são tomadas pelo ator, na tentativa de contornar alguma expressividade - emitida consciente ou inconsciente - que tenha lhe fugido ao controle, chegando aos observadores com uma mensagem distinta à do seu objetivo. Já as medidas protetoras são acionadas pela plateia ou “estranhos” - que são sujeitos que externamente ou marginalmente acompanham a representação que está sendo desempenhada, mas não necessariamente participam da interação - no intuito de preservar concepções, valores e padrões estabelecidos e convencionados. Além dessas medidas, há um esforço contínuo de combate às discrepâncias. "Achamos que são constantemente empregadas práticas preventivas para evitar esses embaraços e que práticas corretivas são constantemente empregadas para compensar as ocorrências desabonadoras que não tenham sido evitadas com sucesso". (Goffman, 2002, p.22)

Há aqui um evidenciamento de como essa lógica das representações organiza e pratica formas de controle sobre os indivíduos. Esse controle ocorre através de aparatos que executam repressão e punição aos desviantes, mas se dá sobretudo a partir da subjetividade dos sujeitos.

Apesar de operar como um facilitador para a conformação de impressões, ao categorizar características físicas e sociais, as fachadas restringem as possibilidades de interpretação dos atores e das interações sociais. Goffman afirma que é o indivíduo assume um papel que não somente é novo para ele, mas também não está estabelecido na sociedade, ou se tenta modificar o conceito em que o papel é tido, provavelmente descobrirá a existência de várias fachadas bem estabelecidas entre as quais tem que escolher". (Goffman, 2002, p.34).

Ao mesmo tempo em que cerceia possibilidades de impressões, a manutenção das fachadas engessa e supervaloriza certos padrões de representação criando um patamar

idealizado. Várias combinações podem levar uma representação à ruptura definicional. No extremo dessa divergência está o conflito entre a idealização e o estigma.

Quando falamos de dinâmicas sociais fundamentadas a partir de representações, a idealização é lida como um padrão a ser alcançado, podendo ser interpretada como uma “cerimônia de rejuvenescimento e reafirmação expressiva dos valores morais da comunidade” (Goffman, 2002, p.41). Portanto, a idealização também é contemporânea de sua sociedade, ou seja, é suscetível a mudanças.

Sob o viés da teoria das representações, o autor destaca que a idealização pode ser alcançada através de artifícios e manipulações operadas pelos atores em cena, seja omitindo e/ou suprimindo elementos de sua fachada que desabonam a representação na qual deseja alcançar o padrão ideal, seja falsificando elementos que contribuem para o seu desempenho. Como estamos partindo do entendimento que a legitimação é o fruto de uma disputa de imagem, o alcance da idealização pode então ser interpretada como a vitória nessa disputa, ou o ápice da representação de um ator social.

Na outra ponta deste padrão, está o estigma social. Para Goffman, os indivíduos estigmatizados são aqueles que carregam consigo alguma marca que sinaliza um desvio naquilo que é esperado como conduta ideal daquela sociedade. O estigma varia conforme o contexto em que o indivíduo está inserido, uma vez que é através das relações sociais que eles são processados e apontados. Ele é uma classificação negativa que surge de determinados grupos sociais que têm o poder de designar essas classificações.

Goffman tipifica o estigma em três categorias: abominação do corpo, culpa de caráter e marcas tribais, raciais ou religiosas. A primeira aponta para alterações corporais (físicas ou mentais) que diferem de um padrão estabelecido por uma sociedade, o segundo aponta para desvios comportamentais abominados por uma comunidade e o terceiro classifica características e elementos culturais como um defeito. Assim como a idealização, os estigmas também têm caráter processual e são restritos a um período de tempo.

Trazendo para o nosso objeto de pesquisa a teoria desenvolvida por Goffman e como ela se aplica ao corpus da nossa investigação, primeiro precisamos entender como se conforma a fachada social da emissora? E o cenário que compõe a Rádio Favela? No Aglomerado da Serra, o cenário da emissora são as paredes sem reboco de sua sede, os equipamentos improvisados, os barracos e vielas que compõem a paisagem da favela, entre outros elementos que marcam a identidade do veículo e que funcionam como pano de fundo para o desenrolar das relações que ela estabelece. Apesar de Goffman afirmar que o cenário é geralmente

composto por elementos fixos, parece-nos que no caso da emissora, este cenário é “móvel”, acompanhando o veículo em qualquer situação ou interação social que ele participe. Um cenário que é corroborado pela fachada pessoal apresentada por seus integrantes.

Em todas as aparições públicas ou podemos dizer “representações” da Rádio Favela, seus integrantes sempre se expressam utilizando gírias e códigos linguísticos típicos do território onde vivem (ou seja, de certa forma eles transformam elementos que têm a possibilidade de serem transitórios, em algo “fixo” dessa fachada pessoal da emissora). Além disso, como demonstra o filme “Uma onda no ar”, os fundadores da rádio são todos homens negros retintos. Portanto, a representação da emissora é precedida e atravessada por tais marcadores sociais.

Se interpretados enquanto estigmas grupais, esses marcadores têm potencial de causar uma ruptura definicional nas representações protagonizadas pela emissora. Ao olharmos para a formação dos meios de comunicação no Brasil, conforme já mencionamos, veremos que suas raízes estão fincadas em uma determinada classe social. Essa contextualização é importante porque ela explica qual a idealização construída pela nossa sociedade quando acionamos no nosso portfólio a expectativa do que deve ser a representação de um veículo de comunicação ou de um profissional da comunicação.

Como Goffman aponta, para alcançar essa idealização, os atores em cena manipulam os elementos da sua fachada pessoal para que eles contribuam para que a representação em curso se aproxime o máximo possível do idealizado por aquela comunidade. A omissão de sotaques em âncoras de jornais de abrangência nacional ou a adoção de um tipo específico de corte de cabelo e vestimenta, por exemplo, ilustram algumas dessas manipulações.

No entanto, a Rádio Favela nasce jogando com esses ideais para questioná-los. O primeiro programa da emissora, *A verdadeira voz do Brasil*, utiliza da ironia para criticar os padrões existentes. Se de um lado os estigmas grupais afastam a emissora da idealização de uma representação, por outro a própria Rádio Favela constrói sua representação a partir do conflito, questionando o padrão vigente. A ruptura definicional parece ser não uma consequência, mas um princípio da construção da representação da emissora.

Partindo dessa concepção, o gerenciamento de imagem é uma constante na atuação do veículo, pois se em um dado momento demarcar sua discordância com a dinâmica social imposta é algo prioritário, em outro a criação de vínculo, cumplicidade e conivência com a sua plateia aparece em primeiro plano. Ao mesmo tempo em que a emissora faz questão de atuar escancarando a discrepância entre o que ela representa e o ideal imposto. Por outro, ela age

conforme a cartilha das representações, manipulando os elementos que dispõe para alcançar uma identificação com a sua plateia, por exemplo, quando pensamos na sua relação com a comunidade, com instituições educativas e outras emissoras comunitárias. Ficando assim evidente a complexidade no gerenciamento de impressões que é desempenhado pela emissora. Pois, o gerenciamento de impressões tem como objetivo estabilizar o significado ou propósito das interações sociais a fim de ter um domínio ou controle sobre essas relações. Domínio este que é fundamental para ajudar a projetar as expectativas de papéis.

(...) quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas do seu tipo tem o direito de esperar. (Goffmann, 2002, p.21)

No início da sua trajetória, quando sua plateia são os moradores da favela, a emissora é tratada como tal. Já para os aparatos de segurança do estado e até mesmo o próprio governo, a emissora representa um risco despendendo o mesmo comportamento dado aos infratores da lei.

Ao encabeçar a defesa de uma representação desviante da norma, o veículo se torna alvo de diversos mecanismos de prevenção e punição aos desvios. Essas práticas de repressão, como as incursões da Polícia na emissora podem ser entendidas, por exemplo, como uma tentativa de manter o curso do que deve ser a representação, uma vez que “todos, atores, a plateias e estranhos utilizam técnicas para salvar o espetáculo e evitar rupturas prováveis” (Goffman, 2002, p. 219). Mesmo após ser legalizada, a emissora segue vivenciado diferentes medidas de contorno ao “equivoco” promovido por sua atuação.

“(...) depois que a Rádio virou fundação, você não pode falar mais gíria, você não pode pegar mais firme. Mas tem hora que eu saio da linha. (...) tem um cara, secretário de segurança. Ele fala: "Estou te ouvindo... está bom o seu programa...." Mas aquilo é mentira! O que o delegado está falando é: "Oh, você presta atenção no que você está falando, que eu estou na sua cola..." (...) Já mandaram seis advertências para a Rádio” (Avelino, 2008).

Outra forma de contornar equívocos na atuação parte da própria plateia. Percebendo que há problemas com a representação desenvolvida, ela pode sugerir ao ator alterações e mudanças para que a situação tenha maior aceitação ou viabilidade. Pensando nas transformações que a identidade da Rádio Favela sofreu ao longo dos anos, nos questionamos se de alguma forma isto não foi resultado desses pactos de convivência entre a plateia e a emissora, sendo o primeiro

entre ela e a comunidade, depois tendo como plateia outras rádios comunitárias e por último um pacto com o Estado.

A trajetória da Rádio Favela em sua busca por legitimidade se desenha como uma jornada rumo à idealização cujo ponto de partida são os estigmas carregados pela emissora. Ou, uma jornada rumo à legitimidade, cujo ponto de partida são os tensionamentos provocados por suas vulnerabilidades. Ao mesmo tempo em que avança ou tenta avançar nessa busca, o veículo também alça a transformação da idealização imposta. Essas transformações são subsidiadas ou impulsionadas pela capacidade da emissora de ressignificar suas vulnerabilidades e a sua experiência produzindo resistência.

### **3.4. Autonomia e vulnerabilidades**

Olhar para as vulnerabilidades da Rádio Favela é algo fundamental ao fazermos uma análise sobre a sua busca por legitimidade, pois ao mesmo tempo em que elas são apontadas como características destoantes que marginalizam e desqualificam o papel desempenhado pela emissora, também operam como novas lentes para enxergar possibilidades outras de atuação. Partir de uma ruptura para questionar o padrão vigente, propondo uma transformação nesse ideal, pressupõe da Rádio Favela uma consciência sobre a realidade social em que está inserida e isto é princípio fundante para o agenciamento. Como afirma Flávia Biroli:

“O reconhecimento da privação do self em benefício de outros (...) seria fundamental para a agência, para a construção autônoma de si. [...]. Nessa perspectiva, a agência autônoma é possível quando a dominação é superada. A autonomia é um desdobramento da reflexão sobre as bases das preferências e das identidades que são nela fundadas.” (Biroli, 2012, p.31).

Ao ser colocada em cheque sobre a sua representação e identidade, a Rádio Favela faz um movimento de agenciamento sobre a forma como se dará suas representações, relações e interações. Optando por agir a partir das suas vulnerabilidades e não sob o seu encobrimento ou sob o jugo atribuído a elas. Essa capacidade de organizar e determinar como será a sua forma de atuação é o que garante às emissoras de caráter comunitário o potencial de agir sobre a realidade, como “agentes de mudanças e corresponsáveis pela tematização de determinados assuntos na esfera pública” em “consonância com os campos de interesse público e a mobilização da comunidade em seu entorno” (Oliveira, 2010, p.176).

Ao agir com intencionalidade e autonomia sobre as vulnerabilidades, a emissora faz um movimento de agenciamento que tem reflexos no coletivo e está imbricado com o conceito de territorialidade. Ela não só questiona o ideal imposto ao papel que ela pretende representar (veículo de comunicação) como também disputa o espaço físico e subjetivo onde se dá essa representação. Ao afirmar que a periferia não produz apenas sujeitos que devem ser “lidos” em papéis atrelados à violência, ela também pode produzir sujeitos para desempenhar outros papéis. Através do agenciamento, a Rádio Favela disputa o significado e o sentido que é dado ao território que ela ocupa.

Entretanto, esse agenciamento não é plenamente autônomo. É uma atuação limitada, que está sujeita às fragilidades impostas pelas vulnerabilidades que a emissora carrega e pela estrutura do sistema social em que ela está inserida.

(...) os indivíduos não são efetivamente iguais. A universalização dos direitos convive com formas de dominação, exploração e opressão que têm impacto na definição do horizonte de possibilidades e das ambições, assim como das escolhas efetivamente disponíveis para os indivíduos. [...]. Os indivíduos não são definidos como agentes igualmente competentes. Há filtros ancorados em preconceitos, estereótipos, tradições culturais e religiosas, e eles colaboram para o desenvolvimento diferenciado das competências necessárias para o agir autônomo. (Biroli, 2012, p.28)

Ter em conta a existência e dimensão do agenciamento que a Rádio Favela realiza a partir do rompimento que ela estabelece com a dinâmica de representação social é importante a esta análise porque também traz contribuições para entendermos como se dá e quais fatores atravessam o processo e a capacidade da emissora em gerenciar as impressões nas suas representações.

#### **4. Percurso metodológico**

Para responder ao problema de pesquisa proposto nesta investigação, traçamos um percurso metodológico conduzido através de uma pesquisa qualitativa via estudo de caso, tendo como técnicas de coleta de dados pesquisa bibliográfica e documental. Como recorte metodológico desta pesquisa, elegemos três acontecimentos que narram o processo de legalização e legitimação da Rádio Favela ao longo destes quase 50 anos. Como veremos adiante, a institucionalização da emissora divide sua trajetória em três períodos: clandestina, comunitária e educativa. Por isso, decidimos por um recorte sobre eventos vivenciados em cada uma das fases. Os episódios - ocorridos nos anos de 1992, 1997 e 2020 - ilustram os conflitos entre a emissora e os diversos atores com quem ela interage em sua busca por legitimidade. Esses acontecimentos foram reportados à autora em entrevistas e conversas realizadas com os integrantes da emissora, realizadas entre os anos de 2018 a 2023, quando por motivos profissionais, a autora constantemente frequentava o veículo. Por isso, são fontes de dados secundários utilizados na pesquisa como material documental.

O corpus da pesquisa foi constituído por reportagem televisiva, recortes de jornais e documentos do acervo privado da Rádio Favela. É importante ressaltar que lançar mão de diversas fontes de coleta de dados é característica desta técnica de pesquisa, já que “(...) o poder diferenciador do Estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações (...)” (Yin, 2001, p.27).

Frente às técnicas de pesquisa e coleta de dados escolhidas, entendemos que a Análise de Discurso Crítica, inspirada nos estudos de Norman Fairclough, seria uma técnica adequada para escrutinarmos os dados que obtidos, tendo em vista que este esforço analítico nos permite observar os dados subjetivos que possam aparecer nas coletas. Manhães (2012) afirma que a análise do discurso consiste em uma técnica de desconstrução dos textos para perceber como o mesmo foi montado. Nossa pretensão com a escolha desta técnica é analisar não as construções semânticas ou de sintaxe presentes nas coletas, mas pragmática - aquilo que se objetiva alcançar na vida cotidiana quando se conversa com alguém.

##### **4.1 A Análise do Discurso Crítica**

A Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough afirma que o discurso é uma prática social de constituição e construção do mundo em significados e é um elemento essencial

para desvelar as assimetrias de poder existentes em nossa sociedade. É um modo de atuação que está historicamente situado. Para entender essas assimetrias, o autor elenca alguns conceitos-chave como discurso, ideologia, hegemonia e poder.

Ainda na perspectiva do teórico, apesar de exprimir as desigualdades sociais existentes e suas ferramentas de manutenção e controle, o discurso também é um lugar onde os atores sociais encontram potencialidades de ação para mudanças na estrutura social, ocasionadas a partir de mudanças nas práticas discursivas. Essa perspectiva dialética é fundamental à nossa análise uma vez que as estratégias empregadas pelo objeto para responder ao sistema vigente e atuar em favor da sua busca por legitimidade são focos desta pesquisa.

Segundo Fairclough, olhando para o texto e como ele se manifesta, enquanto prática discursiva e social, podemos compreender as mobilizações de sentido acionadas, que manifestam a ideologia vigente e que “contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p.117), ou seja, as disputas de poder em torno da hegemonia dominante. Essas ponderações são importantes para analisarmos o corpus da pesquisa, que originam de distintos produtores; de caráter público, privado com finalidade comercial e privado com finalidade eleitoral.

Outra característica importante do objeto de pesquisa quando olhamos para a metodologia empregada, é que ele se trata de uma iniciativa que nasce com o intuito de produzir formas distintas de discursos e de disputar discursos existentes. Assim como outras estruturas sociais, como a igreja e a escola, veículos de comunicação têm inerente a si a característica de propor, controlar e moldar os discursos que circulam em nossa sociedade. Ou seja, mais do que um ator social que disputa um discurso, o objeto desta pesquisa é também um produtor de discursos e é importante ter isso em conta para dimensionarmos com qualidade as disputas existentes nesse conflito.

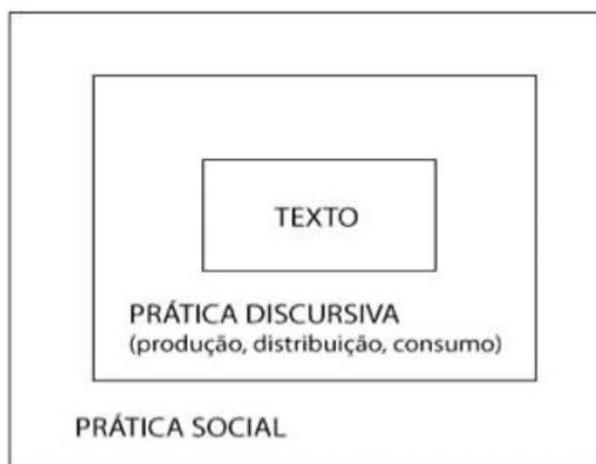
Dito isto, nossa análise será realizada com o objetivo de mapear a conexão existente entre os recursos linguísticos empregados para narrar os episódios elencados na pesquisa e as relações de poder que permeiam esses embates, no intuito de compreender, como o processo de legalização do veículo conformaram a busca por legitimação da emissora.

A Análise do Discurso Crítica (ADC) proposta por Fairclough tem como uma de suas principais fundamentações o trabalho de Foucault quanto ao que se refere à:

1. natureza constitutiva do discurso – o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais;
2. a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade – qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa;
3. a natureza discursiva do poder – as práticas

e as técnicas do biopoder moderno (por exemplo, o exame e a confissão) são em grau significativo discursivas; 4. a natureza política do discurso – a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele; 5. a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social. (Fairclough, 2001, p. 81-82).

Para o autor, o discurso pode ser analisado a partir de três dimensões e, para materializar sua proposta, apresenta uma concepção tridimensional em que a prática textual está contida na prática discursiva e, essa, na prática social, conforme representado a seguir:



**Figura 11** – Concepção tridimensional do discurso.

Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Nesse sentido, o discurso é tanto uma forma de agir no mundo e sobre os outros quanto um modo de representação e significação. O discurso é tanto conformado quanto conformador das práticas sociais, podendo tanto restringir como ser restringido pela estrutura social do qual faz parte e, assim, serve ao reforço de práticas e estruturas ao mesmo tempo em que é mecanismo de sua transformação.

No nível da análise textual, a ACD considera aspectos como “controle interacional”, “coesão”, “polidez”, “ethos”, “gramática”, “transitividade”, “modalidade”, “significado das palavras”, “criação de palavras” e “metáforas”. A análise da prática discursiva enfoca aspectos relacionados aos processos de produção representada pela “intertextualidade manifesta” e pela “interdiscursividade”, circulação e recepção dos textos manifestados pelas “cadeias intertextuais” e pelo consumo das informações representado pela “coerência”. E a dimensão da prática social enfoca análise das “ordens do discurso” e dos “efeitos ideológicos e políticos”

mais amplos, buscando compreender como o embate discursivo molda, quer seja fomentando a manutenção quer seja a transformação da realidade social.

#### **4.1.1 A prática discursiva**

Para Fairclough (2001, p. 91), o discurso deve ser percebido como “uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. O presente trabalho parte dessa inspiração para realizar sua análise crítica de discurso, não de forma estrita, mas sim ampliada, partindo de materialidades textuais (texto) compreendidas como práticas discursivas que, por sua vez, são entendidas como práticas sociais.

A prática discursiva remete à ideia de que toda produção de discurso está inserida em um conjunto de regras que definem suas condições de enunciação e que integra uma teia complexa de relações, recorrendo a outras práticas discursivas e não-discursivas, não se restringindo a um texto ou a um discurso específico. Assim, quando tratamos da prática discursiva neste trabalho, estamos nos referindo à manifestação do discurso na forma de textos, sendo esses falados e/ou escritos, e considerando seu contexto enunciativo, suas relações com outros textos (intertextualidade e interdiscursividade) e com a prática social - ou seja, entendendo que o discurso se conforma pelo texto em contexto.

O discurso deve ser observado a partir de três aspectos constitutivos e correlacionados a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso (Fairclough, 2001): função identitária, função relacional e função ideacional. A função identitária coloca o discurso como identidade e posição de sujeitos e está correlacionada à linguagem identitária ou a como esses sujeitos se estabelecem por meio do discurso. Já a função relacional refere-se à forma como um determinado discurso contribui para as relações sociais, no sentido de mediar as representações e negociações entre os participantes do discurso. E, por fim, a função ideacional diz respeito à contribuição do discurso para a construção de sistemas de conhecimento e de crenças, ou seja, quando os textos passam a, de fato, significar o mundo e seus processos.

Na análise da prática discursiva, na perspectiva de Fairclough, existem quatro dimensões a serem consideradas: a) a interdiscursividade, b) a intertextualidade manifesta, c)

as cadeias textuais e d) a coerência dessa prática (na visão do leitor). A interdiscursividade, remete à origem da produção do discurso, com os elementos que vão dar ordem ao discurso, conformando o seu gênero. A intertextualidade manifesta observa a referência explícita a outros textos presentes no que está sendo analisado. As cadeias intertextuais apontam para uma análise da circulação do discurso e da reverberação da prática discursiva sendo reutilizado para além dos destinatários aos quais se dirige. A coerência da prática discursiva está relacionada aos princípios interpretativos particulares aos quais o leitor recorre, sendo que as conexões de sentido geralmente apoiam-se em pressupostos contextuais, sociais e ideológicos.

Por isso, é importante ressaltar que, também em Fairclough (2001, p. 93), a análise da prática discursiva, ainda que realizada a partir de algum texto, deve estar sempre relacionada à da prática social, posto que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”. Com essa inspiração, partimos para a análise do corpus da pesquisa.

#### **4.2 O pão, a polícia e a eleição: três embates comunicacionais**

No início da década de 1990, o Brasil vivia sob uma grave crise econômica protagonizada pela inflação. Nas prateleiras dos supermercados, o mesmo item chegava a variar de preço três ou quatro vezes ao dia. Mas no Aglomerado da Serra, precisamente na Vila Nossa Senhora de Fátima, a economia andava um pouco melhor, ou pelo menos, mais próxima à realidade do bolso dos trabalhadores. Enquanto no asfalto o pão francês custava 0,9 centavos, nos becos o pãozinho de cada dia era vendido a 0,4 centavos.

A autoria do “milagre econômico” é reivindicada pela Rádio Favela. “(...) o pãozinho nosso chegou a quatro centavos, agora está cinco. O bolo é cinquenta centavos. O botijão de gás é mais barato do que no caminhão e no depósito. Nós conseguimos com a Rádio mostrar esse lado da coisa”, afirmou Misael Avelino em entrevista exibida, em 1992, no canal televisivo Rede Minas.

Na mesma reportagem, relatos da comunidade ilustram a relação da emissora com o povo. Os ouvintes afirmam, por exemplo, que o veículo é o lugar onde podem ir para reclamar dos problemas cotidianos e cobrar soluções. Por agregar diversos elementos que contribuem para construir uma ideia de como era a relação da emissora com a comunidade nos anos iniciais

da sua existência (primeira década), a reportagem foi elencada como um dos nossos materiais de análise.

Importante mencionar, que o objetivo inicial para este recorte era analisar a manifestação conjunta das favelas de BH, organizadas na União dos Trabalhadores das Periferias (UTP), que ocorreu em 1982. A manifestação reivindicava melhorias para as periferias como saneamento básico, urbanização, coleta de lixo entre outros direitos básicos. Além de datar-se nos anos iniciais da história da emissora - o que seria interessante à nossa pesquisa pois observaria décadas distintas da trajetória - este foi o primeiro episódio concreto em que a Rádio Favela foi, segundo relatos dos seus integrantes, acionada e/ou provocada a atuar em prol da comunidade. A partir daí a emissora começou a ter uma postura mais reivindicativa sobre as demandas da comunidade e das periferias em geral.

Ainda sobre o episódio, líderes comunitários da época e integrantes da emissora, relatam que a Rádio Favela atuou como mobilizadora para a manifestação e cobriu o ato, que culminou na expulsão - com jatos d'água - dos moradores que protestavam na porta da Prefeitura. Nem a extinta União dos Trabalhadores das Periferias, nem a Rádio Favela guardam documentos ou qualquer tipo de acervo sobre o episódio e nos jornais impressos do ano referido não encontramos qualquer menção concreta à manifestação, apenas indícios de sua existência, conforme veremos mais adiante. Apesar de expressiva, conforme relatam seus participantes, a manifestação não teve relevância para os veículos de comunicação e, aparentemente, o único veículo que noticiou o acontecimento organizado e protagonizado pela periferia de Belo Horizonte, foi a Rádio Favela.

Nosso segundo corpus de análise é datado na fase comunitária da emissora. Elencamos como episódio de embate a maior incursão da polícia nos estúdios da Rádio Favela, ocorrida em 1997. Na ocasião, cerca de 800 agentes das Polícias Federal, Civil e Militar, foram mobilizados para lacrar os transmissores da rádio. Além do recurso humano, dois helicópteros também foram acionados. O episódio marca o maior aparato armamentista empregado em todas as dezenas de operações que desencadearam no fechamento da emissora, contando, por exemplo, com o uso de fuzis. Nem mesmo no período ditatorial, tamanho aparato foi empregado.

Junto à dimensão do arsenal utilizado contra a emissora, outros fatos também tornam o episódio marcante na trajetória da Rádio Favela. O primeiro deles, é que a megaoperação ocorreu dois meses após a emissora receber um prêmio internacional, cedido pela ONU, em reconhecimento a sua atuação no combate às drogas. Até então, nenhuma emissora comunitária,

quicá nenhuma emissora brasileira em qualquer setor, havia recebido a honraria. Por isso, a premiação teve grande repercussão no noticiário e por muitos anos seguiu sendo citada em matérias que apresentam a Rádio Favela, inclusive é retratada na ficção de Helvécio Ratton.

Como veremos adiante, a megaoperação de 1997, que culminou no fechamento da Rádio Favela, foi noticiada como uma ação de enfrentamento e desmonte da rede de tráfico de drogas em Belo Horizonte. O fechamento da emissora é noticiado dentro deste contexto como uma espécie de consequência desta megaoperação, que ocorreu no Aglomerado da Serra. No entanto, não fica explícito se há ou não relação da emissora com o tráfico. Criando então um embate entre a imagem da emissora comunitária premiada pelo seu combate às drogas e da emissora clandestina fechada durante uma operação policial contra o tráfico de drogas.

Olhando para o contexto histórico, a megaoperação acontece um ano após a emissora formalizar-se como uma Associação Comunitária Cultural e também um ano após entrar em tramitação no Congresso o PL que propunha a regulamentação do serviço de radiodifusão comunitário brasileiro, texto que foi sancionado quatro meses após a operação das polícias. Ou seja, era um momento importante e decisivo de disputa sobre como o tema deveria ser “tratado” tanto pela sociedade de forma geral como pelo Estado.

Em 2020, no ápice da crise mundial sanitária pelo coronavírus, o papel do rádio na realidade dos brasileiros e brasileiras ganha um novo fôlego diante do abismo, ainda existente no país, sobre o acesso efetivo e de qualidade à internet. Neste cenário, a Rádio Favela ganha centralidade entre os moradores das periferias de Belo Horizonte, sendo referência para informações sobre proteção contra a contaminação, formas de acesso às políticas de assistência social, entre outros serviços. Além da utilidade pública, a emissora também endurece seu posicionamento político, proferindo duras críticas ao executivo federal pela negligência e omissão praticada.

Como resposta, a Rádio Favela voltou a vivenciar, dezenove anos após a sua legalização, um dos períodos mais violentos da sua história. Em relatos e entrevistas, os integrantes da emissora contam que neste ano, o veículo sofreu ameaças e retaliações morais e físicas. Um dos ataques deixou o transmissor da emissora completamente inutilizável. Em outras três ocasiões, a rádio também ficou fora do ar por causa de ataques aos equipamentos. A situação exigiu medidas drásticas como a instalação de câmeras de segurança no entorno da antena e na sede da rádio e pela primeira vez os portões da emissora foram trancados.

A situação de extrema vulnerabilidade das populações periféricas, o protagonismo reconquistado pelo rádio e o acirramento do conflito ideológico partidário escalando para

episódios de violência, culminou em uma decisão inédita nos mais de 40 anos de existência da emissora: a candidatura de um dos seus integrantes a um cargo político. Uma decisão que custou ao comunicador Misael Avelino, pela primeira vez, - exceto os períodos de prisão - o seu afastamento dos microfones da rádio.

A candidatura de Misael ao cargo de vereador de Belo Horizonte teve como principal identidade seu vínculo e trajetória na Rádio Favela. Em entrevista ao jornal Conexão BH, o comunicador afirmou que se candidatou para que a capital tivesse uma voz das periferias dentro da Câmara.

O que me fez me engajar no rumo político partidário foi o seguinte: as coisas que a gente consegue com o rádio não tá conseguindo mais. Nós conquistamos uma ferramenta que é o microfone, o direito de falar. Mas agora nós, moradores de vilas e favelas, precisamos conquistar a caneta, para poder assinar e fazer jus ao que nós precisamos (Canal Noticioso, set, 2020)

O pleito foi infrutífero, com apenas 984 votos, Misael ficou como o 4º suplente do seu partido para ocupar uma cadeira no legislativo municipal. Em entrevistas, o comunicador atribui o insucesso a alguns fatores como a falta de recurso para campanha “eu tentei fazer uma campanha com R\$ 1.000,00 reais” e a legenda a qual se filiou; o PMN, Partido da Mobilização Nacional “eu entrei num partido que só tinha bandido”, declarou em entrevista à PUC RJ.

Por sua especificidade e por congregar uma série de acontecimentos que marcaram a história recente da Rádio Favela, este episódio também será analisado como um embate comunicacional da emissora em sua busca por legitimidade. Além disso, o episódio também traz indícios de uma insatisfação da emissora com sua legitimação após a legalização.

Entendemos que os embates escolhidos elucidam as diferentes fases da Rádio Favela e sua forma de comunicar e conseqüentemente também ilustram a trajetória do veículo em sua busca por legitimidade. No primeiro embate, a construção da legitimidade se dá no agenciamento e referendamento que a comunidade faz sobre o veículo, o segundo embate é ilustrado através da coerção, física e ideológica, praticada pelo braço armado do Estado e o terceiro demonstra uma tentativa do fundador da emissora de conquistar uma espécie de “legitimidade” por outra via que não a institucional, disputando esse reconhecimento não só entre seus ouvintes e sua comunidade, mas com a sociedade em geral.

## 5. A Rádio Favela e o seu comunicar

Misael Avelino tinha apenas treze anos quando vislumbrou que criaria uma emissora de rádio e não demorou muito para conseguir realizar esse sonho. Três anos mais tarde, em 1976, ele colecionou, durante oito meses, peça por peça do brinde ofertado mensalmente, em uma revista de física, e conseguiu montar um transmissor de rádio. O aparelho emitia sinal apenas em um raio de 50 metros, mas com engenhosidade, o comunicador conseguiu expandir sua abrangência para um raio maior que 5 km. E foi assim, com um pequeno transmissor, um toca-fitas de rolo, um fone de ouvido e uma turma de amigos, com Nerimar Teixeira, Misael Avelino, Marcelo Avelino, Tonho mala veia, Bidão e Nego Beto, que no dia 18 de novembro de 1976 nasceu, em Belo Horizonte, a Rádio Favela.

"A nossa antena ficava no pé do abacate [que até hoje existe no quintal da Rádio Favela]. A gente colocava a antena num bambu de sete metros; de dia escondíamos o bambu na árvore, à noite a gente subia no abacateiro com o bambu na mão. Naquela época, nem todo lugar da favela tinha energia elétrica, então para fazer o transmissor funcionar a gente conseguiu duas baterias de uns tratores que estavam fazendo uma obra aqui perto". (Avelino, 2018)

Durante os primeiros anos, a Rádio era tida pelos jovens como uma brincadeira, mas como as demandas apresentadas pela comunidade e a adesão de ouvintes de outras regiões da cidade, a iniciativa ganhou corpo e propósito. As transmissões clandestinas da Rádio Favela, começaram como uma brincadeira de um grupo de adolescentes curiosos por tecnologia e novidades, mas logo a iniciativa foi capitaneada pelos moradores que reivindicavam dos jovens, não só a divulgação de problemas corriqueiros, como a perda de animais ou objetos, mas acima de tudo a denúncia sobre a realidade enfrentada. Em entrevista à professora Lilian Saback para alunos da PUC do Rio de Janeiro, em 2021, Misael Avelino declarou:

"Eu imaginava que era só aqui na favela [Serra] que a gente tava falando e naquela época o receptor FM era pouco, então eu não tinha noção. Quando eu fui numa favela que dá mais ou menos 7km de distância daqui, liguei meu rádio e vi que a gente tava tocando, aí eu tive noção do que que era. (...) Aí começou a cobrança para fazer reivindicações para as favelas de Belo Horizonte e aí foi que eu percebi a responsabilidade que eu tinha com a rádio, até então era só zoação, era só brincadeira." (Canal Saback, 2021)

A pressão para que a emissora atuasse como um instrumento de defesa e cobrança das comunidades teve um grande marco em 1982, quando os moradores da Serra, da Pedreira Prado Lopes, da Cabana Pai Tomás e de diversas outras favelas de BH se uniram para reivindicar da Prefeitura a implementação de saneamento básico dentro das periferias. Organizada pelas

lideranças do território e por entidades como a União dos Trabalhadores das Periferias (UTP), uma manifestação foi realizada na porta do executivo.

A Rádio Favela atuou como mobilizadora para a manifestação, convocando a população a participar e abrindo os microfones da emissora para a comunidade se pronunciar sobre o problema. No dia da manifestação, o veículo cobriu o ato ao vivo e na ocasião a prefeitura, sob comando de Maurício Campos (ARENA), utilizou - justamente - esguichos de água para dispersar a população. Com a cobertura ao vivo e a retaliação do Executivo, o ato ganhou a opinião pública de toda a cidade reverberando na conquista do direito básico para os moradores. Não só o saneamento, mas a partir do episódio as favelas de Belo Horizonte passaram a contar também com coleta de lixo, energia elétrica e o Código de Endereçamento Postal (CEP).

Recortes do noticiário da época dão indícios dos desfechos ocorridos após a mobilização. Como a nota veiculada em 29 de outubro de 1982 no jornal Diário da Tarde<sup>6</sup>.

**Figura 12** - Recorte do jornal Diário da Tarde, veiculado em 29 de outubro de 1982



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

A Rádio Favela atuou como mobilizadora para a manifestação, convocando a população a participar e abrindo os microfones da emissora para a comunidade se pronunciar sobre o problema. No dia da manifestação, o veículo cobriu o ato ao vivo e na ocasião a prefeitura, sob comando de Maurício Campos (ARENA), utilizou - justamente - esguichos de água para dispersar a população. Com a cobertura ao vivo e a retaliação do Executivo, o ato ganhou a

<sup>6</sup> Transcrição: Os moradores de nove favelas, todas densamente povoadas serão os primeiros beneficiados com a urbanização e consequentemente outorga dos títulos de propriedade a serem concedidos pelo prefeito Júlio Laender, conforme o projeto-de-lei criando o Pró-Favela - Programa Municipal de Reurbanização das Favelas em tramitação na Câmara dos Vereadores. Os estudos estão sendo realizados pela Prefeitura PRODECOM e Associações Comunitárias para a reurbanização das seguintes áreas na capital: Vila Cemig, Vila N.S. da Conceição, Vila Marçola, Pedreira Prado Lopes, Vila Senhor dos Passos, Barragem Santa Lúcia, Vila do Papagaio e Vila das Antenas.

opinião pública de toda a cidade reverberando na conquista do direito básico para os moradores. Não só o saneamento, mas a partir do episódio as favelas de Belo Horizonte passaram a contar também com coleta de lixo, energia elétrica e o Código de Endereçamento Postal (CEP).

O primeiro programa da emissora, “A verdadeira voz do Brasil” foi, por muitos anos, o carro-chefe da rádio e determinou a linha editorial do veículo. No programa, que entrou no ar oficialmente em 1982, eram noticiadas perdas de objetos ou desaparecimento de animais de estimação, recados do dia-a-dia, mas sobretudo as reivindicações dos moradores sobre as mazelas praticadas pelo poder público.

"Durante o dia, a gente ia anotando tudo o que acontecia na comunidade e, à noite, no horário da Voz do Brasil, entrávamos no ar e falávamos tudo. A gente denunciava os problemas, falava das reclamações dos moradores... Nós entrávamos no ar às 19 horas e ficávamos até uma hora da manhã com esse boletim". (Avelino, 2018)

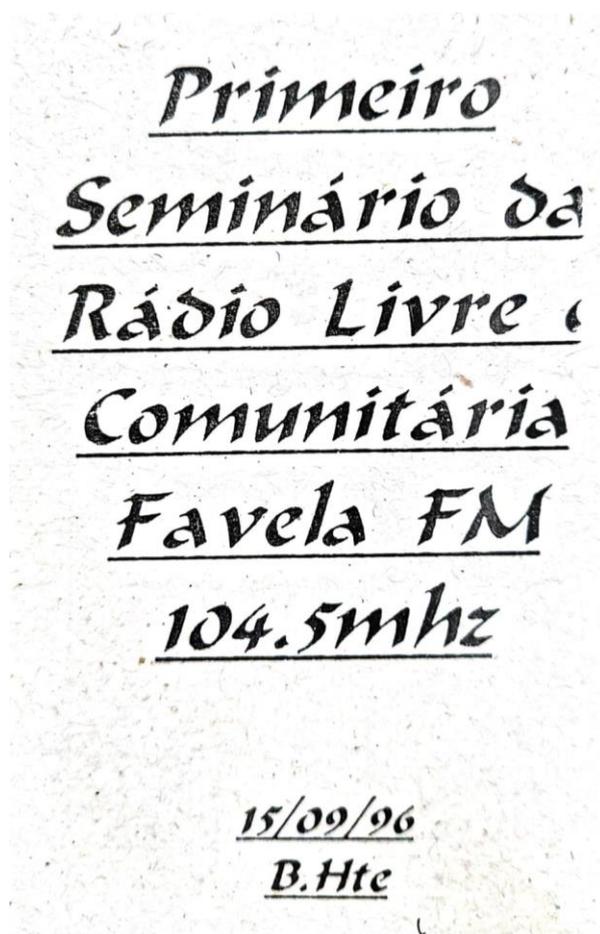
Em seus depoimentos e entrevistas, Misael Avelino conta que quando a Rádio Favela surgiu até havia nas redondezas algumas rádios, como a Del Rey, hoje 98 FM, mas que “os trabalhadores de lá compravam lanche no mercado da favela, mas no ar só davam bom dia para os moradores do Belvedere. Por isso que a gente precisava ter uma rádio, para dar bom dia para nós mesmos! Falar para o nosso povo, de favela para favela!” (Avelino, 2018).

Os fundadores da emissora não só davam bom dia, mas também falavam do povo e com o povo em uma linguagem comum à comunidade. Uma das características mais fortes da emissora, ainda nos dias atuais, são as gírias e outras marcas e códigos linguísticos específicos do território. A desobrigação com o padrão formal de locução, muito utilizado nas rádios comerciais, sempre foi algo intrínseco à emissora.

A partir de 1995, as iniciativas comunitárias de radiodifusão iniciaram uma série de mobilizações no intuito de formalizar, qualificar e organizar politicamente o setor. No mesmo ano, foi realizado o I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias, onde convencionou-se o termo “comunitárias” para classificar as iniciativas no Brasil, antes nomeadas como livres, piratas, clandestinas e comunitárias. Logo no início do ano seguinte, entrou em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.521/1996, de autoria do deputado Arnaldo Sá Faria (PPD). O texto agrupava uma série de propostas e demandas que surgiram no bojo dessas mobilizações das rádios comunitárias e eram fruto desta jornada rumo à legalização e estruturação do setor. No entanto, dentro do Congresso o PL sofreu uma série de alterações sendo sancionado na Lei 9.612/98, como veremos adiante.

Nesse mesmo movimento de organização do setor, a Rádio Favela formalizou, em 17 de junho de 1996, a “Associação Cultural de Comunicação Comunitária - Favela FM”, entidade que seria responsável por gerir, junto com a comunidade, a emissora. Em setembro, a Rádio Favela realiza o seu 1º seminário comunitário. Entre as propostas de discussão do encontro estavam, por exemplo, debate sobre o regimento da emissora, sobre sua programação e situação financeira, a proposição de oficinas de jornalismo e rádio para a comunidade e estratégias e trâmites necessários para a legalização do veículo. No encontro, foi registrada a participação de moradores das seguintes localidades: Barragem Santa Lúcia, Santana do Cafezal, Sabará, Taquaril, Vera Cruz, Vila Conceição, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Marçola, São Geraldo, Boa Vista, Padre Eustáquio e região Centro-Sul. Abaixo a capa e contracapa do panfleto do seminário.

**Figuras 13 e 14** - Capa e contracapa do panfleto do 1º Seminário da Rádio Livre e Comunitária Favela FM



Nessa época, a emissora mantinha uma relação estreita com a Prefeitura de BH, comandada por Célio de Castro -, o executivo inclusive anunciava suas campanhas na emissora. Pela relação e reconhecimento sobre sua atuação, a Rádio Favela ganhou uma “autorização” de funcionamento cedida pela Prefeitura de Belo Horizonte, mas o documento em nada tinha validade frente às incursões da Polícia Federal e da Delegacia de Polícia das Telecomunicações (DENTEL), uma vez que o serviço de radiodifusão é de propriedade e controle da União.

No ano seguinte, em julho de 1997, a Rádio Favela recebeu o seu primeiro prêmio da ONU, em reconhecimento ao trabalho realizado pela emissora no combate às drogas. A condecoração foi ofertada especificamente ao programa Uai Rap Soul. O prêmio foi entregue presencialmente, no fim do ano, em cerimônia durante a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação da ONU, que aconteceu em Genebra, Suíça.

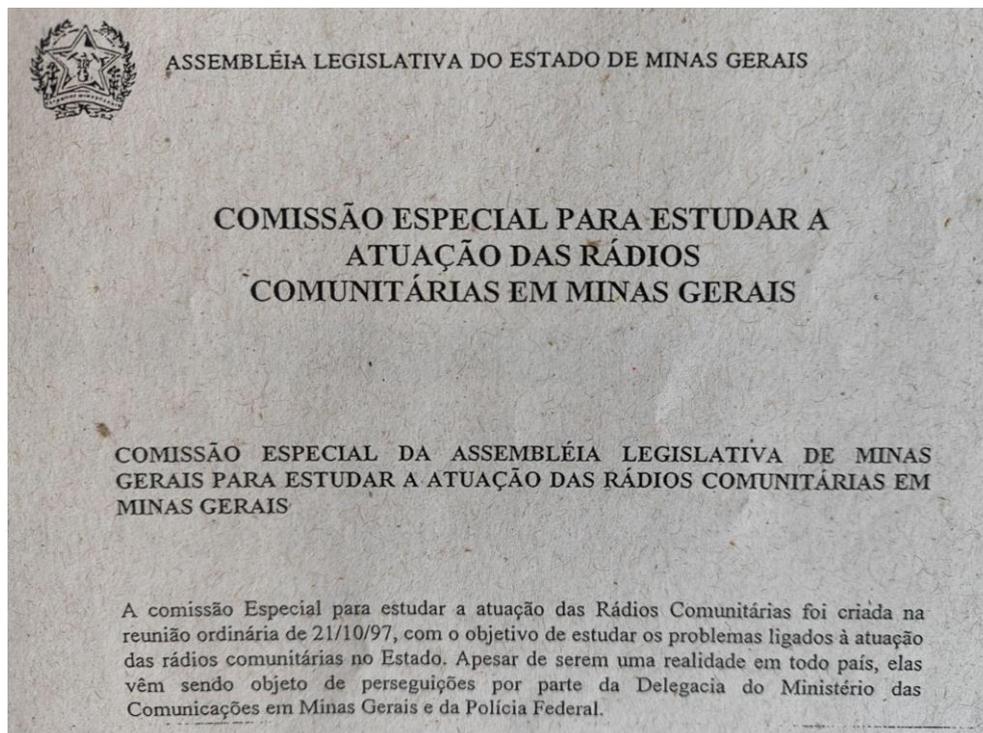
Dois meses depois, a emissora foi fechada em uma operação conjunta entre as Polícias Militar, Civil e Federal que foi publicizada enquanto uma das maiores operações de combate ao tráfico de drogas em Minas Gerais. As reportagens que tratam do episódio são materiais de análise desta pesquisa e as veremos em detalhe adiante. Mas os dados mais enfáticos da operação, são o arsenal empregado para o episódio, 800 agentes, dois helicópteros, fuzis e forte aparato armamentista.

O episódio ilustra um pouco da violência enfrentada pela emissora ao longo da sua existência. Misael Avelino, diretor da Rádio Favela, afirma que se fosse condenado nos oito processos jurídicos em que foi indiciado pelo seu trabalho na rádio, responderia a pelo menos 32 anos de prisão. Em entrevista à revista Trip, em setembro de 2002, Misael conta que, na primeira prisão, em 1979, ele foi encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e por lá ficou durante um mês. Ao sair, ele anunciou na Rádio Favela todos os nomes dos presos políticos que encontrou na cadeia e depois do anúncio se refugiou em São Paulo.

Outro fato relevante que ocorreu também em outubro de 1998, foi a criação de uma Comissão Especial na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para estudar a situação das rádios comunitárias. Para subsidiar os trabalhos na Comissão, foi organizado um debate sobre o tema que contou com a participação de um técnico em eletrônica e telecomunicações Iusifith Chafith e do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, representado pelo seu presidente à época Célio Celso Cruz Júnior. Ambos os técnicos desmentiram publicamente, no evento, a informação de que rádios clandestinas interferiam no sinal de aeronaves ou no sinal de viaturas policiais, acusações enfrentadas pela Rádio na época. Ainda afirmaram que a

narrativa foi construída para enfraquecer o debate sobre a democratização dos meios de comunicação no país.

**Figura 15** - Documento de criação da Comissão Especial da ALMG para estudar as rádios comunitárias.



Fonte: Acervo Rádio Favela

Quatro meses após a criação da Comissão, em fevereiro de 1998, a Lei 9.612 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. No Congresso Nacional, o Projeto de Lei 1.521/1996 sofreu mais de 200 emendas [106 na Câmara e 104 no Senado] que deturparam a proposta original. O texto inicial trazia diversas garantias ao setor, entre elas, a desburocratização no processo de legalização das emissoras, maior alcance/potência aos veículos e, principalmente, a autorização da veiculação de comerciais na programação, a fim de garantir o subsídio das emissoras:

Parágrafo único. A emissora livre ou comunitária poderá fazer uso de intervalos de sua programação para obtenção de recursos destinados a suprir sua manifestação e desenvolvimento, sendo permitida a cessão de horários da programação, em caráter temporário e durante período máximo de uma semana, para eventos específicos de interesse da comunidade. (Inciso IV, PL 1.521/1996)

Além de proibir qualquer tipo de comercial, o texto final, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, também alterou a potência permitida, que caiu de 150 da proposta inicial, para 25 watts. Sobre o processo de legalização, o PL 1.521/96 propunha uma espécie de “auto declaração” às emissoras. Para garantir a legalização, as rádios deveriam enviar ao governo uma declaração de existência, informando dados básicos, como fundadores, endereço e, potência, cabendo ao executivo federal, após verificar os documentos, emitir um “Certificado de Rádio Livre e Comunitária” à emissora, documento que garantiria seus direitos, mas também imputaria deveres aos veículos.

No entanto, como veremos mais detalhadamente adiante, o trâmite de concessão das autorizações é marcado por um processo extremamente burocrático. Em seu levantamento, o professor Coelho Neto afirma que “dois anos após o advento da Lei 9.612/98 nenhuma rádio comunitária tinha sido autorizada a funcionar, não obstante oito mil requerimentos com pedidos de autorização tramitando no Ministério das Comunicações”. (Coelho Neto, 2002, p.70).

A repercussão negativa da legislação alcançou os debates no encontro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), realizado em agosto. Uma das resoluções foi o repúdio da entidade à legislação brasileira, que foi considerada pela AMARC como “um duro golpe para o processo de democratização da comunicação no Brasil”. Pela primeira vez, a Rádio Favela participava do congresso mundial e durante o encontro, apresentou uma carta destinada ao prefeito da cidade de Milão, sede do evento. O documento escrito pelo prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, apresentava a Rádio Favela para o executivo italiano como “a revolução da comunicação dos países em desenvolvimento”. A entrega da carta gerou parceria entre iniciativas comunitárias de Milão e a Rádio Favela.

**Figura 16** - Carta escrita pela presidente da AMARC, em 1998, ao governo brasileiro.



ASSOCIATION MONDIALE DES RADIODIFFUSEURS COMMUNAUTAIRES  
 WORLD ASSOCIATION OF COMMUNITY RADIO BROADCASTERS  
 ASOCIACION MUNDIAL DE RADIOS COMUNITARIAS

Septiembre 7 de 1998

Ducação  
**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
 Presidente  
 República de Brasil

Señor Presidente:

A continuación me permito transcribir el texto de la Resolución aprobada por unanimidad en la 7a. Asamblea de la Asociación Mundial de Radios Comunitarias, AMARC, realizada en Milán (Italia) el 29 de Agosto de 1998.

**"Resolución por medio de la cual se hace pronunciamiento contra la legislación que reglamenta el servicio de radiodifusión comunitaria en la República de Brasil:**

La 7a. Asamblea de la Asociación Mundial de Radios Comunitarias, AMARC, reunida en Milán (Italia) el 29 de Agosto de 1998, se pronuncia frente al Gobierno, al Parlamento y a todas las instancias competentes de la República de Brasil, contra la legislación recientemente promulgada que reglamenta el servicio de radiodifusión comunitaria, por su carácter restrictivo y discriminador, que amenaza la existencia de miles de radios comunitarias especialmente aquellas localizadas en las áreas rurales, transformándose en un duro golpe para el proceso de democratización de la comunicación en el Brasil".

Respetuoso saludo,

*Maria V. Polanco*  
**MARIA VICTORIA POLANCO**  
 Presidenta

Michel Delorme  
 Président fondateur  
 Conseil d'administration  
 Board of Directors  
 Consejo de Administración

Maria Victoria Polanco  
 Presidente  
 Colombia

Sieve Bukley  
 President delegate  
 Angleterre

Barbara Lasier  
 Trésorière  
 Canada

Sophie K. Le  
 Secrétaire générale  
 Canada

Lynne Wanyeki  
 Kenya

Louis N. Tabing  
 Philippines

Sacharita Kashwar  
 India

Aida Halshoff  
 The Netherlands

Elizabeth Robinson  
 U.S.A.

Ernesto Lomas  
 Argentine

Jim Almeida  
 Australia

Bianca Migliorotto  
 Suisse

Vaminiasi Gounavou  
 Fiji

Rafael Rosciglolo  
 Member ex-officio

**AMARC**

3575, boul. Saint-Laurent, Bureau 611, Montréal, Québec, Canada, H2X 2T7  
 Tél.: (1-514) 982-0351 Fax: (1-514) 849-7129 Email: amarcho@web.net  
 Internet: <http://www.web.net/amarc>

**Fonte:** Acervo Rádio Favela

Ainda durante esta edição do Congresso, a Rádio Favela foi premiada, entre as 50 emissoras comunitárias que estavam no encontro, com o título de melhor programação. Para ilustrar um pouco dos conteúdos veiculados na emissora à época, abaixo figura sobre a programação da emissora em 1999, já incluso o programa italiano, intitulado “Onda su Onda”, fruto da parceria com a prefeitura de Milão e a emissora.

**Figura 17** - Programação da Rádio Favela em 1999

Fonte: Acervo Rádio Favela

# RÁDIO FAVELA FM 104.5

## Grade de Programação

DOMINGO SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO

### MANHÃ

5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.	5.30 Arapuca Caipira Apresentação: Misael Programa de música sertaneja de raiz.
10.00 Programa: Toda Palavra Apresentação: Ana Paula	9.00 Programa: Rosa Choque Apresentação: Aparecida & D. Mariquinha Programa feito por mulheres para as mulheres	9.00 Programa: Aerobrega Apresentação: Misael Programa de música brega direcionada aos cornos	9.00 Programa: Rosa Choque Apresentação: Aparecida & D. Mariquinha Programa feito por mulheres para as mulheres	9.00 Programa: Aerobrega Apresentação: Misael Programa de música brega direcionada aos cornos	9.00 Programa: Rosa Choque Apresentação: Aparecida & D. Mariquinha Programa feito por mulheres para as mulheres	9.00 Programa: Rosa Choque Apresentação: Aparecida & D. Mariquinha Programa feito por mulheres para as mulheres
11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos	11.00 Programa: Fala Corno Que Eu Te Escuto Apresentação: Misael Programa direcionado aos cornos de todos os sexos
12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades	12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades	12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades	12.00 Programa: De Olho Na Mídia Apresentação: Programa de discussão sobre o papel da mídia	12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades	12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades	12.00 Programa: Tô no Rango Apresentação: Nerlimar & Raquel Programa de variedades

### TARDE

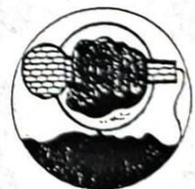
12.00 Programa: Misterche Apresentação: Nerlimar Programa de música e pedidos musicais	16.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	16.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	16.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	16.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	16.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	13.00 Programa: Espanhol
15.30 Programa: Copa Centenário Apresentação: Mário Silva & Armando Amaral Transmissão ao vivo dos jogos da Copa Centenário	17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização	17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização	17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização	17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização	17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização	14.00 Programa: Poda Sambar Apresentação: Nerlimar, Osvaido & Madrinha Programa de samba, pagode e malandragem
18.00 Programa: Balão Bop Apresentação: Cercano & Sandroq Programa de divulgação de bandas alternativas nacionais e internacionais						15.00 Programa: S6 Lixo Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas
						17.00 Programa: Uai Rap Soul Apresentação: Rogério Lealero & Mizinha Programa de rap e conscientização

### NOITE

22.00 Programa: Na Fronha Apresentação: Misael Programa com o melhor do flash back	19.00 Programa: Bolero do Lero Lero Apresentação: Ruquinho Programa com o melhor do bolero de todos os tempos	19.00 Programa: Bolero do Lero Lero Apresentação: Ruquinho Programa com o melhor do bolero de todos os tempos	19.00 Programa: Bolero do Lero Lero Apresentação: Ruquinho Programa com o melhor do bolero de todos os tempos	19.00 Programa: Bolero do Lero Lero Apresentação: Ruquinho Programa com o melhor do bolero de todos os tempos	19.00 Programa: Bolero do Lero Lero Apresentação: Ruquinho Programa com o melhor do bolero de todos os tempos	20.00 Programa: Alta Frequência Apresentação: Maurício Divulgação das bandas de Belo Horizonte
20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	20.00 Programa: Bate Bola na Favela Apresentação: Mário Silva, Armando Amaral & Flávio Lúcio Resenhas e comentários sobre esportes profissionais	22.00 Programa: Beilão 104 Apresentação: Misael & Henrique Pio Programa que celebra os ritmos dos bailes
22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	22.00 Programa: S6 Lixo 24 Edição Apresentação: Vádão, Robson, Betinho Cafetal & Convidados Programa com o melhor das pistas + perguntas e respostas	
23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	23.00 Programa: Na Cama com Tião Apresentação: Henrique Pio Programa de música e bate papo	

# RÁDIO FAVELA FM 104.5

www.radiofavelafm.com.br - rfavela@prover.com.br



Conforme pode ser visto na figura 19, destacamos em detalhes a programação, que enfatiza em seus conteúdos o diálogo com os ouvintes e a originalidade da emissora, com programas fora da lógica “convencional” ou “comercial” da radiodifusão no país:

***Arapuca Caipira*** - Programa musical regional de tradição caipira. Exibição diária.

***Rosa Choque*** - Programa de debate produzido por - comandado à época por Aparecida, Dona Mariquinha com mais de 70 anos e Leidiane - e para mulheres, debatendo questões como planejamento familiar, economia doméstica, saúde, culinária, educação, etc. Exibição: segunda, quarta e quinta.

***Aerobrega*** - Programa musical de brega, direcionado aos cornos. Exibição terça e quinta.

***Fala corno que eu te escuto*** - Programa de debate estilo “boca no trombone” para reclamações sobre a vida amorosa e cotidiano.

***Só Lixo*** - Programa musical dedicado a divulgar as músicas que não entram no circuito comercial, mais perguntas e respostas entre locutores e ouvintes. Exibição de segunda à sexta.

***Uai Rap Soul*** - Programa de debate e musical, sobre a cultura negra. O programa também tinha o objetivo de conscientizar os jovens a respeito do uso de drogas. Exibição diária.

***De olho na mídia*** - Programa de crítica de mídia, organizado pelo Centro Nacional de Autodesenvolvimento.

***Tô no rango*** - Programa de bate-papo com assuntos variados.

***Mistureba*** - Programa eclético com os hits do momento e pedidos dos ouvintes.

***Alta frequência*** - Programação de divulgação das bandas de Belo Horizonte. Exibição aos sábados.

***Pode Sambar*** - Programa musical do gênero samba, mas também com objetivo educativo e de prestação de serviço. Exibição aos sábados.

***Onda Su Onda*** - Programa cultural dedicado aos falantes da língua italiana. Exibição aos sábados.

***Bate bola na favela*** - Programa de bate-papo e comentários sobre campeonatos e jogos de esportes profissionais. Exibição de segunda à sexta.

***Copa Centenária*** - Cobertura da Copa Centenária. Exibição aos domingos.

***Na fronha*** - Programa com os flashbacks clássicos da época. Exibição aos domingos.

***Na cama com Tião*** - Programa de música e bate-papo. Exibição de segunda à sexta.

Além da programação, também temos registros de algumas vinhetas de 1999, obtidas através de uma transcrição em reportagem, veiculada no mesmo ano, na Revista Graffiti. A emissora não possui material sonoro do período. Assim como as vinhetas atuais, que ressaltam a identidade periférica da emissora, as vinhetas do fim da década de 1990 também reforçavam essa característica. No entanto, também era trabalhado o caráter comunitário.

*“A onda que vem do morro”*

*“Rádio comunitária operando no sistema livre de rádio”*

*“Você está na favela”*

Retornando ao ano de 1998, mesmo com ressalvas e insatisfação sobre a legislação, a Rádio Favela deu início aos trâmites necessários para a sua regulamentação. Um desses processos foi a coleta de cartas de autoridades reforçando a relevância da emissora para a cidade e a importância de garantir, ao contrário do que determina a lei das comunitárias, um amplo espectro de transmissão para o veículo, como está destacado na penúltima linha da carta assinada pelo ex-presidente e então candidato a governador de Minas Gerais, Itamar Franco, onde lê-se: Assim sendo, demonstramos aqui nosso apoio para que este veículo de informação/formação, possa obter os órgãos competentes, concessão para funcionamento como rádio difusora de grande alcance, com caráter de utilidade pública e gestão comunitária.

A Associação Cultural de Comunicação Comunitária Favela FM, uma entidade organizada a partir da iniciativa dos moradores do Aglomerado Serra, está no ar há 17 anos, e vem durante toda sua trajetória exercendo um importante trabalho social junto às populações de baixa renda do município de Belo Horizonte.

A Favela FM atua principalmente na formação e conscientização desta população, veiculando programas informativos, promovendo debates, atuando como um importante canal entre os órgãos gestores de políticas públicas e as populações locais. A Rádio funciona também, como veículo de aproximação entre diferentes setores sociais, na medida em que cada vez mais tem-se ampliado e diversificado sua "comunidade de ouvintes". É, hoje, um dos mais importantes veículos de expressão cultural, política e social dos moradores de favelas e periferias em nossa cidade, contribuindo para o exercício de sua cidadania. Esses méritos foram reconhecidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte através dos prêmios Mérito Cultural do Ano e Mérito Legislativo Municipal, concedidos à Associação no ano de 1997.

Em reconhecimento a um de seus mais importantes trabalhos, o de promover a educação preventiva no combate aos problemas relacionados ao uso de drogas e à violência, a Associação foi condecorada por dois anos consecutivos, 97 e 98, pela ONU e Conselho Nacional de Entorpecentes.

A partir do exposto acima, acreditamos que a existência da Rádio Favela FM é de grande importância para a construção de espaços democráticos nos meios de comunicação. Apoiá-la, significa consolidar um importante trabalho já realizado e contribuir para a ampliação de seus objetivos. Assim sendo, demonstramos aqui, nosso apoio para que este veículo de informação/formação possa obter, dos órgãos competentes, concessão para funcionamento como entidade radiodifusora de grande alcance, com caráter de utilidade pública e gestão comunitária.

Atenciosamente,



ITAMAR FRANCO  
Belo Horizonte, 27 de setembro de 1998.

**Figura 18** - Carta escrita por Itamar Franco, anexada ao pedido de outorga da Rádio Favela

Fonte: Acervo Rádio Favela

Além das mobilizações pela regulamentação, o ano de 1998 também foi marcante para a emissora por ser a primeira vez em que o veículo sediou entrevistas com os candidatos ao governo de Minas Gerais. Já em 1999, a repercussão do trabalho da emissora ganha holofotes internacionais. Em fevereiro, a Rádio Favela figurou em reportagem de página inteira no jornal Wall Street Journal (Anexos II), reproduzida no jornal regional Estado de Minas (Anexo I) e

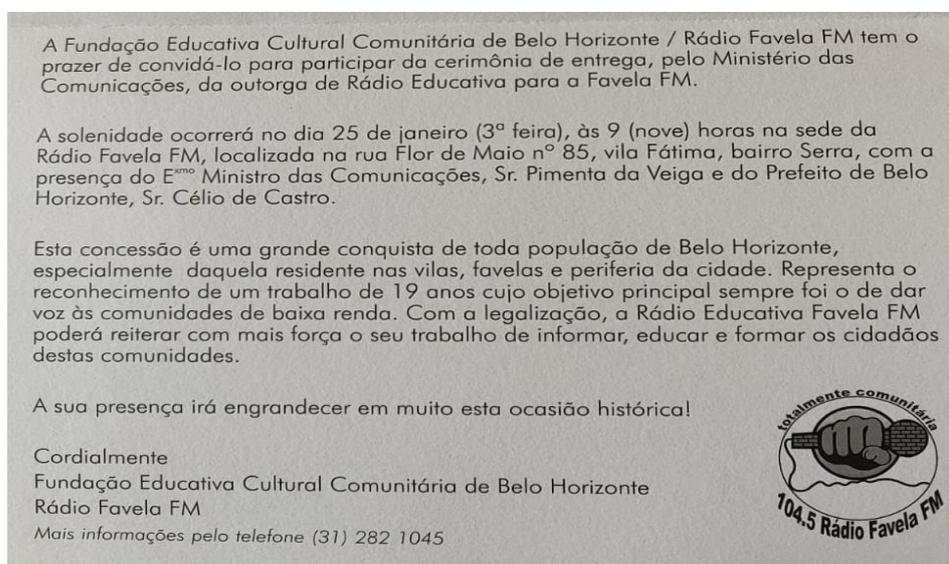
também foi protagonista em reportagem sonora publicada na BBC. O Wall Street ressaltou sobretudo como o veículo era fundamental para que os moradores da favela sobrevivessem aos impasses econômicos do país, ilustrando a situação com o caso de Edith, mãe de 9 filhos que após ser surpreendida com a inflação no mercado e não conseguir comprar nada, foi à emissora pedir ajuda para alimentar a família. Pelos casos, a reportagem nomeia a emissora como uma agência de assistência social “desconstruída”.

No Brasil, a emissora figura não só em jornais, mas agora se torna inspiração para a produção de uma ficção do cineasta belo-horizontino Helvécio Ratton. No filme, o destaque central é a luta pela legalização da emissora e as recorrentes prisões de seus integrantes e a relação do veículo com a comunidade. No mesmo ano, a Rádio Favela faz a sua segunda participação no congresso da Associação Mundial de Rádios Comunitárias e marca seu pioneirismo sendo a primeira emissora de caráter comunitário a entrar em cadeia internacional em transmissão via satélite, operação articulada pela AMARC (Anexo IV).

Dois anos após dar entrada no requerimento para a legalização da emissora, em 25 de janeiro de 2000, a Rádio Favela recebe uma licença provisória do governo federal, via Portaria Ministerial, para operar. Apesar do caráter paliativo, já há indícios de que a sua legalização se dará via regime educativo (Anexos IV e V), como demonstram os documentos abaixo. A partir deste momento também, a emissora altera sua nomenclatura para Rádio Educativa Favela FM.

**Figura 19 - Convite para a celebração pela legalização da Rádio Favela.**

Fonte: Acervo José Guilherme de Castro



Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## RÁDIO

**Governo reconhece que emissora de Belo Horizonte, há 19 anos no ar, presta serviços à comunidade**

### **Ministro legaliza a pirata Favela FM**

**CARLOS HENRIQUE SANTIAGO**

da Agência Folha, em Belo Horizonte

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, assinou ontem portaria que legaliza a rádio Favela FM, emissora pirata que funciona há 19 anos no aglomerado de favelas da Serra, onde vivem 160 mil pessoas, na zona sul de Belo Horizonte.

A solenidade aconteceu no barraco em que fica o estúdio da rádio. A portaria será enviada ao Congresso para a aprovação da concessão que transforma a Favela FM em emissora educativa, de alta potência, e não como comunitária -de baixo alcance.

O ministro afirmou que a fiscalização das rádios que funcionam ilegalmente continuará sendo feita. "Temos de cumprir a lei." Segundo Pimenta da Veiga, o ministério recebeu 8.000 pedidos de concessão para rádios comunitárias, que estão sendo analisados.

Ele anunciou ainda que, no mês que vem, serão publicados editais para cerca de 200 emissoras de televisão e de rádio FM e AM.

Desde que foi fundada, em 1981, usando equipamento improvisado, a Favela FM sempre esteve na clandestinidade. Foi fechada sete vezes pela polícia, muitas vezes com violência, lembra Misael Avelino dos Santos, 39, um de seus fundadores.

Mesmo com a regulamentação, pelo governo federal, das rádios comunitárias há dois anos, a emissora não tinha conseguido seu registro -o Congresso ainda não concedeu licença a nenhuma rádio comunitária. A última vez que foi fechada, em setembro do ano passado, ficou fora do ar durante 20 dias.

"O que vai mudar agora é que as mulheres e as crianças vão poder participar da rádio sem medo da ação da polícia, porque, quando a polícia chega, o "couro come" para quem está na hora. Já chegam dando porrada", diz Misael.

Outra coisa que vai mudar é o sinal da emissora. A potência foi ampliada e vai atingir outros municípios, deixando de estar restrita à zona sul de Belo Horizonte. Ela passa ainda a ser captada na frequência 106,7 MHz.

Silvio Mitre, assessor do Ministério das Comunicações, afirma que a outorga da concessão não representa nenhuma mudança na política do governo federal de combate às rádios piratas.

"Não é uma transformação de uma rádio comunitária em educativa. É um reconhecimento ao trabalho que a Favela FM desenvolve junto à comunidade de favelas de Belo Horizonte."

Segundo ele, esse trabalho pode ser avaliado pelos prêmios internacionais que a rádio recebeu e pela influência que tem na população das favelas de Belo Horizonte -cerca de 800 mil pessoas.

Para obter a concessão, a Favela FM teve de se organizar, passando a se chamar Fundação Educativa Cultural e Comunitária Belo Horizonte. Com isso, poderá receber ajuda

de órgãos governamentais do país e do exterior.

O barraco onde a emissora sempre funcionou ganhou mais dois andares e passou a abrigar também uma escola de alfabetização para a terceira idade.

Em São Paulo, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) entrou com recurso contra decisão da Justiça Federal que obriga o órgão a "eliminar" todas as rádios piratas em 30 dias.

---

Colaborou Daniel Castro, da Reportagem Local

**Figura 20** - Reportagem da Folha de São Paulo noticiando a legalização da Rádio Favela

Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2601200012.htm>>

Um ano e quatro meses após a licença provisória, oficialmente é cedida à Fundação Educativa Cultural de Belo Horizonte / Rádio Favela a concessão para operar em regime educativo, sem restrição de alcance e em Frequência Modulada (FM) (Anexo VI). A título de

curiosidade e provocação, um mês antes da outorga definitiva da Rádio Favela, em 27 de dezembro de 2000, foi criada a Fundação Educativa Cultural da Câmara dos Dirigentes Lojistas. Ou seja, uma entidade de classe do setor de comércio passa a ser a responsável pela segunda outorga de radiodifusão educativa da cidade de Belo Horizonte, com licença concedida em janeiro de 2002. Com isso, a ocupação do espectro sonoro disponível para canais educativos na cidade de Belo Horizonte fica preenchido e, a emissora da Universidade Federal de Minas Gerais, a Rádio UFMG Educativa, inaugurada em 2005, teve que ser instalada em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte.

nº 125-E, sexta-feira, 29 de junho de 2001  
ISSN 1415-1537

**Diário Oficial**

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 243, DE 2001**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL COMUNITÁRIA DE BELO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 15, de 26 de janeiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de junho de 2001  
Senador JADER BARBALHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO (\*)  
Nº 244, DE 2001**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO (\*)  
Nº 246, DE 2001**

Aprova o texto da Convenção nº 174 da OIT sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Recomendação nº 181, adotadas em Genebra, em 2 e 22 de junho de 1993, respectivamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção nº 174 da OIT sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Recomendação nº 181, adotadas em Genebra, em 2 e 22 de junho de 1993, respectivamente.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da Convenção ou da Recomendação referidas no caput, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de junho de 2001  
Senador JADER BARBALHO

**Figura 21** - Decreto Legislativo sobre a outorga da Rádio Favela, publicado no Diário Oficial da União, edição de 29 de junho de 2001.

Fonte: Acervo autora

Em entrevista ao programa “A democracia no ar”, exibido em janeiro de 2024, Misael Avelino relata que, às vésperas de uma reunião da emissora com o Ministério das Comunicações, nos anos de 2000, os membros da Rádio Favela realizaram uma espécie de assembleia para decidir se a iniciativa iria ou não aceitar a concessão de emissora comunitária. De acordo com Misael, apesar de terem consensuado pelo aceite, no trajeto, ele decidiu que insistiria com o governo para conceder à emissora uma licença que não restringisse nem o alcance nem a veiculação de comerciais. “No avião eu pensei ‘der o que der não vou obedecer ninguém, vou pela minha cabeça’ e aí deu certo”. (Canal Coletivo Alvorada, 2024).

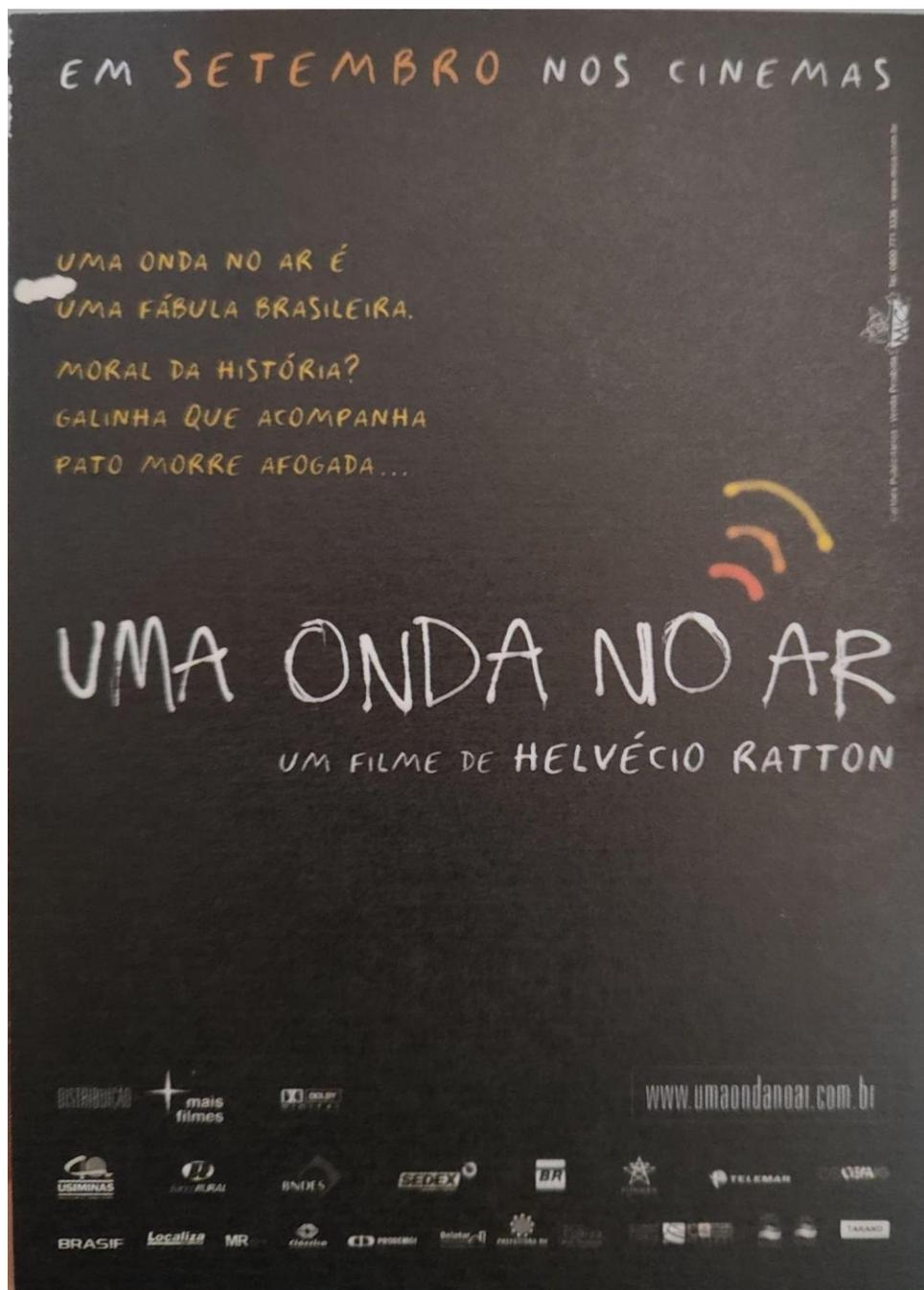
No relato, ele ainda explica que foi questionado duramente pelo senador Francelino Pereira e pelo então ministro das comunicações, Pimenta da Veiga, sobre o porquê da insistência de uma potência alta para uma rádio da favela. “A rádio é a internet dos favelados, as pessoas da favela não ficam só na favela e elas precisam se comunicar. (...). Se todas as rádios de Belo Horizonte têm potência alta, por que só a rádio da favela que não vai ter? ”, recordou em entrevista.

Em 2002 estreou o drama de Helvécio Ratton, inspirado na história da Rádio Favela. No longa, o diretor conta a trajetória da emissora dando ênfase à perseguição sofrida e ressaltando também a produção cultural das periferias, como o baile black soul. Sem deixar de mencionar o conflito com a violência e as drogas nas periferias do Brasil, Ratton humaniza a vida na favela e a partir da história da emissora provoca seus telespectadores a refletir sobre outras formas de relações. Em entrevista ao jornal O Tempo em março de 1999, o diretor reforçou este intuito da obra “A grande questão agora, mais imediata, é a questão da mídia. Eu considero a Rádio Favela o fato mais revolucionário que aconteceu na mídia no Brasil”, declarou à época (Anexo V).

O drama teve boa repercussão na sociedade, conquistou importantes prêmios nacionais e internacionais, como o Kikito, concedido para o protagonista Alexandre Moreno. Além das exposições, o filme também foi a atração principal na entrega da Política Nacional da Juventude, em 2002, e foi utilizado em diversos outros espaços como em cine-debates no Aglomerado da Serra. O longa de Ratton foi lançado no mesmo ano que o filme “Cidade de Deus”. Alguns críticos do setor classificam “Uma onda no ar” como uma resposta a narrativa uníssona de Cidade de Deus (Anexo VI). Já integrantes da emissora defendem que a produção do grupo O Globo foi rodada com o intuito de desmobilizar ideologicamente os moradores das periferias brasileiras, frente a proposta de Ratton. No anexo VII, encontramos uma reportagem do início do ano de 1999, relatando que há tempos o filme do diretor mineiro já estava em tramitação.

Abaixo o folder de lançamento do filme, que a princípio teria o nome de “Rádio Favela: uma história de piratas”. No entanto, é dado um título mais generalizado e que também não carrega o termo pejorativo. No verso, o ditado “*Galinha que acompanha pato, morre afogado*” declarado pelo personagem principal durante uma cena em que ao microfone da emissora, Jorge alerta sua comunidade sobre a importância de saber se informar.





**Figuras 22 e 23** - Folder de divulgação do filme “Uma onda no ar”

Fonte: Acervo José Guilherme Castro

## 5.1 Analisando o corpus de pesquisa

Como supramencionado ao longo deste trabalho, nosso corpus da pesquisa trata de materiais jornalísticos e publicitários, fruto de pesquisa documental, que serão analisados à luz da Análise Crítica de Discurso (ACD). Através da Análise Crítica do Discurso (ACD), é possível examinar como essas produções midiáticas – de diferentes naturezas (televisivas, impressas e sonoras) – articulam discursos e representam a emissora em contextos distintos, evidenciando as tensões e as estratégias utilizadas para garantir seu espaço no cenário da radiodifusão comunitária.

A diversidade de suportes midiáticos analisados oferece um panorama abrangente e multifacetado dos processos de legitimação da rádio. A reportagem de 1992 veiculada pela Rede Minas no programa Agenda, por exemplo, quando examinada sob a ótica da ACD, destaca como o discurso veiculado nesse material contribui para a construção da imagem da Rádio Favela enquanto espaço de resistência e oposição. Já as reportagens publicadas em 1997 nos jornais Estado de Minas e O Tempo mostram como a cobertura midiática impressa influenciou a percepção pública da rádio e como essas representações se relacionam com a sua busca por uma legitimidade social e política.

O material eleitoral de 2020 expõe como a Rádio Favela, além de sua atuação comunitária, se insere no campo político-eleitoral, utilizando sua plataforma para amplificar vozes e demandas de seus ouvintes. Por fim, a análise das mudanças discursivas produzidas pela rádio revela como a emissora se adapta e responde aos desafios sociais e políticos, transformando suas vulnerabilidades em um elemento de resistência que contribui para sua legitimidade.

Cada material analisado traz à tona aspectos diferentes da trajetória da rádio, revelando como as distintas linguagens e plataformas foram mobilizadas para contornar a marginalização e conquistar um espaço no debate público e político, ampliando sua legitimidade.

## 5.2 Reportagem veiculada em 1992 no programa Agenda da Rede Minas

A matéria foi produzida em 1992 pela repórter Guga Barros para o programa cultural “Agenda”, veiculado na Rede Minas<sup>7</sup> e tem duração de 4 minutos e 26 segundos. A matéria traz como destaque a audiência da emissora entre os moradores da Serra, a relevância do veículo e a relação dos moradores da favela com a rádio. Além de demonstrar também um pouco do funcionamento da emissora, sua programação e estrutura.

### TRANSCRIÇÃO:

#### Guga Barros

*“Quem passa por uma rua como essa, igual a tantas de várias favelas de Belo Horizonte não imagina que os moradores daqui podem atingir tamanho nível de organização ao ponto de terem uma rádio livre, comunitária e só deles.*

**//TEC: OFF COM IMAGENS DE CORTE E SOB SOM DA OPERAÇÃO DA EMISSORA**

*Para entrar no ar, a rádio conta com dois microfones, toca-discos, toca-fitas e CD players. A maioria da aparelhagem conseguida através de doações. As instalações são precárias. Muitas vezes o latido dos cães vaza na programação.*

**//TEC: CORTE PARA FALA NO ESTÚDIO:**

#### Misael Avelino

*Você está curtindo Uai Rap Soul.*

latido de cachorro

*Favela FM 104.5 totalmente comunitária. É ou não é Guga?*

#### Guga Barros

*É Misael. Eu queria parabenizar vocês pelo trabalho.*

latido de cachorro

*E falar para todo mundo que a gente veio fazer uma matéria com vocês da Rádio que vai ao ar no programa Agenda da TV Minas, canal 9.*

**//TEC: IMAGEM DE CORTE E SOB SOM NO ESTÚDIO**

#### Misael Avelino

*Lembrando aí só pra dar um toque que é o seguinte...*

<sup>7</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IUSOpXcipjw>>

**Guga Barros**

*A programação da Rádio é super eclética. Há programas infantis, musicais, informativos e até o clube da boiolândia, voltado para os homossexuais.*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA ÁREA EXTERNA COM SONORA DE MISAEL AVELINO**

*Outra coisa legal da Rádio, quase todo sábado a gente tem que tocar a valsa pras meninas que tão completando 15 anos, a gente tem que falar aquele poema.*

**Sonora Dona Mariquinha**

*Faço participação do meu Rosa Choque na 104. 5, Rádio Favela.*

**//TEC: IMAGEM DE CORTE ESTÚDIO DA RÁDIO**

**Guga Barros**

*As mulheres da comunidade também têm espaço. O programa Rosa Choque é todo voltado para o universo feminino.*

**Dona Mariquinha**

*É falando sobre gravidez, remédio para gripe, remédio... com mulher grávida como que deve agir, como que deve comer ... é beber na hora certa. A roupa como se veste. Éhhh. E os menino também, é na rua né, como eles deve comportar melhor, respeitar um ao outro.*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA ESTÚDIO DA RÁDIO COM SOB SOM**

**Misael Avelino**

*Lembre-se a cadeia tá cheia ...*

**//TEC: SOB SOM**

**Guga Barros**

*A Rádio Favela é sem dúvida campeã de audiência na região que possui 160 mil moradores. O maior aglomerado da região Sul de Belo Horizonte.*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA BECO**

**Criança 1**

*Todo mundo gosta muito da rádio, a rádio é muito importante para nós. Ela fala sobre a água. Hoje mesmo a Daiane falou sobre a AIDS.*

**Criança 2**

*Ela é comunitária, ela é de todo mundo por isso que ela chama Rádio Favela porque é favela mesmo.*

**Morador 1**

*O que cê tem de reclamar de alguma coisa, de um lixo, vamo supor, ques joga na porta ou joga na rua, você tem como reclamar né?! Tem como chegar e falar e as outras rádio você não tem a oportunidade de chegar e falar dum problema que tá acontecendo na nossa sociedade, entendeu?*

**Moradora 2**

*Fala mais à vontade do que precisa no bairro, a gente fica mais à vontade. Fazer comunicação assim eu acho ótimo isso!*

**Morador 1**

*E é a melhor! A melhor que tem pra gente aqui né que é da comunidade. Agora não sei pra outras pessoas né.*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA O ESTÚDIO COM OFF E SOB SOM DE POLICIAL FALANDO NA EMISSORA**

*Parabéns!..*

**Guga Barros**

*A repercussão da Rádio Favela é tão grande e tão boa que até a polícia militar apoia a iniciativa dos moradores do morro.*

**//TEC: SOB SOM POLICIAL**

*Esse trabalho realmente tem que ser apoiado, tem que ser incentivado porque ele é um trabalho cultural, simples, de.... de... assim realmente voltado para o cidadão mais simples, o cidadão de bem.*

**//TEC: TRANSIÇÃO ÁREA EXTERNA**

**Misael Avelino**

*Mexer com rádio nesse país significa mandar, ter poder. Nós não queremos, simplesmente queremos comunicar em tudo quanto é barraco. Quem tem que ter lucro é a comunidade, não a Rádio. Nós aqui, não sei se o pessoal te falou, o pãozinho nosso chegou a quatro centavos.*

**//TEC: IMAGEM DE CORTE MOSTRANDO PLACA COM PREÇOS DA PADARIA E DO BECO ONDE ESTÁ SITUADA A EMISSORA**

**Misael Avelino**

*Agora tá cinco. O bolo é cinquenta centavos. O botijão de gás é mais barato do que no caminhão e no depósito. Entendeu? Nós conseguimos com a Rádio mostrar esse lado da coisa.*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA ESTÚDIO E SOB SOM DO MISAEL FALANDO NA EMISSORA**

*Esqueça o seu revólver, esqueça tudo o que você tem de ruim e pensa que Deus existe, pode crê? Vamo lá! James Brown e tudo mais!*

**//TEC: TRANSIÇÃO PARA OUTRO LOCUTOR**

*104. 5 Rádio Favela sua rádio totalmente comunitária.*

**//TEC: SOB SOM REPÓRTER ESSO**

Seguindo a metodologia de análise proposta por Norman Fairclough, observamos primeiramente a estrutura textual da reportagem. Alguns elementos nos chamam atenção, como o seu enunciado, em especial o trecho: “(...) os moradores daqui podem atingir tamanho nível de organização ao ponto de terem uma rádio livre, comunitária e só deles.” A escolha pelo uso da palavra “organização” é um indício de como toda a narrativa vai se construindo no intuito de ilustrar o agenciamento da comunidade sobre a emissora e sua importância para o território.

Além da opção por classificar o veículo como uma forma de organização social, o texto enfatiza e quantifica a importância da iniciativa ao pontuar: “tamanho nível de organização”. Quando é preciso categorizar a emissora, as nomenclaturas escolhidas são: livre e comunitária. Em nenhum momento dos quatro minutos e vinte segundos de reportagem, a emissora é citada como clandestina, pirata ou ilegal.

Na estrutura textual da reportagem são construídas orações como: “A Rádio Favela é, sem dúvida, campeã de audiência na região” e “A repercussão da Rádio Favela é tão grande e tão boa que até a Polícia Militar apoia a iniciativa dos moradores do morro”. O texto não cita qualquer dado que comprove as afirmações feitas pela repórter, a veracidade é endossada pela fala de um morador da favela que é ouvinte da emissora e de um policial militar.

Também é importante caracterizar que a narrativa construída (de caráter jornalístico) é exibida dentro de uma proposta voltada a conteúdos culturais. Então, a Rádio Favela é apresentada como uma iniciativa fomentadora da cultura e importante para o setor. Já sobre o suporte, destacamos a acessibilidade da produção em formato audiovisual, embora possamos balisar também qual a abrangência do canal à época da veiculação. Qual público era alcançado? O conteúdo chegava nas periferias de Belo Horizonte? O conteúdo extrapolava o alcance da capital mineira?

Olhando para como as narrativas são construídas, no primeiro conteúdo analisado percebemos a utilização de intertextos a partir do uso de imagens em off tanto do funcionamento da Rádio Favela, quanto da dinâmica cotidiana no Aglomerado da Serra. Há também uma

interdiscursividade a partir da presença de diversos atores que contribuem para a construção do discurso defendido no texto.

Ao todo, seis pessoas são entrevistadas na reportagem e sete aparecem em destaque no vídeo. Os entrevistados são: dois ouvintes moradores da favela, duas crianças, dois integrantes da rádio e um policial militar. A aparição do policial militar chama atenção especial. No geral, a presença de forças de segurança dentro das periferias gera uma sensação de rivalidade ou conflito. No entanto, na reportagem o agente aparece em uma postura amigável ao ambiente e aos moradores e em sua fala reforça a importância da Rádio. Apesar de ser uma iniciativa ilegal diante da lei, o policial está na emissora não para fechar o veículo, mas para utilizar os microfones da rádio para elogiar a iniciativa.

A diversidade no perfil dos entrevistados também é um fator interessante, especialmente a presença das crianças. Durante toda a reportagem, imagens de corte mostram as crianças transitando pelo beco onde está localizada a emissora. Curiosas, elas brincam enquanto a repórter faz as chamadas da matéria e entrevistas. Interessante como essas imagens de fundo podem contribuir para desmistificar ou trazer outra perspectiva à narrativa de que as favelas são ambientes violentos e perigosos.

Quando entrevistadas, as crianças também trazem elementos importantes. Apesar de aparentarem pouca idade, elas têm uma postura consciente sobre a sociedade onde vivem. Em suas falas ressaltam a identificação com a emissora e a importância do veículo, ao mencionarem, por exemplo, que a Rádio Favela é importante porque fala da água e da aids. Ao trazer para a reportagem crianças que escutam e gostam da emissora, a narrativa também contribui para dimensionar a abrangência do veículo e sua recepção.

Ainda jogando com o imaginário coletivo construído sobre as favelas brasileiras, a reportagem também traz outros elementos para demonstrar como é a vida neste território. Ao destacar uma tabela de preços onde sugestivamente entende-se que os valores praticados são inferiores ao restante da cidade, destaca-se também este lugar como atrativo.

Já no relato dos moradores, a Rádio Favela é descrita quase como uma figura humana, ela é acionada para desabafos e denúncias, para pedir música ou poema para a filha que completa 15 anos. Então, a emissora aparece nesse lugar de “amiga” ou “companheira” dos moradores. É importante ter em conta que essa construção narrativa é possível na Rede Minas pois ela é um veículo de comunicação pública, ou seja, não há uma rivalidade ou disputa hegemônica entre a emissora e a Rádio Favela.

Nestas breves observações percebemos que as estratégias textuais e discursivas acionadas neste corpus, mobilizam os sentidos no intuito de transformar e/ou modificar a compreensão do que deve ser um veículo de comunicação, especialmente sobre como constitui, opera e qual projeto defende uma rádio comunitária.

### 5.3 Reportagens veiculadas em 1997 nos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*

#### Jornal **O Tempo**

Título reportagem: *Blitz e prisão no Cafezal* (página inteira)

Linha fina: Operação contra o tráfico mobilizou 800 homens de três corporações

Data veiculação: outubro de 1997

Resumo da reportagem: A reportagem começa com um panorama sobre as apreensões e prisões da operação, elencando logo no início o fechamento da Rádio Favela. O texto também destaca o forte aparato empreendido pelas polícias, que além de 800 homens, também empenharam dois helicópteros, uma centena de viaturas e 20 cães farejadores. Em seguida faz um breve perfil dos três principais sujeitos detidos; um traficante foragido, um suspeito de estupro e homicídio e uma traficante. A matéria também elenca a quantidade de apreensões de drogas realizadas e de carros autuados e presos. Ao fim, detalha a situação da emissora.

Título da nota: Rádio Pirata

**Transcrição:** A Rádio Favela, emissora clandestina utilizada pela comunidade da favela do Cafezal, foi fechada durante a operação pela Polícia Federal. De acordo com o delegado Cláudio Dornelas, da Delegacia de Prevenção e Repressão à Entorpecentes (DPRE) da Polícia Federal, o fechamento da emissora foi em decorrência de uma determinação do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).

A rádio funcionava na rua Flor de Maio, 85. Uma pessoa, cuja identidade não foi revelada, foi presa e levada para a Superintendência de Polícia Federal, onde, de acordo com os policiais, três advogados já aguardavam a chegada do preso. A Polícia Federal não divulgou qualquer nota sobre o fechamento da rádio e a apreensão dos equipamentos. (NS).

# Blitz e prisão no Cafezal

OPERAÇÃO CONTRA TRÁFICO MOBILIZOU 800 HOMENS DE TRÊS CORPORAÇÕES



FLAMARIONE dos Santos, também acusado de traficar drogas, foi preso

Dois traficantes, dois usuários de drogas, um homicida e uma mulher acusada de vender thinner para menores foram presos na tarde de ontem, durante a operação conjunta das polícias Federal, Militar e Civil na favela do Cafezal, bairro da Serra. Foram apreendidas 118 pedras de "crack" e 13 veículos com diversas irregularidades tiveram suas placas cortadas e a Rádio Favela, emissora clandestina da comunidade local, teve seus transmissores apreendidos.

A operação foi deflagrada às 14h30. Quase 800 homens das três corporações, fortemente armados e utilizando quase uma centena de viaturas, dois helicópteros, 20 rifles armados e fuziladores, postaram-se em pontos estratégicos da favela do Cafezal e iniciaram as buscas, na tentativa de prender traficantes e apreender drogas, além de visitar os veículos que passavam pelas barradas, com o auxílio de um profissional do Detran.

Os delegados Cláudio Dornelles (chefia da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal), Edvaldo Brandão (superintendente de Polícia Metropolitana) e o tenente-coronel Maurício Antônio dos Santos (comandante do Batalhão de Choque) dividiram a coordenação das ações na favela do Cafezal.

## ESTUPRO E PRISÃO

O sergente Charles Santos Magalhães (20 anos, solteiro, rua Américo, 10, bairro Santa Efigênia), acusado de estuprar e matar a própria mãe, Maria das Graças Santos, em 22 de março do ano passado, foi o primeiro a ser preso, em cumprimento a um mandado do Tribunal de Juri.

Charles negou que tenha cometido o estupro, alegando que "tudo não passou de uma brincadeira, não, para me complicar com a polícia". Segundo o sergente, sempre que saía de casa, ela sempre dava um jeito de trazê-lo de volta, "só para me azucrinar". Chega num ponto que a gente não aguenta", afirmou.

Outro sergente, Marcelo Alves de Castro (20 anos, solteiro, beco do Babilônio, 210, favela do Cafezal), foi surpreendido com duas bueldas de maconha (cerca de 50 gramas), droga que, afirmou, seria para seu próprio consumo, pois afirmou ser viciado.

## SIMPLICIDADE

Os helicópteros Pégasus 08, da PM, pilotado pelo major Fontana, e o Caracará 01, da Polícia Civil, conduzido pelo comandante Ildir Fátima, alternaram-se em sobrevôos na região, em apoio aos 797 policiais empenhados nas buscas pelas ruas, becos e barradas da favela.

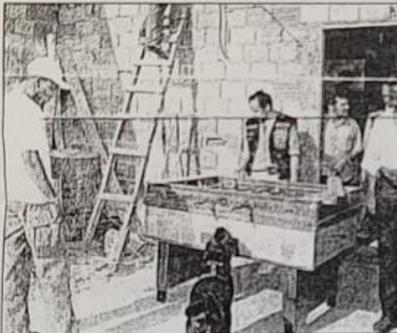
A ambulante Cleusa Augusta (58 anos, rua Ritz, 168, Cafezal), foi surpreendida com diversas embalagens plásticas contendo resto de thinner - solvente de tinta utilizado como alucinógeno por menores infratores - e é suspeita de ser a maior fornecedora do produto na favela.

Após receber voz de prisão, Cleusa, que diz vender balas, doces e cigarros no Centro, para sobreviver, ofereceu R\$ 60,00 para que os policiais a liberassem. "É o único dinheiro que tenho. Eu não posso ir para a prisão. Eu tenho que trabalhar", explicou a ambulante, na maior simplicidade.

NEUBER SOARES



DEPOIS do favela do Sarney, ontem foi a vez do favela do Cafezal conhecer a disposição da polícia em acabar com o tráfico de drogas na cidade



ATÉ EM inocentes jogos de totô os cães farejadores tentaram encontrar drogas

Elaborado por Ará-DTE

### VEICULOS QUE TIVERAM SUAS PLACAS CORTADAS DURANTE AS BLITZES

Veículo	Placa	Especificação/Notificação
Tempo	GTJ 3733BH	falta documentação
Kovax	GGN 1370BH	falta documentação
Volk	GTW 8800BH	falta documentação
Parati	GOS 4330BH	falta de pagamento do imposto/97
Caravan	GKT 1713BH	falta de pagamento do imposto/97
Santana	GAL 3033BH	falta de pagamento do imposto/97
Novas	GGC 3720BH	mais estado de conservação e falta de pagamento do imposto/97
Merco	GPK 3670BH	falta de pagamento do imposto/97
Sewer	GKY 2043BH	mais estado de conservação
Camêdio Volk	GAL 3033BH	falta de equipamentos obrigatórios e placa danificada
Voyage	GTN 7325BH	falta de pagamento do seguro e licenciamento de 96 e 97
Mini Honda	GDP 5054BH	falta documentação
Sewer	GTJ 3273BH	mais estado de conservação/falta de pagamento do imposto/97 (além de ter a placa cortada, o veículo foi apreendido)
Mini Honda	GQJ 2877BH	falta de pagamento do imposto/97 e placa danificada

# Flagrado com 118 pedras de crack

O traficante Lino Bento dos Santos, que já cumpriu pena de 20 anos por tráfico de drogas na Penitenciária José Maria de Alkimim (ex-Centro de Reeducação de Neves), estava com 118 pedras de "crack", que seriam vendidas na favela. Com ele, foram apreendidos R\$ 200,00 e o Monza cinza metálico de placa GNM-S316/Belo Horizonte.

Foram apreendidos em sua residência oito aparelhos de TV e quatro videocassetes - produtos do tráfico de drogas.

O delegado Antônio Carlos Faria, da 11ª Delegacia Distrital (Seccional Sul), e o detetive Anderson foram os responsáveis pela localização e prisão do traficante, que foi levado para a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes (DTE) e autuado em flagrante com base no artigo 12 (tráfico).

## MEDICAMENTOS

Policiais da Delegacia de Furtos e Roubos surpreenderam, na Mata da Baleia, o sergente Edmilson de Oliveira (21 anos, casado, rua Nossa Senhora de Fátima, 1.792, Cafezal) e os menores E.L.S. (15 anos), Z.P.S. (13 anos) e F.J.S. (15 anos), com um galão contendo dezenas de ampolas de "Dicione", medicamento utilizado no tratamento de adictos.

Cada ampola é vendida nas farmácias e drogarias por R\$ 18,00, mas os quatro alegaram ter pegado a droga no lixo do Hospital da Ba-

leia. Os policiais, entretanto, estiveram no Hospital da Baleia e foram informados de que ali não são usados esses medicamentos.

O mais estranho de tudo é que as ampolas estão com seu prazo de validade ainda por vencer. As 144 ampolas de "Dicione" e outras 55 de outro medicamento cuja finalidade não foi determinada, foram apreendidas e também levadas para a DTE, juntamente com o sergente.

## RÁDIO PIRATA

A Rádio Favela, emissora clandestina utilizada pela comunidade da favela do Cafezal, foi fechada durante a operação pela Polícia Federal. De acordo com o delegado Clá-

udio Dornelles, da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (DPRE) da Polícia Federal, o fechamento da emissora foi em decorrência de uma determinação do Departamento Nacional de Telecomunicações (Denel).

A rádio funcionava na rua Flor de Maio, 85. Uma pessoa, cuja identidade não foi revelada, foi presa e levada para Superintendência de Polícia Federal, onde, de acordo com policiais, três advogados já aguardavam a chegada do preso. A Polícia Federal não divulgou qualquer nota sobre o fechamento da rádio e a apreensão dos equipamentos. (NS)



LINO BENTO dos Santos foi preso durante a blitz. Segundo a polícia, ele estava com 118 pedras de crack, que seriam vendidas na região do bairro da Serra



**Jornal Estado de Minas**

Título da reportagem: *Polícia prende líder do tráfico no Cafezal* (página inteira)

Data da veiculação: 8 de outubro de 1997

Resumo da reportagem: A reportagem começa com um histórico das operações contra o tráfico de drogas realizadas nas favelas de Belo Horizonte, esta operação, de acordo com a reportagem, se tratava da quinta ação do tipo. A matéria também destaca o aparato mobilizado pelas polícias. A reportagem afirma que a operação capturou um suspeito de ser o chefe do tráfico na região e outras pessoas apreendidas com tiner, cápsulas de remédios para AIDS, crack entre outras drogas. Ao fim da reportagem, há uma notinha sobre o fechamento da Rádio Favela, que também ocorreu durante esta operação.

Título da nota: Rádio Favela

**Transcrição:** A Rádio Favela, emissora comunitária que funcionava na rua Flor de Maio, na favela do Cafezal, foi fechada pela PF. O diretor da rádio, Misael Avelino dos Santos, foi preso sob protestos da população. A rádio prestava serviços à comunidade, mas, de acordo com a polícia, não tinha nenhuma autorização do Dentel (Departamento de Telecomunicações) para funcionar.

## MEGAOPERAÇÃO

# Polícia prende líder do tráfico no Cafezal

**Operação envolveu 797 homens das polícias militar, civil e federal; ação conjunta foi a quinta realizada este ano**

ALESSANDRA MELLO  
REPÓRTER

As polícias militar, civil e federal fizeram ontem a quinta operação conjunta do ano contra o tráfico em Belo Horizonte, desta vez no aglomerado do Cafezal, no bairro Serra, região sul da cidade. A operação, batizada com o nome de "colheita", começou às 15h e terminou no início da noite com a prisão do traficante Lino Benio dos Santos, 47, apontado como chefe do tráfico na região e fugitivo da penitenciária de Contagem. Na casa de Lino foram encontrados 118 pedras de crack, R\$ 200 em dinheiro, 8 televisões e 2 videocassetes.

Também foram apreendidos quatro revólveres, ampolas de remédios usados no tratamento da Aids, 50 gramas de maconha, munições e 5 veículos. Além de Lino, 22 pessoas foram presas e encaminhadas para averiguação. Pelo menos 25 veículos irregulares tiveram suas placas apreendidas.

A operação, que contou com 797 homens das três polícias, foi considerada a mais bem sucedida pelo superintendente da Metrópoli (Polícia Metropolitana), delegado Edvaldo Brandão. "Prendemos um dos chefes do tráfico da favela e várias pessoas também suspeitas de tráfico. Por ser uma favela bem maior que as outras, as apreensões são maiores", disse.

Os policiais não cercaram todas as entradas do aglomerado como nas quatro operações passadas, pois no local existem várias favelas e muitas entradas diferentes. Segundo o comandante do Batalhão de Choque, coronel Maurício Antônio dos Santos, as equipes se espalharam dentro da favela e revistaram pessoas e locais suspeitos.

G.A.S., 58, foi preso em flagrante vendendo tiner para seis metros na favela. Segundo Brandão, G., ao ser autuado em flagrante, tentou subornar os policiais: "Ele ofereceu R\$ 50 para os policiais a livrarem do flagrante." Ela afirmou que apenas guardava o tiner para "as meninas".

E.O., 21, foi preso com 251 ampolas de três tipos de remédios usados no tratamento da Aids. Segundo ele, os remédios foram encontrados dentro de um galão no lixo do Hospital da Baleia. "Tegamos os remédios para jogar fora. Eu só queria o galão para carregar água", disse. G.S.M., 21, acusado de esturjar e matar a mãe, foi preso pelos policiais, que tinham um mandado de prisão expedido contra ele.



Policial militar aborda morador da favela do Cafezal durante megaoperação realizada na tarde de ontem no aglomerado, localizado na região sul de Belo Horizonte

## Incursoes começaram pela Prado Lopes

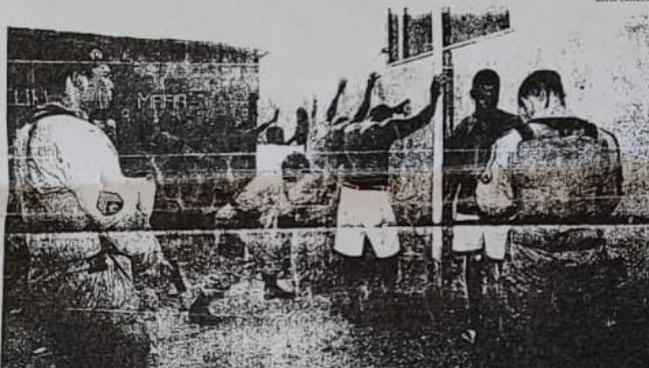
ADMILSON RESENDE  
REPÓRTER

As últimas quatro operações conjuntas realizadas desde o dia 30 de agosto pelas polícias militar, civil e federal nas favelas de Belo Horizonte aconteceram sempre nos mesmos horários e intervalos de tempo entre a primeira e a segunda operação.

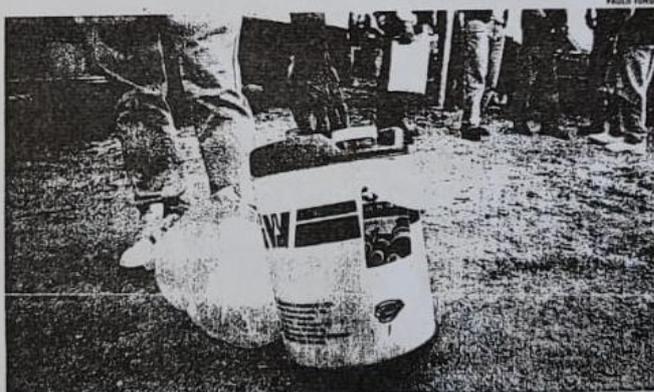
Na primeira favela, a Pedreira Prado Lopes, região noroeste de Belo Horizonte, a operação "Kocha" foi realizada com 450 homens. Nessa operação, ocorrida na parte da tarde do dia 30 de agosto, os policiais apreenderam uma tucha de maconha, recuperaram duas motos roubadas e fecharam dois pontos de jogo do bicho. Quatro dias depois, de madrugada, 450 policiais foram acionados novamente e apreenderam barras de maconha, papéletes de cocaína e um carro roubado.

A terceira operação, denominada "Del Rey", aconteceu no dia 21 de setembro, na favela do Sumaré, também na região noroeste de Belo Horizonte, com 250 policiais. A primeira operação, também realizada na parte da tarde como na Prado Lopes, apreendeu o traficante "Galo Cego", revólveres, 61 papéletes de cocaína e veículos.

Três dias depois, de madrugada, cerca de 250 policiais estiveram novamente na favela do Sumaré para realizar a "Del Rey 2". Essa operação também foi de madrugada, como na segunda incursão na Prado Lopes. Ao voltarem à Sumaré, os policiais apreenderam 92 papéletes de cocaína, uma pedra de crack, armas de fogo, veículos e detiveram 15 pessoas suspeitas de participarem do tráfico de drogas.



Militares revistam moradores de aglomerado do Cafezal, à procura de armas e drogas, durante megaoperação realizada ontem à tarde



Baldé com cerca de 250 ampolas de remédio para tratamento de pessoas portadoras do vírus da Aids encontrado pelos policiais durante blitz

## Operação ocorreu em um dos maiores aglomerados de BH

PILAR FERREIRA  
REPÓRTER

A operação no Cafezal aconteceu em um dos maiores aglomerados de Belo Horizonte, onde existem cinco favelas e vivem 160 mil habitantes. "O objetivo das megaoperações é aumentar a presença da polícia nos locais onde alguns criminosos se escondem", afirmou o comandante do BPCoque, tenente-coronel Maurício dos Santos.

A polícia, além de conseguir prender um dos maiores traficantes da região, o Lino, também prendeu Ricardo Gonçalves dos Santos, 34, condenado a mais de 30 anos de prisão por tráfico e homicídios e que estava em liberdade condicional. Segundo os policiais, um dos presos, M.F.S., portava duas armas e afirmou que elas pertenciam a Santos.

Santos negou que as armas fossem dele e disse que se regenerou. Ele é portador do vírus da Aids e contaminou a mulher S.J.S., 22, e o filho D., de um mês. Ele disse que depois de ter sido solto, há um ano, tem procurado levar uma "vida honesta" e até montou um bar. "O crime não compensa. Agora só quero criar meus filhos para quando eu morrer eles terem condições de prosseguir sozinhos", disse.

### Rádio Favela

A Rádio Favela, emissora comunitária que funcionava na rua Flor de Maio, na favela Cafezal, foi fechada pela PF. O diretor da rádio, Misael Avelino dos Santos, foi preso sob protestos da população. A rádio prestava serviços à comunidade mas, de acordo com a polícia, não tinha autorização do Denel (Departamento Nacional de Telecomunicações) para funcionar.

O primeiro elemento que chama atenção em uma análise textual sobre o corpus é a escolha de alguns vocabulários empregados no material, como a distinção da nomenclatura atribuída ao objeto. Na nota veiculada pelo jornal O Tempo, opta-se pelo termo “Pirata” para se referir à emissora. Como já apontamos em outros momentos deste texto, o termo é avaliado pelas iniciativas de rádio comunitária e alternativa, como uma forma de desqualificar e difamar os veículos desta natureza. Na data de veiculação das notas citadas, a disputa sobre a nomenclatura destas iniciativas estava no centro dos debates. Ainda sobre este aspecto é interessante observar que, em outra oportunidade de categorizar a emissora de rádio, o jornal O Tempo opta por classificá-la enquanto clandestina e não comunitária.

No jornal Estado de Minas, a emissora é classificada enquanto comunitária e, na chamada da nota, optou-se pela utilização do nome próprio do veículo: Rádio Favela. Apesar de ter sido grafado como nome próprio, uma vez que Favela estava em letra maiúscula, podemos pensar o quanto essa escolha pode ter sido também conivente com o discurso que estava sendo construído ao longo da reportagem.

Cabe mencionar também, que cinco meses antes desta nota, o jornal Estado de Minas publicou reportagem de página inteira, na edição de domingo do caderno cultural, contando a história da emissora e o quanto sua popularidade ultrapassava os limites do aglomerado, afirmando e informando também os serviços de utilidade pública a Rádio Favela prestava ao povo de Belo Horizonte (página 33). Portanto, vincular explicitamente à emissora uma identidade de subversiva, contraventora e malfeitora poderia gerar ao Estado de Minas uma espécie de contradição. Também podemos entender essa opção do jornal em categorizar a emissora enquanto comunitária e não pirata ou clandestina, como uma forma de interdiscurso com a reportagem anterior, veiculada em maio.

Olhando para a coesão e a estrutura textual deste corpus, o uso da conjunção adversativa, “mas” na frase: “*A rádio prestava serviços à comunidade, mas, de acordo com a polícia, não tinha nenhuma autorização do Dentel (Departamento de Telecomunicações) para funcionar*” pode ser lido como uma concordância do jornal Estado de Minas de que a Rádio Favela, de fato, prestava serviço à comunidade antes de ser fechada. No aspecto da estrutura textual também é importante ressaltar a opção do jornal em mencionar que a prisão do diretor da rádio ocorreu sob protestos da população. Uma informação que poderia ser omitida da nota.

Já no jornal O Tempo, a construção da estrutura textual da nota caminha no sentido de esvaziar o caráter político da iniciativa. Ao optar pelo termo “utilizada” a frase cria um sentido utilitarista para o veículo. “*A Rádio Favela, emissora clandestina utilizada pela comunidade*

*da favela do Cafezal, foi fechada durante a operação pela Polícia Federal*”. Pensando em um caráter político, a mesma frase poderia ter sido composta a partir de outra estrutura como: “*A Rádio Favela, emissora clandestina construída pela comunidade da favela do Cafezal*” ou “*A Rádio Favela, emissora clandestina criada pela comunidade da favela do Cafezal*”, “*A Rádio Favela, emissora clandestina da comunidade da favela do Cafezal*” ou ainda “*A Rádio Favela, emissora comunitária da favela do Cafezal*”.

No parágrafo seguinte, a nota afirma: “*Uma pessoa, cuja identidade não foi revelada, foi presa e levada para a Superintendência de Polícia Federal, onde, de acordo com os policiais, três advogados já aguardavam a chegada do preso.*” Aqui um questionamento se faz necessário. A omissão do nome do diretor da Rádio, de fato, foi uma restrição de informação na apuração da notícia ou uma escolha editorial? Uma vez que é estranho que a Polícia tenha fornecido dados sobre a quantidade de advogados que aguardavam pelo detido, mas não ter esclarecido quem era o preso. Também é possível refletir sobre a relevância e a intencionalidade em se mencionar a quantidade de advogados que aguardavam pela pessoa detida durante o fechamento da emissora.

Olhando para o contexto de consumo, este corpus é construído a partir de narrativas jornalísticas, porém enquadrados em produções voltadas às páginas destinadas ao noticiário policial. Em ambas veiculações, as reportagens são distribuídas em jornais impressos comercializados. Além da restrição econômica para o acesso ao conteúdo, outro fator que merece ser levado em conta é o acesso à leitura. Uma vez que à época, o Brasil ainda era o segundo país da América Latina com a maior taxa de analfabetismo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Apesar de não manter disputa direta com a Rádio Favela, os veículos têm caráter comercial, e por isso é importante ter em ressalva que o viés adotado em suas narrativas pode, de alguma forma, refletir possíveis conflitos de interesse. Além deste ponto, também é importante destacar que diferente da reportagem anterior, nestas a emissora não tem poder de fala, ela é excluída do discurso.

De forma subjetiva e indireta, o discurso construído no texto mobiliza os sentidos para o questionamento sobre a índole das iniciativas de radiodifusão comunitária e a relevância que elas têm para a sociedade. Há uma aproximação tanto da imagem da Rádio Favela quanto da própria favela da Serra à criminalidade e violência. O aparato policial empregado na operação é o grande fato e de certa forma “legítima” a violência existente no território.

O ambiente da favela é apresentado como hostil e em certa medida, desumano. Ao esmiuçar o perfil dos presos na operação - um traficante de drogas acusado de homicídio, um filho que estuprou e matou a própria mãe, uma mulher que vendia thinner para crianças, um traficante que roubou medicamentos de tratamento da AIDS para comercializar como droga - os favelados são generalizados pelo desvio de caráter, desumanização e violência.

Olhando para a intertextualidade, a partir da construção imagética das matérias não é possível dissociar o veículo do tráfico de drogas. Em ambas reportagens, o nome da rádio está veiculado ao lado de fotos das apreensões. Além das fotos, a reportagem do Estado de Minas também abre mão de outra forma de intertextualidade, ao mencionar as operações policiais que antecederam o episódio em questão, detalhando o corpo policial empregado e as apreensões realizadas.

Já no que diz respeito à interdiscursividade, ainda na reportagem do jornal Estado de Minas, são empregadas falas mescladas no decorrer do texto, de representantes das corporações e também das pessoas presas. Os recortes escolhidos para as falas dos detidos são empregadas no sentido de defesa dos presos. A reportagem traz mais abertura a outros discursos, assim como faz quando opta por classificar a Rádio Favela enquanto comunitária. Já no jornal O Tempo, apenas são utilizadas aspas das pessoas presas. No entanto, a construção do discurso é feita no sentido de “ironizar” suas defesas, por exemplo:

“Ao receber voz de prisão, Cleuza, que **diz** vender balas, doces e cigarros no Centro para sobreviver, ofereceu R\$60 reais<sup>8</sup> para que os policiais a liberassem. ‘É o único dinheiro que tenho. Eu não posso ir para a prisão. Eu tenho que trabalhar’, explicou a ambulante **na maior simplicidade**” (Grifos da autora)

Somada a esta opção de construção do texto, os enunciados da reportagem também têm um caráter de força e uma espécie de *Ethos* incorporado ao texto como se o mesmo fosse escrito não por um jornalista, mas por algum representante das polícias. Por exemplo, a legenda que descreve a foto de destaque da reportagem: DEPOIS da favela do Sumaré, foi a vez da favela do Cafezal **conhecer a disposição** da polícia em **acabar** com o tráfico de drogas na cidade. (Grifos da autora). Assim como em outras partes do texto, a linha fina cria uma narrativa de guerra que em certa medida “justifica” a megaoperação. “Operação **contra** o tráfico mobilizou 800 homens de três corporações” (grifo autora).

---

<sup>8</sup> O valor citado pela presa, correspondia na época a meio salário mínimo.

A existência desse *Ethos* ajuda a entender qual coerência é acionada na defesa da prática discursiva. No primeiro parágrafo da reportagem é enumerado os saldos da operação, listando junto a traficantes e drogas o fechamento da emissora, reforçando a classificação escolhida pelo jornal para categorizar a Rádio Favela: clandestina.

Na reportagem publicada no jornal *O Tempo*, a nota que trata sobre o fechamento da rádio é inserida dentro de uma retranca intitulada: “*Flagrado com 118 pedras de crack*”. Em ambas as notas não fica claro se há ou não relação direta da emissora com o tráfico de drogas, apenas é dito que o veículo foi fechado por não possuir autorização de funcionamento. No entanto, em ambas notas os veículos citam a relação da emissora com a comunidade. Em uma é dito que o diretor da rádio foi preso sob protestos dos moradores e em outra é dito que a emissora prestava serviço aos moradores da favela.

Cabe ressaltar que as reportagens veiculadas em 1997 são produzidas no mesmo ano em que começa a operar no Brasil a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), marco histórico do recrudescimento e ataques contra as iniciativas não legalizadas de radiodifusão. No ano anterior, em 1996, a Rádio Favela se constitui enquanto uma associação comunitária e realiza o seu primeiro seminário, “formalizando” de certa forma seu caráter comunitário e não mais clandestino. Nesta mesma época, precisamente em agosto de 1996, também foi criada a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO).

E como dito anteriormente, em 1997, data de veiculação das reportagens analisadas, estava em debate e disputa na sociedade a forma como a qual este tipo de emissora seria tratado pelo Estado e conseqüentemente pela sociedade, com as discussões sobre a regulamentação do setor. E os jornais, ambos de caráter comercial, representantes da hegemonia vigente, expressam através da sua prática discursiva sua parcialidade neste debate.

Retomamos aqui também a importância de ponderar que a Rádio Favela não é só um ator social que disputa um discurso na sociedade, ela é uma estrutura social que disputa sua legitimidade. É uma instituição construtora de discursos. Ao reivindicar a sua legitimidade na produção de discursos e construção de sentidos, a transformação que ela pode gerar na sociedade deve ser analisada em escala. Não é somente a disputa sobre a nomenclatura deste tipo de emissora que está em jogo para a hegemonia, é a mensuração dos danos possíveis que o reconhecimento da legitimidade deste tipo de produtor de discurso pode trazer à hegemonia vigente.

(...) ao se produzir novas ordens de discurso, estamos criando mecanismos linguísticos que desarticulam as ordens discursivas hegemônicas, ademais, estamos,

também, lapidando uma nova seara para que novas ordens sociais anti-hegemônicas sejam postas em circulação na sociedade. Ao abriremos essa seara discursiva, composta por discursos que outrora eram subjugados na sociedade, estamos, através da linguagem, buscando promover uma mudança discursiva. E, cada vez que esse discurso anti-hegemônico circular nas diversas esferas sociais, ele pleiteará uma insurreição em prol de mudanças sociais. (Irineu, 2020, 183)

#### 5.4 Material eleitoral de 2020 da campanha para vereador de Misael Avelino

##### Transcrições dos Jingles:

Versão funk

*Alô, Belo Horizonte!  
Para vereador, vote Misael da Rádio  
Digite 33106*

*33106 o seu voto tem poder,  
é o Misael da Rádio que nós vamos eleger  
33106 o seu voto tem valor,  
é o Misael da Rádio pra nosso vereador.*

*Nasceu na favela e nela vive também,  
sabe as necessidades que as comunidades têm:  
Transporte, mais saúde, mais emprego, educação  
esporte, segurança com respeito ao cidadão!*

*33106 você vai digitar,  
é o Misael da Rádio você pode confirmar  
Misael da Rádio 33106  
Chegou a nossa hora, agora é a nossa vez (2x)*

*Alô, Belo Horizonte para vereador  
vote Misael da Rádio, número 33106  
esse é atuante, é gente da gente e vai fazer pelo povo!*

Versão samba

*Da favela, da Serra para o mundo!*

*Alô Misael para vereador, 33106.*

*Chora cavaco!*

*Sou Misael da Rádio Favela,*

*já virei filme mas não saio da Serra.*

*Lá me criei, lutei para melhorar,  
agora quero seu voto para continuar.*

*33106 Misael para vereador!*

*Da favela para o mundo,*

*do rádio que me consagrou. (2x)*

*Dia 15 de novembro, digite e confirme!*

*Misael para vereador*

*É 33106! (5x)*



Sou Misael, fundador da Rádio Favela 106.7 e jornalista. Nasci e moro no Aglomerado Serra, amplifiquei a nossa voz levando a nossa história para o mundo no filme Uma Onda no Ar. Fui abençoado com família e amigos que sempre caminharam comigo. Agora, apresento meu nome como candidato a Vereador para ser a Voz da Favela na Câmara, somando o poder do microfone com o poder da caneta sendo o representante das vilas e favelas de Belo Horizonte. Para isto, preciso receber a honra de seu voto me autorizando a ser a sua voz na Câmara de BH.

**Seu voto não tem preço,  
tem consequência.**

CNPJ CANDIDATO: 39.131.100/0001-92 | CNPJ GRÁFICA 09.264.555/0001-15 | TIRAGEM 100.000

### Transcrição:

Frente:

Vereador: Misael da Rádio Favela 33106

Verso:

Nome: Misael da Rádio Favela

Sou Misael, fundador da Rádio Favela 106.7 e jornalista. Nasci e moro no Aglomerado Serra, amplifiquei a nossa voz levando a nossa história para o mundo no filme Uma Onda no Ar. Fui abençoado com família e amigos que sempre caminharam comigo. Agora, apresento meu nome como candidato a Vereador para ser a Voz da Favela na Câmara, somando o poder do microfone com o poder da caneta sendo o representante das vilas e favelas de Belo Horizonte. Para isto, preciso receber a honra de seu voto me autorizando a ser a sua voz na Câmara de BH.

Seu voto não tem preço, tem consequência.

A primeira distinção que fazemos deste corpus é sobre seu formato e consumo. Ao contrário das demais, esses materiais são narrativas construídas com perspectiva publicitária. Os conteúdos circularam fisicamente em carros de som e em panfletagens presenciais, sendo importante mencionar que esta distribuição estava condicionada às possibilidades orçamentárias da campanha. Por outro lado, diferente dos outros conteúdos, essa distribuição também foi possível de ser realizada em ambientes virtuais.

A narrativa publicitária é construída exclusivamente por Misael Avelino, candidato a vereador no pleito de 2020, que é também fundador e diretor da emissora. Não há outras fontes nos materiais, que poderiam, por exemplo, ter depoimentos da comunidade. No entanto, há interdiscursos. Para construir o discurso, ele aciona diversos elementos de identificação com a comunidade e de resgate histórico do trabalho realizado pela Rádio. *“Nasceu na favela e nela vive também, sabe as necessidades que as comunidades têm”, “já virei filme mas não saio da Serra. Lá me criei, lutei para melhorar, agora quero seu voto para continuar.”*

O nome escolhido por ele para aparecer nas urnas, e conseqüentemente em todo material de campanha, é: Misael da Rádio Favela. Assim como o número partidário 33106, que faz referência à frequência da emissora. Em nenhum momento os jingles fazem referência ao partido do candidato, apenas no santinho a legenda é mencionada, o que é também protocolo eleitoral.

Ainda sobre a apresentação do candidato, é interessante analisar o jargão adotado para a campanha “Seu voto não tem preço, tem consequência”. O que dá um tom “punitivista” ao voto, mas ao mesmo tempo provoca para uma reflexão sobre a importância de ser uma escolha consciente e não em troca de favores ou pela “compra” de votos. Cabe ressaltar também o contexto em que este conteúdo foi publicado. Se tratava do pleito municipal de 2020, ano mais grave da crise sanitária enfrentada no mundo. Um contexto de agravamento das condições econômicas e de um acirrado conflito ideológico no país.

Olhando para os enunciados desses materiais, percebemos que há uma força imperativa nas frases: “vamos eleger”, “seu voto tem poder”, “você vai digitar”, “pode confirmar”, etc. Além disso, também percebemos uma intertextualidade ao acionar a referência ao filme “Uma onda no ar”, tanto no material sonoro quanto impresso.

Na análise textual dos materiais, percebemos a repetição de algumas palavras como: *valor, preço e poder*. Além de repetir-se ao longo de todo material, seja o sonoro ou impresso, esses termos se apresentam em uma dicotomia, sobretudo entre as palavras *preço* e *valor*. Os dois termos são utilizados para valorar o voto do eleitor. Ora, opta-se por *valor*, para ressaltar a importância do ato e como ele tem potencial de transformação, ora usa-se *preço* para enfatizar que a decisão deve ser consciente e não motivada por barganhas financeiras. “*O seu voto não tem preço, tem consequência*”. E a estrofe:

*33106 o seu voto tem poder,  
é o Misael da Rádio que nós vamos eleger  
33106 o seu voto tem valor,  
é o Misael da Rádio pra nosso vereador.*

A escolha da palavra “consequência” além do caráter punitivista, também traz a ideia de que a eleição não diz respeito apenas ao momento do voto, mas que tem continuidade na vida dos eleitores, trazendo reflexos ao seu cotidiano. A repetição da palavra “voz” (citada três vezes no santinho) também é interessante de ser observada, sobretudo pelo significado dado a ela, em todas as aplicações a conotação da palavra é no sentido de direito à fala e representação. Percebemos que a prática discursiva do corpus mobiliza os sentidos mais no intuito de identidade social, buscando uma identificação do receptor.

### **5.5 Mudanças discursivas, mudanças sociais**

Fairclough elenca algumas tendências na ordem do discurso que simbolizam ou nos dão indícios de uma mudança social em decorrência de tensionamentos provocados na prática discursiva como a democratização e a comodificação. Para o autor, a tendência de democratização da prática discursiva seria o arremate de marcadores existentes no discurso que evidenciam, autorizam e mantêm assimetrias de poder e a comodificação é a transformação, inclusão ou promoção das práticas discursivas à mercadoria, é um processo pelo qual domínios e instituições sociais são “organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias” (2001, p.255). Para percebermos tais mudanças, dividimos o corpus em dois blocos temporais. Sendo assim, os embates datados em 1992 e 1997 foram agrupados no mesmo bloco.

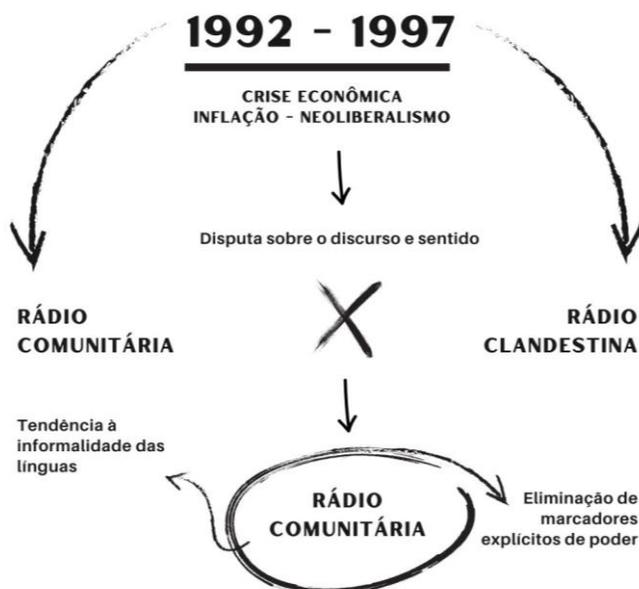
Sobre este, podemos inferir que as disputas em torno do termo comunitária ou clandestina resultaram em transformações concretas sobre o entendimento de mundo. Fairclough denomina esse fenômeno como a democratização, que é uma mudança discursiva que define a abolição de assimetrias “dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas” (2001, 248), transformando a prática social.

No caso da disputa sobre a categorização que classificaria essas iniciativas de radiodifusão, um termo definia a proposta a partir do seu projeto de operação e princípios (comunitária) e outro classificava as iniciativas a partir de uma ótica depreciativa, que demarcava nitidamente uma assimetria de poder, utilizando inclusive a opinião de “especialistas do setor” para legitimar a categorização “pirata”. O resultado foi a eliminação desse marcador de poder e por isso entendemos essa mudança como uma mudança social fruto também de uma transformação discursiva operada pela democratização do discurso.

Na abordagem de Fairclough, os eventos discursivos têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas desenvolvidas para propor mudanças significativas nas estruturas. A repetição de uma ocorrência particular de mudança discursiva pode ajudar a solidificar uma nova convenção. As mudanças podem dizer respeito a novas formas de organização sintática, marcadores de autoridade e familiaridade, estilos mais formais ou informais, vocabulários etc. Esse processo pode gerar mudanças estruturais nas ordens do discurso, desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemônias discursivas. (Irineu, 2020, p.182)

Podemos inferir também que além da transformação na ordem do discurso, essa mudança desencadeou outra alteração que é “tendência à informalidade das línguas” (Fairclough, 2001, p.251). Como dito anteriormente, a Rádio Favela, desde o seu nascedouro nunca se preocupou em adequar os modos de fala e construção narrativa aos padrões praticados nos demais veículos. Ao ser consensuada a identidade comunitária, a informalidade praticada pela Rádio Favela e demais emissoras deste setor se torna parte das “convenções”.

Olhando para o problema que motiva esta investigação, que é entender quais as possibilidades de legitimação em rádios comunitárias, parece-nos que esta conquista na ordem do discurso pode ser lida como um dos momentos de legitimação dessas iniciativas. Então, a legitimação desses veículos passa pela disputa sobre discursos e práticas discursivas.



**Figura 24.** Esquema mudanças sociais corpus 1 (reportagem Rede Minas) e 2 (reportagens O Tempo e Estado de Minas)

Fonte: a autora

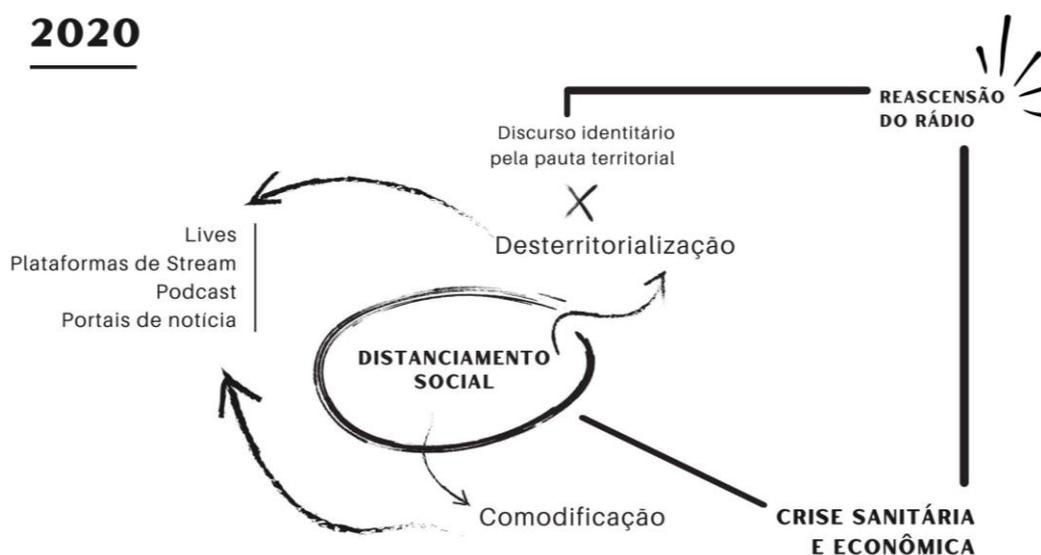
Com relação ao embate comunicacional ocorrido em 2020, o fenômeno que podemos observar é que a prática discursiva construída no corpus 3 (material de campanha) mobiliza esforços para a construção de um “eu” - na tentativa de gerar identificação a partir de uma característica territorial - vai na contramão do tempo histórico vivenciado, já que a imposição do distanciamento social em todas as esferas da vida individual e coletiva (home office, videochamadas, lives, etc.) corroboraram para uma desterritorialização social.

Sobre este mesmo aspecto, também podemos perceber o fenômeno da comodificação, uma vez que a conjuntura de crise, somado a diversos outros fatores, colaborou para consolidar a comodificação da informação. Com a virtualização da vida, portais de notícia, podcasts, redes sociais, plataformas de stream e diversas outras ferramentas de comunicação e informação tiveram seu caráter comercial acentuado, colocado em primeiro plano, reordenando inclusive os valores e importância da mercantilização praticada em outros instrumentos de comunicação, como jornais impressos, rádios e tv.

Esse debate se faz importante ao nosso objeto de pesquisa pois como nosso objetivo é entender quais as possibilidades e desafios no processo de legitimação de rádios comunitárias, essa mudança social nos parece ser um desafio à Rádio Favela. Ao mesmo tempo em que a sua

decisão, em neste contexto histórico, continuar operando e centralizando sua identidade a partir de sua marca territorial, nos parece ser uma das formas pelas quais a emissora busca a sua legitimidade. Ou seja, de um lado a sociedade passa por uma reorganização na sua forma de produzir e consumir informação, uma reorganização que ameaça mecanismos de legitimação da Rádio Favela: a territorialidade e o senso de pertencimento e organização coletiva/comunitária.

**Figura 25.** Esquema mudanças sociais corpus 3 (material de campanha)



Fonte: a autora

Apesar do discurso construído no corpus 3 (material de campanha) não apresentar diretamente uma disputa sobre uma prática discursiva, ele traz um embate importante sobre a prática social. Além dos questionamentos e provocações no campo da representação política, olhando para a comunicação, o material pode ser entendido como uma “problematização das convenções impostas” (Irineu, 2020). Diante dessa nova ordenação da comunicação, denominada por alguns teóricos como capitalismo de plataforma, a Rádio Favela disputa através da reafirmação de uma “marca” territorial, formas de compreender, de estar no mundo e de produzir informação.

Helena Martins (2020) afirma que a lógica de produção e consumo dos instrumentos de informação plataformizados operam de forma a nos alienar da coletividade, do nosso território e das nossas subjetividades, eixos fundamentais para a compreensão de mundo. Para a autora, esses “novos meios técnicos não são apenas novos canais de difusão, mas sim expressões da reorganização das relações sociais” (Martins, 2020, p.185). Essas ferramentas operam de forma

a controlar a quais informações e significações teremos acesso, segmentando e individualizando a existência humana.

A pesquisadora classifica esses meios como comunicação de datificação, cujos insumo são os dados privados para a produção de publicidade que será distribuída em plataformas de informação, cuja única finalidade é a mercantilização da vida. Opinião endossada por Ramalho e Resende (2004, p.190) que afirmam que “a linguagem passou a ocupar o centro do modo de produção do novo capitalismo”.

Martins também chama atenção para outro aspecto que é interessante à nossa investigação. Para ela, essa nova reorganização das relações sociais e da produção de informação concentra ainda mais a produção dos discursos em nossa sociedade. Sob a capa da “democratização” do acesso às ferramentas de produção, esse “capitalismo de plataforma” opera para consolidar ainda mais a hegemonia vigente.

Diante de mecanismos de controle, como os algoritmos, as brechas encontradas para disputar os discursos e práticas discursivas em uma perspectiva transformadora se tornam cada vez mais escassas e complexas. “Ocorre que a arquitetura da rede tem sido modificada, tornando mais complexa a realização desses usos contra-hegemônicos. Nos últimos dez anos, o que se viu foi a ascensão de plataformas digitais que concentram audiência, financiamentos publicitários, informações e poder” (Martins, 2020, p. 201).

Não à toa, as poucas organizações que controlam essas plataformas investem robustos aportes financeiros, políticos e ideológicos em uma guerra contra qualquer proposta de regulamentação. Interessante o paralelo no contexto das rádios comunitárias, em que a campanha de difamação baseada na pecha da “pirataria” - organizada pelos meios dominantes de comunicação - tratava como calcanhar de aquiles das RadCOM a não regulamentação do setor.

Diante desse contexto, produzir um discurso que reafirme uma identidade coletiva a partir de um território, que ressalte a importância e que resgate a história de uma emissora de caráter comunitário, pode ser entendido como uma prática discursiva que reivindica através de uma transgressão uma mudança social. Olhando sob a ótica do problema de pesquisa elencado neste trabalho, podemos interpretar que o corpus 3 (material de campanha) reafirma, através do discurso construído, que a legitimação da Rádio Favela é intrínseca à sua identidade territorial.

## 6. Considerações Finais

A partir de três embates comunicacionais analisados à luz da ADC, buscamos compreender quais são as possibilidades de legitimação em uma rádio comunitária. Ao contrário do que ocorre em veículos comerciais e privados de comunicação, percebemos que para os veículos alternativos, no caso em questão rádios comunitárias, a trajetória na busca por legitimidade não acontece de forma linear, retilínea ou em perspectiva seriada. Ao nosso ver, a jornada das rádios comunitárias se constitui de forma cíclica ou espiralar e é condicionada às crises socioeconômicas enfrentadas na sociedade, relacionando-se de forma inversamente proporcional ao agravamento destas. Quanto mais drástica a crise, maior a ascensão das rádios comunitárias rumo à legitimação social.

No entanto, apesar de basilar, as crises socioeconômicas não são determinantes para que as rádios comunitárias alcancem ou se aproximem da sua legitimação. Já que essa ascensão depende da capacidade de ação e transformação social protagonizada pelas RadCOM. Os momentos de crise sociais funcionam para as rádios comunitárias como brechas na hegemonia praticada e mantida pelos veículos comerciais, pois colocam em xeque a ideologia vigente e abrem uma fresta para possibilidades outras, de práticas discursivas e sociais.

Contudo, o modelo de organização social capitalista segue vigente e se reorganizando diante das crises. Por isso, compreender a jornada das rádios comunitárias em sua busca por legitimidade a partir de uma concepção espiralar parece-nos o mais adequado, pois pressupõe um deslocamento de nível, embora num trajeto circular. Assim como o modelo hegemônico se reestrutura a partir de suas crises, as estratégias utilizadas pelas Radcom também precisam evoluir diante da superação que a hegemonia impõe sobre a legitimação, até então alcançada pelas rádios comunitárias.

Como pontua Helena Martins (2020) e outros pesquisadores do setor, a solução para superar as limitações da comunicação em nosso país passa necessariamente pela democratização dos meios. Nosso entendimento é que esta também é a saída para uma alteração no modo de funcionamento da legitimação de rádios comunitárias. Apesar de serem milhares por todo Brasil, poucas são aquelas que, como a Rádio Favela, alcançaram grande visibilidade e relevância no país (consequência de fatores também já mencionados aqui como o não investimento público no setor). Portanto, o poder de influência dessas iniciativas é pontual, condicionando e engessando sua capacidade de transformação a estes momentos de crise.

Fairclough afirma que um dos objetivos em se aplicar a Análise de Discurso Crítica é apreender os aspectos da ordem do discurso que engendram as mudanças sociais (Irineu, 2020,

p.176). “Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, a ADC busca desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, em prol de suas desarticulações” (Irineu, 2020, p. 180).

Por conseguinte, é preciso traçar um panorama a fim de deslindar como a produção de novas ordens de discurso (Foucault, 1996), através de mecanismos linguísticos, criam aparatos de luta social a fim de desarticular ou, então, amortecer as ordens sociais hegemônicas, estimulando, assim, a criação de novas práticas sociais e consequentemente mudanças sociais. Por fim, a última diretriz, sendo essa a mais importante da pesquisa em Análise do Discurso Crítica: é necessário apreender os aspectos da ordem de discurso contemporânea que engendram as mudanças sociais. (Irineu, 2020, p.176)

A partir do nosso estudo de caso e do corpus analisado acreditamos que, além da democratização da comunicação, outra resposta pode estar no fato em que nos episódios em que as contradições entre a ideologia vigente e a realidade da vida concreta ficam mais evidentes, maiores são as possibilidades de mudanças discursivas e sociais. Ao mesmo tempo, pesquisas como a realizada por Bahia (2008) apontam um esvaziamento da qualidade dos conteúdos veiculados nas emissoras comunitárias, que por falta de recursos humanos e financeiros, acabam por reproduzir conteúdos das emissoras comerciais.

Com o intuito de deslindar mecanismos que possam contribuir para transformações na ordem do discurso e diante das conclusões a que chegamos nesta pesquisa, acreditamos que uma possibilidade para tensionar por essas mudanças, é a realização de campanhas a partir de temas sensíveis e que têm possibilidade de desnudar, em escala, assuntos que são normalizados ou “naturalizados” a fim de evidenciar suas contradições, como ocorreu, por exemplo, no debate sobre o termo “pirata”.

Contudo, sabemos que o contexto de articulação dessas iniciativas é distinto do vivenciado na década de 1990. Após a legalização do setor, houve um arrefecimento e fragmentação da organização das RadCom. Embora haja um esforço recente de rearticulação, como a realização, nos últimos três anos, de Plenárias Nacionais das Rádios Comunitárias. A edição de 2024 teve como pauta central a luta pela alteração no Decreto nº2.615/98 que regulamenta a Lei 9.612/98, que rege o setor. Além disso, uma vitória neste ano - tímida, mas simbólica - foi a liberação, publicada em julho, da destinação de R\$ 2 milhões em apoio cultural do governo federal a 811 emissoras comunitárias (R\$2.500 para cada rádio). A rearticulação e atuação uníssona das rádios comunitárias a nosso ver é fundamental para uma interferência efetiva nos discursos em disputa na sociedade, assim como foi na década de 1990, sobretudo diante do novo contexto imposto pelo capitalismo de plataforma.

Outra consideração sobre a pesquisa realizada, é que diante dos resultados encontrados nos parece que a legalização das emissoras, em certa medida, dificulta ou enfraquece o processo de legitimação das mesmas. Uma primeira observação é justamente sobre a pulverização do setor após a regulamentação, como mencionamos. A outra é a influência que esse título causa na produção de conteúdos e na identidade das emissoras. Como apontaram teóricos como Aguiar (2009), Pieranti (2005) e Martins (2020) é nítida a influência das empresas privadas de comunicação sobre a regulamentação da radiodifusão sonora brasileira. Pensamos então que após legalizadas, as RadCOM passam a operar sob as regras impostas pela hegemonia em vigor. Portanto, a jornada em rumo à legitimidade é uma jornada contra a hegemonia imposta.

É importante pontuar alguns entraves encontrados ao longo do percurso. Um deles foi delimitar o corpus da pesquisa, diante dos desafios em encontrar materiais que subsidiassem a investigação proposta no problema elencado. O rádio é um tipo de imprensa que tem sua memória muito frágil, há pouco acervo sonoro que recontem a história dos veículos e na Rádio Favela não é diferente. Também há fragilidades sobre a memória do processo de luta dos movimentos sociais em Belo Horizonte. Uma mobilização tão significativa como a da União dos Trabalhadores das Periferias em 1982, não foi possível encontrar nenhum registro sobre a manifestação, nem com os remanescentes da UTP, nem nos acervos de sindicatos, como o dos Trabalhadores das Telecomunicações ou outras entidades progressistas.

Diante da dificuldade, tivemos que optar por um corpus datado em 1992, dezesseis anos após o surgimento da emissora. Além da qualidade e acessibilidade do material, ele também respondeu ao nosso propósito de ter um corpus situado ainda no período em que a emissora ainda não tinha tão oficializado seu caráter comunitário, o que ocorreu em 1996.

Assim como o material de acervo, também tivemos dificuldades em encontrar pesquisas que analisassem o objeto após a sua legalização, destacamos aqui o estudo realizado pelo professor Ismar Capistrano cujo enfoque foi entender como se davam as mediações na Rádio Favela com sua inserção na internet, algo que ocorreu após a sua legalização. Por isso, consideramos que o estudo realizado neste trabalho traz relevância para a área contribuindo para diminuir a lacuna sobre o período.

Mas não só para a área, uma das considerações deste trabalho é que a urgência na democratização dos meios de comunicação segue pungente. Assim como ocorreu a nível nacional, em Belo Horizonte a mobilização em torno da tomada coletiva do serviço de radiodifusão também se enfraqueceu após a regulamentação das emissoras, seja pela burocracia inerente ao processo ou pela crença de que a legislação sanou as questões em voga ou que minou as possibilidades de atuação da sociedade civil.

No entanto, assistimos a uma ascensão da importância do rádio em todo país e também em nossa cidade. Com movimentações que merecem a atenção de comunicadores, pesquisadores e ouvintes, por exemplo, como o avanço de propostas neopentecostais sobre o dial da capital mineira e as constantes ameaças que pairam sobre nossa emissora pública, a Inconfidência. Além da Rádio UFMG Educativa e da Rádio Favela, Belo Horizonte também tem sob concessão educativa a rádio CDL FM, comandada pela Associação da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte. Precisamos debater sobre essa iniciativa. Ela tem cumprido seu caráter? De qual forma? Há sentido em mantê-la sob este regime ou seria mais interessante liberar a frequência para iniciativas, por exemplo, de associações estudantis?

Como vemos, há muito espaço para o debate e a construção sobre o serviço de radiodifusão comunitária e educativa na capital mineira. Alguns passos são fundamentais, como um mapeamento das rádios comunitárias de Belo Horizonte. Onde estão localizadas? Há quanto tempo estão em funcionamento? Estão legalizadas ou em processo de legalização? Como garantem sua sustentação? Quais conteúdos exibem? Por isso, de modo algum, esta pesquisa cessa a demanda por novos estudos sobre as consequências, potencialidades e realidade do serviço de radiodifusão comunitário, nem sobre a Rádio Favela. Já que diversas são as lacunas e provocações que encontramos neste percurso.

A primeira provocação é justamente com o propósito de superar um dos desafios encontrados neste trabalho, que foi a escassez de acervo sobre a resistência e organização das rádios comunitárias em MG, sobretudo em Belo Horizonte. A memória das rádios comunitárias é acometida por dois males. Um deles é a fragilidade, já mencionada, que veículos sonoros têm em guardar seus acervos, o outro é o desvio que movimentos sociais e progressistas têm em preservar sua história, reivindicá-la e resgatá-la.

Outra provocação que também cruza a linha da memória é entender como está sendo e se está sendo pensado o futuro dessas iniciativas. Há processos de transição de gestão em curso? As novas gerações têm se interessado pelo tema e em liderar o legado construído? Qual será o futuro dessas iniciativas quando seus fundadores não puderem mais estar à frente das emissoras?

Também pensando o futuro destas emissoras e olhando para a problematização levantada nesta pesquisa com relação à desterritorialização provocada pelo fenômeno de plataforminização da comunicação, quais serão as consequências que esse processo trará para as emissoras, que têm o território como identidade fundante? Qual a capacidade de atuação e contra-ataque que as iniciativas terão diante deste cenário?

Por fim, deixamos também a provocação sobre que caminhos tomarão essa nova rearticulação que está sendo construída nacionalmente no setor de radiodifusão comunitário

brasileiro. Quais frutos terão? Qual a capacidade real de mobilização e interferência no governo Lula 3? Diante dos erros cometidos pelo partido, sobretudo nos anos 2000, o governo federal terá uma postura diferente diante das RadCom? Qual será essa postura?

De maneira geral, acreditamos que essa pesquisa cumpriu com os objetivos propostos, como entender qual legado deixado pela emissora para o debate sobre a democratização dos meios de comunicação e desvelar quais os entraves e impasses existentes na regulamentação do serviço de radiodifusão sonora no Brasil interferem na consolidação da legitimidade interna e externa das rádios comunitárias.

## 6. Referências bibliográficas

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, [S. l.], v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

BARICHELLO, Eugênia Maria da Rocha; FLORES, Ana Cássia Pandolfo. Legitimação e Relações Públicas: considerações sobre o simbólico no contexto institucional. *LUMINA - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*. 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20956/11331>>. Acesso em: 31 de jul. 2024.

BAHIA, Lílian Mourão. Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 208 p.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade :tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis, Vozes, 2004. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglelefndmkaj/https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>> Acesso em: 19 de mai. 2023.

BOCCHINI, Bruno. Ministério autoriza funcionamento da primeira rádio comunitária em São Paulo. Agência Brasil, 2008. Disponível em: <<memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-03-13/ministerio-autoriza-funcionamento-da-primeira-radio-comunitaria-em-sao-paulo>> Acesso em: 06 de out.2023.

BRASIL, Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19612.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm)> Acesso em: 15 de out. 2022.

BRASIL, Projeto de Lei nº1.521 de 14 de fevereiro de 1996. Regulamenta a radiodifusão livre e comunitária, e dá outras providências. Disponível em <

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193159>> Acesso em: 15 de out. 2022.

BRASIL, Portaria Interministerial nº651 de 19 de abril de 1999. Dispõe sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa. Disponível em

<<https://repositorio.mctic.gov.br/handle/mctic/1599#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20servi%C3%A7os%20de,imagens%20com%20finalidade%20exclusivamente%20educativ>>. Acesso em: 15 de out. 2022.

CANAL COLETIVO ALVORADA. A democracia no ar. Youtube, 17 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2fkGXTN78ls&t=464s>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

CANAL NOTICIOSO. Entrevista: Misael Avelino - Candidato a Vereador em BH - PMN - Canal Noticioso - Conexão BH. Youtube, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E-VyCNBQygo&t=427s>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

CANAL SABACK. Misael Avelino dos Santos Fundador e Presidente Rádio Favela. Youtube, 5 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QsqcbqGfLiU&t=2973s>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

CARRIERI, Alexandre; PIMENTEL, Thiago Duarte; SARAIVA, Luiz Alex. A institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte Revista Organização e Sociedades, 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10937/7863>>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. Revista de Administração Mackenzie, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ram/a/7KJQZZHRVkf9Jdp5ZsswrFj/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

COELHO NETO, Armando. Rádio Comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo: Ícone, 2002. 224p.

CONVENÇÃO, Americana de Direitos Humanos. São José da Caosta Rica, 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_america.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm)>. Acesso em: setembro 2022.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. De Rádio Favela à Autêntica FM: o percurso do morro ao asfalto. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1899-1.pdf> > Acesso em: 23 set 2022

COSTA, M. J. S. R.. Rádio Alice através do espelho. Gilles Deleuze. Política e Poética Estóicas na Teoria do Rádio.. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM 2004, 2004, Porto Alegre. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - anais 2004. São Paulo: INTERCOM, 2004. Disponível em: <<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149707278892704242199657690067904327088.pdf>> Acesso em: 04 mar 2024.

DUARTE, Jorge. Entrevistas em Profundidade. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação / Jorge Duarte, Antônio Barros - org. - 2.ed. - 6. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Maria Yukiko Matsuuchi. Estudo de Caso. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação / Jorge Duarte, Antônio Barros - org. - 2.ed. - 6. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

DOWNING, John D. H. Conceitos: mídia radical e teoria da mídia. In: \_\_\_\_\_. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais / Com a colaboração de Tamara Villarreal Ford, Genève Gil, Laura Stein; tradução Silvana Vieira. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p.31-145 e 243-256.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Curso básico de Teorias da Comunicação / Vera V. França, Paula G. Simões. - 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p 92-105.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985. 234p.

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. A institucionalização de representações sociais: uma proposta de integração teórica. **Revista de Gestão**, v. 18, n. 3, art. 2, p. 339-359, 2011.

Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/36742/39463/43279>>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

GUATTARI, Félix. Milhões e milhões de Alices no ar. In: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3<sup>o</sup> edição, 1981.p.56-63.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 (reimpressão 2008). 316p.

FREIRE, Paulo. A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 107-166.

IRINEU, Lucineudo Machado (org.) et al. *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave / Organizadores: Lucineudo Machado Irineu, Adriana dos Santos Pereira, Ametista de Pinho 184 Nogueira Silva, Ana Lorena dos Santos Santana, Fernando Henrique Rodrigues de Lima e Suellen Fernandes dos Santos; Prefácio de Viviane Vieira. – 1. ed.– Campinas: Pontes Editores, 2020. 233p.*

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. p 93-119.

LIMA, Venício A. de; KUCINSKI, Bernardo. *Diálogos e perplexidades: reflexões críticas sobre a mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.132p.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Regulação das outorgas de radiodifusão no Brasil - Uma breve análise*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <[encurtador.com.br/hzMR6](http://encurtador.com.br/hzMR6)> Acesso em: 21 de out. 2022.

MARTINS, Helena. *Comunicações em tempos de crise: economia e política*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 243p.

OLIVEIRA, Valdir de Castro . *Condições e contradições da utopia radiofônica comunitária*. In PRATA, Nair (Org.). *O rádio entre as montanhas: histórias, teorias e afetos da radiofonia mineira*. Belo Horizonte: Fundac, 2010. p.171-192. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/portaldoradio/files/2012/10/O-rádío-entre-as-montanhas-livro-completo.pdf>> Acesso em: 3 nov 2022.

MANHÃES, Eduardo. Análise de Discurso. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação / Jorge Duarte, Antônio Barros - org. - 2.ed. - 6. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO VIANNA, Graziela Valadares Gomes de. Rádio e publicidade: do canto dos pregoeiros aos jingles e spots. In: Jingles e spots: a moda nas ondas do rádio. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do estado no Brasil pós-1964. 2005. 227f. Dissertação (Mestrado Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa - Fundação Getúlio Vargas, 2005.

PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha. Radiodifusão: o controle estatal e social sobre suas outorgas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 304p.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: <[https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/307/323](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323)>. Acesso em 17 de jul. 2024.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) 207p.

SIMÕES, Paula; FRANÇA, Vera. A produção discursiva da alteridade: um outro lugar de intervenção. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001. 11p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP13SIMOES.PDF>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

SILVA, Terezinha. Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um panorama da estado de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2008. 290p.

WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna. Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. vol.XI, n.1, enero,

2009. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155674>>. Acesso em: 23 de out. 2022.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos/ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001. p.19 -35.

## Anexos

Fontes: Todas as fontes dos anexos abaixo são do acervo pessoal de José Guilherme Castro.

## Anexo I – Versão em português da reportagem publicada no Wall Street Journal

ESTADO DE MINAS  
Página 1,6

ECONOMIA

3 de fevereiro de 1999  
Quarta-feira

# THE WALL STREET JOURNAL AMERICAS.

---

## *Rádio ajuda favelados a entender as agruras do real*

POE MATT MOFFETT  
Reporter do THE WALL STREET JOURNAL

BELO HORIZONTE — Num dilapidado estúdio da Rádio Favela, uma FM comunitária da capital mineira, o radialista Nerimar Teixeira preparava-se para ler um boletim dias atrás quando foi interrompido por uma verdadeira sinfonia de galos vinda de fora do estúdio.

"Notícia ruim", disse Teixeira, quando o barulho cessou. "O preço do material escolar está subindo!" O boletim informava que um grupo comunitário havia descoberto uma oscilação irregular nos preços de livros didáticos. Em certos casos, a variação era de até 500% para o mesmo livro, em grande parte por causa da confusão armada com a recente desvalorização do real. "Você acha que isso é o fim da economia brasileira?", perguntou Teixeira.

Bastou isso para que os telefones do estúdio começassem a tocar. Do outro lado da linha estavam os ouvintes de Teixeira, a população das favelas erguidas nas colinas com vista para o centro de Belo Horizonte. Entre esses brasileiros estão os egressos da economia de subsistência, admitidos à economia de consumo durante os quatro anos e meio de

estabilidade vividas no Brasil até a desvalorização do real. Essa população tem tudo a perder.

A Favela, uma rádio sem licença e uma espécie de agência de assistência social mais descontraída, faz o que pode para tornar inteligível a essa população de baixíssima renda o caos que toma conta da economia brasileira. Um ouvinte, por exemplo, queria saber se havia algum traço de verdade no rumor de que o governo estaria planejando confiscar o dinheiro depositado no banco. Ou não passava de um boato espalhado por bandidos dispostos a assaltar o correntista que saísse do banco com sua poupança? É hora de fazer estoques de alimentos para se proteger de uma escassez?, perguntava outro.

Premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua atuação no combate ao narcotráfico, a própria Rádio Favela tem muito a perder com o drama econômico brasileiro. Uma economia mais estável, ao lado da persistência de Teixeira e de seu sócio, Misael Avelino, trouxeram nos últimos tempos mais sucesso à estação do que em qualquer outro momento de suas duas décadas de existência.

A rádio, por exemplo, foi capaz de atrair anunciantes pela primeira vez, entre eles uma loja de discos, outra de materiais de construção, além de um açougue e um supermercado. "Ninguém queria anunciar nos anos de inflação alta, porque na favela só se vendia arroz, feijão e munição", diz Avelino, numa alusão às gangues que sempre tomaram conta do local. Em pagamento à comunidade, a Favela usou parte de sua receita publicitária para construir uma sala de aula — ainda inacabada — onde estudantes da favela recebem aulas de reforço. A estação também modernizou seu sistema de transmissão com a compra — financiada — de equipamentos na Itália. Tudo isso significa maior influência política: durante as eleições para governador no ano passado, os três principais candidatos mineiros subiram o morro até os estúdios da Rádio Favela para atender ligações dos ouvintes.

A própria favela passou por mudanças nos anos de estabilidade do real. Em mercadinhos onde antes só se encontravam grãos e vegetais, hoje é possível achar carne. A população favelada não se contentou em comprar aparelhos de TV: armou também sobre seus telhados antenas parabólicas. Avistar um morador com telefone celular, pager ou cartão de crédito deixou de ser uma visão extraordinária.

Agora, no entanto, o humor da favela vem caindo junto com o real. No último domingo, Edith de Souza, nove filhos e ouvinte cativa da rádio, rumou para a estação em busca de ajuda depois de se deparar com a remarcação de preços no mercado da esquina. Mais de 20% no caso do pão, mais de 30% no da carne. Avelino tentou consolá-la com um punhado de batatas e livros escolares que haviam sido doados à rádio.

Teixeira e Avelino fundaram a Rádio Favela no fim dos anos 70. Como não havia eletricidade na favela naquela época, o transmissor era movido a uma bateria de carro. A estação foi imediatamente abraçada pela comunidade, que naqueles tempos contava com poucas alternativas para se comunicar com o mundo fora da favela. A rádio ajudava a localizar crianças desaparecidas e mantinha os moradores a par de quem era internado no hospital. A música era eclética: de samba a tango, passando por rock. Nos últimos anos a polícia vem relaxando o cerco em torno da rádio, que não tem licença para operar.

Anexo II - Versão original da reportagem publicada no Wall Street Journal

# THE WALL STREET JOURNAL

© 1999 Dow Jones & Company, Inc. All Rights Reserved.

DOW JONES

VOL. CCXXXIII NO. 23 FEBRUARY 3, 1999

WEDNESDAY, FEBRUARY 3, 1999

INTERNET ADDRESS: <http://wsj.com>

75 CENTS

**Real Thing**

**Central Bankers Come And Go; Radio Favela Delivers Another Brazil**

**Pirate Station Empowered The Poor in Good Times, Helps Them Survive Now**

**Sorting Through the Rumors**

**By Matt Moffett**  
**Staff Reporter of The Wall Street Journal**

**BELO HORIZONTE, Brazil**—In a tumble-down radio studio, Nerimar Teixeira clears his throat to read a news bulletin—and then pauses, irritably, as some roofers outside start raising a racket.

"Very bad news," Mr. Teixeira says, when the crowing subsides. "School supplies are getting more expensive!" A citizens group, the bulletin says, found that the cost of schoolbooks was spiraling irregularly—there were price variations of as much as 50% on the same product—largely because of confusion caused by the recent devaluation of Brazil's currency, the real. "Do you think this means the end of the Brazilian economy?" Mr. Teixeira asks.

The studio telephone lines begin ringing at once with calls from Mr. Teixeira's listeners, inhabitants of the favelas, or shantytowns, of Brazil's third largest city. Living in shacks perched precariously on the hills overlooking the city's business district, countless favela dwellers moved into the consumer economy from a subsistence economy during the 4½ years of economic stability Brazil enjoyed before the devaluation. And now they have everything to lose.

Mr. Teixeira's Radio Favela, an unlicensed FM operator that doubles as a kind of funky social assistance agency, uses his heat to make the chaos of Brazil's economy intelligible to this vast underclass. In there any truth to reports that the government will confiscate bank deposits, one caller asks, or is it just a rumor planted by gangs so they can ponzie on bank patrons after they withdraw their savings? Is it a good time to stock up on food, another listener wants to know. There is even some gallows humor. "What will happen to the '33 Shops,'" the one-price retailers that sprouted during the good years, a caller asks. Will they now be called "33.50 Shops?"

## What's News—

**Leading Indicators**

Index (1992 = 100)

107

**Tax Report**

A Special Summary and Forecast Of Federal and State Tax

**Local Ties**

Decades of Mishandling  
 Hazardous Caron Leave

A14 THE WALL STREET JOURNAL WEDNESDAY, FEBRUARY 3, 1999

### Radio Favela Helps Brazilians Cope

*Continued From First Page*  
 but whose rhythm he loved. The song: "Say It Loud (I'm Black and I'm Proud)."

The 50-watt station immediately was embraced by the community, which at that point was sorely short of telephones or other means of communicating with the outside world. Radio Favela helped locate missing children and kept residents abreast of who was in the hospital. The music it played was eclectic, everything from samba to tango to rock.

The station had a running battle with the police, who have shut it down at least 30 times for lacking a license. Once a squad of police smashed the transmitter to bits with rifle butts. But the police began easing up a couple of years ago when the neighborhood was hit by flooding that killed more than a score of residents. Radio Favela helped authorities find survivors and pinpoint areas prone to mudslides. The station, still operating in violation of the law, won commendations from both the municipal government and the police.

**Worsening Inequity**

The devaluation could turn out to be Radio Favela's biggest story yet. That's because devaluations and accompanying inflation tend to hit the poor the hardest. The wealthy can protect themselves to some degree by investing in interest-bearing bank accounts. But the many poor who keep their

money under the mattress have no such luxury. The frequency of economic chaos in Brazil is one reason the country's wealth distribution has always been among the most inequitable in the world, with the richest 10% of the population controlling 47% of the national income and the poorest 10% less than 1% of it.

The stable real, which was introduced in 1994, helped to give the poor a fighting chance. As President Fernando Henrique Cardoso, who was the architect of the new currency, said: "The rich are richer, but the poor are less poor." At the national level, per capita consumption of macaroni jumped 15%; of milk, 25%; and of chicken, 40%. The total value of goods sold in supermarkets leapt 60%. Last fall, Mr. Cardoso won re-election to a second term largely because of the overwhelming backing of poor residents of the favelas.

**Grand Conspiracy**

Now, many poor residents are feeling a sense of betrayal and confusion. Consider the case of Claudino Dias dos Reis, a newcomer to the favela, who stopped Mr. Avelino on the street with a complaint of alleged price-gouging. Mr. dos Reis had been saving money in a jar to replace the cardboard and plastic walls of his house with new ones made of particleboard. Now, in the wake of the devaluation, the particleboard

costs 15% more than it did when he started saving. "Is there any way we can make them move the real back?" asks Mr. Dias.

It isn't the most outlandish idea floating around the favela these days. Callers to the station are so shellshocked that almost anything seems believable. That's especially so given Brazil's long history of economic instability, including a scheme to confiscate bank deposits in the early 1990s. A caller named Edson says the devaluation is all part of a convoluted conspiracy that is linked to the shocking defeat of Brazil's soccer team in last year's World Cup by a much weaker squad from France. "I should have bought dollars right after the last goal against us," he says.

Others have a more predictable villain: "Uncle Sam is clearly enjoying himself," a caller named Vicente says.

Another caller, named Leandro, offers advice on investments in uncertain times: "The surest thing is buying land," he says.

The crisis sparks particularly strong emotions among Radio Favela listeners because the state governor here has been blamed for causing the devaluation. Itamar Franco, who was sworn in as governor of Minas Gerais at the beginning of the year, rattled international markets last month by declaring a moratorium on the state's debt payments to the federal government. Radio Favela has repeatedly played a tape sent by the governor's political allies that compares Mr. Franco to a housewife who was directing her scarce resources toward essentials, like food and

rent, rather than toward consumer goods like televisions and stereos. The logic may be flawed, but most residents of the favela seem to be standing behind their governor.

Radio Favela tries its best to provide guidance. As a regular feature, one announcer simply reads the lead articles from the local newspaper. That's no small service, because illiteracy in the favelas is still estimated at as high as 25%.

And on Monday, Radio Favela invited a lawyer to the studio to speak about what could be the biggest problem of all for the community: indebtedness. The good times gave the poor their first access to credit, and many got in over their heads. "I'd say seven out of 10 people in the favela have some kind of debt," says Mr. Avelino. Worse, many debtors are discovering that their contracts contained a clause that protects the creditor but harms them: In case of a devaluation of the real, the value of the debt would move in tandem with the dollar.

Indebtedness is a problem for Radio Favela itself. The debt it took on to buy new Italian equipment is denominated in euros, and Mr. Avelino doesn't even want to think about how he is going to pay it.

At least he can count on the support of listeners. The other day, he received a check, along with a letter from a group of workers at a company called Vancoc. "The girls from Vancoc are making a little contribution to help the needy children that Radio Favela has spoken about," said the letter, signed by 25 women. "We know we aren't solving the problem, but we are trying to help."

**Anexo III – Notícia sobre estreia da Rádio Favela em cadeia mundial**

DIÁRIO DO COMÉRCIO 3

## PARALELAS

### ◆ RÁDIO PIRATA VIA SATÉLITE

A Rádio Favela FM, de Belo Horizonte, tem mais um ponto. Neste sábado e no domingo, participa da primeira transmissão via satélite de uma rádio pirata brasileira. Ao vivo e em parceria com rádios comunitárias de mais de 20 países, a Favela FM fará parte da transmissão especial de combate ao racismo e à discriminação, organizada nos cinco continentes pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc). A partir das 20h de sábado e durante todo o domingo — dia mundial da luta contra o racismo —, ela repetirá, via Internet, o sinal das transmissões originadas no exterior, com direito a tradutores, comentaristas e reportagens especiais sobre tema.

Com 18 anos de existência, a Rádio Favela, sem concessão, briga na Justiça pelo direito de levar sua programação ao ar através do seu estúdio, em um barracão na Vila de Fátima, numa favela na região Sul da cidade.

## Anexos IV e V – Notícia de divulgação de filme sobre Rádio Favela

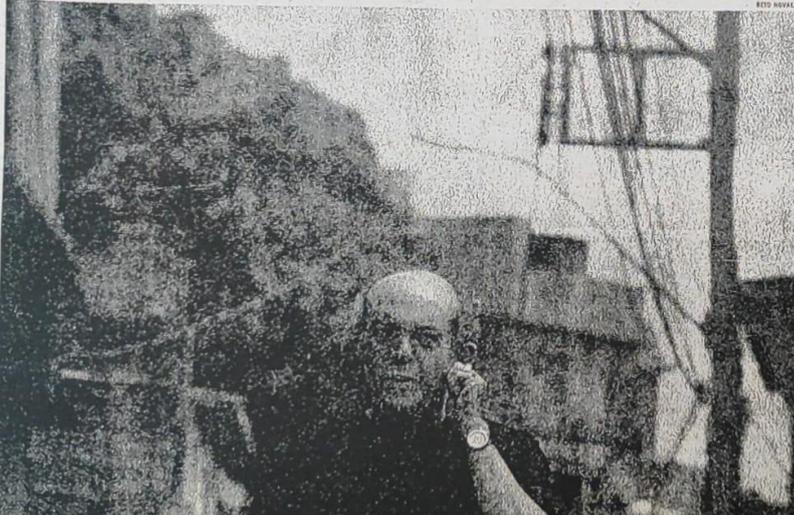
**Magazine**  
O TEMPO • BELO HORIZONTE • QUINTA-FEIRA, 18/3/1999

ZÉLIA DUNCAN  
SE APRESENTA  
HOJE NO PA  
"Acesso", show da cantora  
em única apresentação  
em BH, tem Usakti e  
Pato Fu no repertório

**NET**  
SEMPRE UM BOM PROGRAMA

PÁGINA 3

# RATTON EM NOVA SINTONIA



*O diretor anuncia uma guinada em sua obra e sobe o morro para conhecer a Rádio Favela, tema do seu próximo longa-metragem*

PABLO PIRES  
REPÓRTER

"A gente estava no carro ouvindo a Rádio Favela, justamente o 'Fala Corão, que Eu Escuto' e roiei de rir com as músicas e com o papo deles. Eu achei de uma sinceridade brutal e comecei a me interessar. Até que rolou uma conversa em um sítio e me contaram umas histórias do Misael, histórias da intervenção da rádio no morro e certos acontecimentos. De repente me deu uma vontade de estar com ele, de conversar e ver até onde isso tinha força dramática. Peguei o telefone, liguel, me apresentei e ele disse: 'Está bom, vamos conversar.' Foi lá no mesmo dia".

Assim começou a se delinear o novo projeto de Helvécio Rattón, que já está trabalhando no filme "Rádio Favela, História de Piratas", sobre a história da rádio situada na Vila Fátima, no aglomerado Serra, que se tornou fenômeno de audiência em Belo Horizonte e ganhou fama mundial. Misael Avelino é um dos fundadores da rádio.

Depois de realizar "Amor & Cia", um filme de época, Rattón se diz interessado em fazer um filme do século 21, que aponte para questões fundamentais da nossa realidade. "A grande questão agora, mais imediata, é a questão da mídia", diz Helvécio.

"Eu considero a Rádio Favela o fato mais revolucionário que aconteceu na mídia no Brasil", afirma o cineasta. Ele considera a emissora uma fissura no poder concentrado das comunicações no país. A identificação com alguns ideais da rádio o remetem a uma época em que ele realizou "filmes militantes" como o documentário "Em Nome da Razão", rodado em um hospício. Apesar de apontar para a mudança da equação ideológica...

PABLO PIRES  
REPÓRTER

"A gente estava no carro ouvindo a Rádio Favela, justamente o 'Fala Corão, que Eu Escuto' e roiei de rir com as músicas e com o papo deles. Eu achei de uma sinceridade brutal e comecei a me interessar. Até que rolou uma conversa em um sítio e me contaram umas histórias do Misael, histórias da intervenção da rádio no morro e certos acontecimentos. De repente me deu uma vontade de estar com ele, de conversar e ver até onde isso tinha força dramática. Peguei o telefone, liguel, me apresentei e ele disse: 'Está bom, vamos conversar.' Foi lá no mesmo dia".

Assim começou a se delinear o novo projeto de Helvécio Rattón, que já está trabalhando no filme "Rádio Favela, História de Piratas", sobre a história da rádio situada na Vila Fátima, no aglomerado Serra, que se tornou fenômeno de audiência em Belo Horizonte e ganhou fama mundial. Misael Avelino é um dos fundadores da rádio.

Depois de realizar "Amor & Cia", um filme de época, Rattón se diz interessado em fazer um filme do século 21, que aponte para questões fundamentais da nossa realidade. "A grande questão agora, mais imediata, é a questão da mídia", diz Helvécio.

"Eu considero a Rádio Favela o fato mais revolucionário que aconteceu na mídia no Brasil", afirma o cineasta. Ele considera a emissora uma fissura no poder concentrado das comunicações no país. A identificação com alguns ideais da rádio o remetem a uma época em que ele realizou "filmes militantes" como o documentário "Em Nome da Razão", rodado em um hospício. Apesar de apontar para a mudança da equação ideológica...

**Anexo VI - Resenha crítica sobre “Uma onda no ar” em comparação com “Cidade de Deus**

de órgãos governamentais do país e do exterior. O barraco onde a emissora sempre funcionou ganhou mais dois andares e passou a abrigar também uma escola de alfabetização para a terceira idade.

Em São Paulo, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) entrou com recurso contra decisão da Justiça Federal que obriga o órgão a "eliminar" todas as rádios piratas em 30 dias.

---

Colaborou Daniel Castro, da Reportagem Local

Texto Anterior: [Da Rua - Fernando Bonassi: Presentes de grego](#)

Próximo Texto: [Eclética, emissora já ganhou três prêmios da ONU](#)  
[Índice](#)

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da [Agência Folha](#).

[FolhaShop](#)  
[Tempo](#)  
[Canais](#)  
[Ambiente](#)  
[Bate-papo](#)  
[Blogs](#)  
[Equilíbrio](#)  
[Folhainvest em](#)  
[Ação](#)  
[Fovest](#)  
[Novelas](#)  
[Turismo](#)  
[Urânia](#)  
[Publicações](#)  
[Folha de S.Paulo](#)  
[Agora São Paulo](#)

Para começar, as favelas em questão são bem diferentes. Em vez do inferno do crime em que se transformou a Cidade de Deus, a favela de Belo Horizonte retratada em "Uma Onda" guarda resquícios de vila semi-rural, onde até os bandidos dizem "sim senhor" e "dá licença".

Outra diferença radical é de enfoque. Enquanto o filme de Fernando Meirelles encena o domínio onipresente da violência, Rattton aponta sua câmera para uma experiência vitoriosa de alternativa à barbárie: a Rádio Favela de Belo Horizonte.

A emissora comunitária surgiu no início dos anos 80 no aglomerado da Serra, conjunto de favelas com 80 mil habitantes. Inúmeras vezes a polícia fechou a rádio e prendeu seus líderes. Mas a emissora vingou, conquistou o apoio do morro e a simpatia "do asfalto". Foi premiada pela ONU e reconhecida como rádio educativa.

No filme, essa bela história é sintetizada na trajetória de Jorge (Alexandre Moreno, melhor ator no Festival de Gramado), personagem livremente inspirado em Misael Avelino dos Santos, criador e líder da Rádio Favela.

Rattton diz que viu a história como uma espécie de fábula. Isso explica a inserção, em "Uma Onda", de sequências de filme musical, em que os atores desatam a cantar no meio da rua.

Por outro lado, o diretor resolveu adotar uma "estética documental" para narrar essa fábula. Optou por fazer um filme sem firulas e sem tecnologia digital. Filmou na própria favela, em super-16mm, aproximando-se, nesse aspecto, de uma certa tradição oriunda do cinema novo.

Outra herança cinemanovista, o desejo de intervenção política, está presente desde a escolha do tema. Ao falar da Rádio Favela, Rattton toma partido automaticamente dos que querem mudar a sociedade a partir de baixo. Se há maniqueísmo, é entre opressores e oprimidos, não entre bandidos bons e bandidos maus, como em "Cidade de Deus".

Ocorre aqui uma operação interessante: se o discurso político é o que torna pesados tantos filmes brasileiros, "Uma Onda" escapa disso ao deixar a própria Rádio Favela falar. De certo modo, não é o filme que dá voz ao morro, é o morro que dá voz ao filme. O que este tem de mais vivo são a música, o humor irreverente e a veemência crítica da própria rádio.

[snow" da Globo](#)

Notícias

17/04/2003

00h45 [Ooops! bate recorde e agradece publicando e-mail de leitores](#)

00h19 [Confira o resumo das novelas desta quinta-feira](#)

00h03 [Clipe de Madonna reeditado após a guerra estréia segunda](#)

00h02 [Madonna olha para o próprio umbigo em novo CD](#)

00h01 [Folha Online estréia novo projeto gráfico](#)

**Anexo VII - Primeira notícia sobre filme inspirado na Rádio Favela**

MAGAZINE

MINAS

O TEMPO

BELO HORIZONTE • SEXTA-FEIRA • 26 DE FEVEREIRO DE 1999

# “Rádio Favela” é novo projeto de Rattton

*Cineasta vai contar em longa-metragem história de sucesso da emissora de BH*

**PUNTA DEL ESTE** – O próximo longa-metragem de Helvécio Rattton – diretor de “O Menino Maluquinho” e “Amor & Cia.” – será uma obra de ficção em torno da Rádio Favela FM, emissora comunitária de Belo Horizonte.

Rattton, que esteve em Punta del Este (Uruguai) para apresentar a produção “Amor & Cia.” no 1º Festival de Cinema do Mercosul (Mercocine), prepara agora o roteiro do filme com base numa pesquisa que está fazendo na favela Vila Fátima, situada na zona norte da capital mineira, onde está instalada a rádio comunitária.

O diretor disse que resolveu contar a história da emissora “por dentro”, usando o arcabouço da ficção. “Já foram feitas várias reportagens sobre a rádio, que chegou a merecer matéria de capa do ‘Wall Street Journal’”, afirma.

Para ele, “o interessante do assunto é que se trata de uma história de excluídos que não são nem coitadinhos, nem bandidos”. O título do filme será “Rádio Favela - Uma História de Piratas”.

Misael Avelino, um dos diretores da rádio, afirmou que “o filme é um motivo de grande honra, porque um cineasta famoso vai mostrar para o mundo inteiro a verdadeira história da favela”. “Os caras ali embaixo mostram a favela como uma terra de ninguém, onde só tem bandido e marginal. O interesse do Rattton é mostrar a realidade. Ele não vai transformar a nossa favela em um paraíso, nem num inferno”, afirma. (Redação, com AF)



O diretor Helvécio Rattton, que vai contar a história da Rádio Favela no cinema

## Filme será rodado no ano 2000

A Rádio Favela foi montada há 15 anos por um grupo de 40 jovens favelados, com equipamento roubado e improvisado. A emissora, que ainda não foi legalizada, já ganhou dois prêmios da ONU por seu combate às drogas, sobretudo por meio do programa “Uai Rap Soul”.

Segundo Rattton, a Rádio Favela é hoje a quarta mais ouvida em Belo Horizonte. Sua audiência transcende a favela e abarca também a juventude de classe média. “Eles realizam uma transgressão altamente saudável. Combatem o tráfico de drogas e brigam pela educação das crianças e adolescentes, tudo isso com muito humor e muita música”, diz.

O diretor afirmou que teve a idéia do filme quando ouviu com

a filha adolescente um programa chamado “Fala Corno”, no qual “só toca música de cornudo, e o locutor conversa no ar com os traídos”. “Fiquei impressionado com o nível de realidade e de sinceridade do que eles colocavam no ar”, disse o diretor, que pretende rodar o filme no início do ano 2000.

### Festival

A comédia boliviana “El Día que Murió El Silencio”, de Paolo Agazzi, exibida antontem no Festival de Cinema do Mercosul, agradou ao público e à crítica. Apesar de uma certa irregularidade narrativa, o filme mostra, com muita graça, a transformação de um vilarejo quando chega um forasteiro malandro e instala ali uma rádio. (AF)